

ROSY DE OLIVEIRA

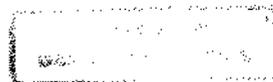
**O MOVIMENTO SEPARATISTA DO TOCANTINS E A CONORTE
(1981-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr.
Décio Azevedo Marques de Saes.

Campinas -SP
Setembro/1998

OL4m

35554/BC



152.00.82
98.20.351

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
V	Ex
T. Nº. DC/	35554
PMAC	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	23/6/98
N.º CPO	

CM-00117472-B

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Oliveira, Rosy de
OL 4 m **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE**
(1981 - 1988) / Rosy de Oliveira. - - Campinas, SP : [s. n.] ,
1998.

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Separatismo. 2. Autonomia. 3. Tradição.
4. Ideologia. I. Saes, Décio, 1942 - II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

ROSY DE OLIVEIRA

**O MOVIMENTO SEPARATISTA DO TOCANTINS E A CONORTE
(1981-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo
Marques de Saes.

Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
16/09/1998.

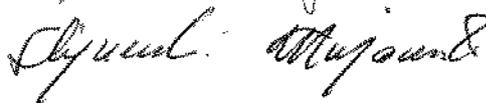
Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes



Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues



Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto



(Suplente) Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Setembro/1998

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, por conceder-me a licença e a bolsa do Programa Institucional da Capacitação Docente - PICD, para cursar o Mestrado.

Ao meu orientador Décio Azevedo Marques de Saes, pelo tempo e pela atenção que me foi concedida nos momentos mais diversos da execução desta pesquisa.

À Maria do Espírito Santo Cavalcante, pelo diálogo e pela concessão de uma parcela do seu arquivo de pesquisa.

Aos professores Francisco da Cunha Lustosa, da UFG, Mariana da Cunha Pereira-UCG-GO, pelas inúmeras conversas acerca do tema e pelo seu incentivo.

Ao Antônio Liberac Pires, pelo carinho e pelas sugestões bibliográficas apresentadas durante as várias etapas da execução deste trabalho.

Aos colegas do Mestrado, em especial à Andrea Regina, pela amizade e frequente disposição ao ardoroso trabalho de leitura e discussão deste texto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A "INVENÇÃO" DO TOCANTINS

1.1 - Objetivo.....	001
1.2 - Como o Tocantins foi "Inventado".....	005
1.3 - O Movimento Separatista e a Unificação do Espaço Nacional	022
1.4 - Construindo a "Cultura Regional": Identidade e Diferença.....	031
Concluindo.....	040

CAPÍTULO II - POR QUE CRIAR UM ESTADO APARENTEMENTE POBRE?

2.1 - Objetivo	041
2.2 - Modernização- A Incorporação da Região do Tocantins	042
2.3 - Nível Regional: O Diagnóstico.....	062
Concluindo.....	085

CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS DA CONORTE NO PROGRESSO DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

3.1- Objetivo	086
3.2 - A CONORTE e a Nacional Constituinte.....	087
3.3 - O Significado das Eleições de 1988 e Papel da CONORTE.....	109
Concluindo.....	123

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
V-BIBLIOGRAFIA.....	130
VI - ANEXOS.....	157

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo básico estudar o movimento separatista do Tocantins organizado pela CONORTE¹ na década de 1980. Procuraremos, através da análise da ação sistematizadora do movimento, resgatar alguns aspectos das raízes históricas da aspiração separatista da região. Neste plano, pretendemos identificar as especificidades política, econômica e socio-cultural que fundamentaram o processo da aprovação da criação do Estado do Tocantins pela Constituinte de 1988.

Este trabalho é uma tentativa de suprir a carência de estudos sobre o assunto e, eventualmente, estimular novas contribuições para que este tema (o processo da criação do Estado do Tocantins) seja mais pesquisado e trabalhado pela historiografia regional, tendo em vista a sua importância para a história do Tocantins.

Ao estudar o processo da criação do Estado do Tocantins, o pesquisador depara-se com algumas dificuldades; entre elas, a duração temporal e a complexidade do assunto. Tendo-se em conta estes problemas, faz-se necessário um corte cronológico, tomando como referência básica alguns fatos que interferiram nas relações entre o sul e o norte de Goiás. Um desses fatos é a vinculação histórica entre o primeiro movimento separatista, ocorrido no início do século XIX (1821-1823), e o movimento empreendido pela CONORTE (1981-1988). No entanto, ao propor esse corte, deparamos com outra dificuldade, qual seja, a carência de obras de cunho historiográfico que abordem especificamente o tema do separatismo. Sendo assim, fez-se um levantamento dos trabalhos que pudessem contribuir para esclarecer o assunto no período em questão(1821-1823).

Como resultado disso, constatamos que as informações existentes sobre os acontecimentos ocorridos entre as regiões do sul e norte de Goiás e que mostram o ideal separatista apresentam-se

na sua maioria de forma genérica. As principais publicações sobre a história de Goiás tratam, predominantemente, dos aspectos econômico e político-administrativos da região como um todo. Nesses aspectos, encontram-se mais informações sobre o sul de Goiás do que sobre o norte goiano (atual Tocantins) propriamente dito.

Ainda assim, essa bibliografia teve grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois contribuiu tanto para a análise histórica do movimento separatista quanto para o acesso às informações sobre os documentos existentes acerca da questão.

Para Luís Palacín, o movimento separatista do norte goiano de 1821-1823, foi uma continuação do movimento revolucionário ocorrido na capital da capitania de Goiás, liderado pelo padre Padre Luiz Bartolomeu Marquez - cognominado "O Apostolo da liberdade". Como os principais elementos do movimento foram expulsos da capital para o norte de Goiás, era natural que levassem consigo o germe da sedição. Com isso, sabe-se que desde a época da economia do ouro a população do norte já demonstrava seu descontentamento com a administração da capital da capitania de Goiás. Conhecedores dessa realidade, os revolucionários do sul exploraram-na politicamente; tanto assim que no plano revolucionário constava o seguinte: caso o movimento da capital fracassasse, seria instalado um governo provisório no norte. Desta forma, no dia 14 de setembro de 1821, instalou-se em Cavalcante um governo provisório que se declarava independente da comarca do sul de Goiás, fiel à constituição do Reino Unido, sob governo de D. João VI. Através das proclamações desse governo, os autores concluem que o movimento foi movido pelos interesses políticos e econômicos vigentes na época; isto é, pelo fato dos grandes proprietários se sentirem economicamente prejudicados pela administração central da capitania de Goiás².

¹ A Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (criada em 1981, em Brasília DF), composta por profissionais liberais da região do Tocantins, perseguia o objetivo técnico de diagnosticar o potencial político e econômico da região e de conscientizar a população local sobre a importância da criação do Estado do Tocantins.

² PALACÍN, Luis e MORAES, Maria Augusta. *História De Goiás (1722-1972)*. 6º Ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

Regina Lacerda, com o objetivo de explicar a participação do Estado de Goiás no movimento nacional pela independência política do Brasil, volta-se para a história do movimento separatista do norte goiano. No seu trabalho a autora analisa a posição social dos agentes políticos do movimento separatista e elucida os interesses políticos e econômicos dos integrantes desse movimento. Para a autora, o movimento foi basicamente organizado pelos eclesiásticos, únicos homens letrados presentes nas articulações políticas do movimento. O fracasso do movimento foi determinado pelas divergências políticas das lideranças do movimento. As dissensões surgiram quando o ouvidor da comarca do norte, Joaquim Theotônio Segurado integrante do movimento, se declarou contrário a toda e qualquer idéia de emancipação política do Brasil; frenético apologista da integridade do reino de Portugal, colocou-se à frente do Governo de Cavalcante para servir à sua causa³.

Entretanto, para Americano Brasil, Joaquim Theotônio Segurado liderou o povo do norte, organizou e fez instalar no dia 14 de setembro de 1821 o governo provisório na cidade de Cavalcante, por força da sua situação política e econômica (era um grande fazendeiro)⁴.

Para José Martins de Alencastre, a posição não independencista do ouvidor Joaquim Theotônio Segurado e a transferência da capital do Governo para Arraias determinaram o arrefecimento do movimento separatista daquele período⁵.

Somente a partir de 1989 é que começam a surgir na História Regional alguns estudos voltados especificamente para o tema do movimento separatista do Tocantins.

Os autores que desenvolveram trabalhos sobre este assunto procuraram afirmar a existência de uma preocupação com o desenvolvimento da região por parte da liderança do movimento do

³ LACERDA, Regina. *A INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

⁴ BRASIL, Americano. *História de Goiás*. Goiânia: Editora UNIGRAF, 1972.

⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. São Paulo: Editora Ipiranga, 1979.

século XIX, no sentido de que, a partir desse período, ter-se-ia iniciado a inserção dessa região na agenda política, econômica e social do país.

Nesta perspectiva, o trabalho realizado por João Rocha Ribeiro aponta para o fato de que a divisão do Tocantins já existia desde 1809 nos planos histórico, político, econômico e cultural, quando, com o processo de ocupação da área, dominada basicamente pela migração nordestina piauiense, maranhense e baiana, passava a configurar-se na região a ausência de identidade cultural com o sul de Goiás⁶.

Segundo a imprensa local⁷, "o desembargador Theotônio Segurado foi o legítimo representante das aspirações do desenvolvimento da (...) nossa região", pois, desde as duas primeiras décadas do século XIX, Segurado já reivindicava a construção de estradas como uma forma de ligar e desenvolver os núcleos populacionais da região, o que só ocorreu com a construção da Belém-Brasília⁸, quando então a população local reuniu condições concretas para a retomada da antiga luta pela independência política da região. As lutas em favor da criação do Estado do Tocantins, ocorridas no século XIX, passando por conjunturas seja de euforia seja de arrefecimento, sempre acabaram caindo no vazio.

Para Cavalcante, o movimento separatista liderado por Theotônio Segurado representou uma manifestação contra o acentuado desprezo político e econômico do governo da província do centro-sul, que contribuiu para a acentuação da marginalidade política, econômica e social da província do norte. Desta forma, embora os objetivos de Segurado estivessem relacionados com os

⁶ RIBEIRO, João Rocha. *Tocantins A Força de Um Ideal*. Goiânia: Editora O Popular, 1989.

⁷ Ver COELHO, Darcy. "O desenvolvimento do Norte Goiano". *Jornal O Tocantins*, Goiânia, 12 de abr. 1987. p. 3 Os jornais citados neste trabalho encontram-se microfilmados na Organização Jaime Câmara, Goiânia - GO.

⁸ AQUINO, Napoleão. *A Construção da Belém-Brasília e a Modernidade no Tocantins*. Goiânia, 1996. 213 pp. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás.

interesses portugueses, não se pode negar o seu empenho político ao reivindicar, de forma legal, a autonomia política e administrativa da região⁹.

Paradoxalmente, nos anais da província de Goiás consta que, "enquanto a província do norte se mobilizava em torno de sua separação regional, o restante do país assinalava a sua independência política de Portugal". Nesse sentido, a bandeira da luta separatista liderada por Theotônio Segurado não assegurava ao movimento uma adesão e uma expressão nacionais. De acordo com Alencastre, Theotônio Segurado era contra o movimento pela independência do Brasil, defendendo a separação da região para mantê-la submetida aos interesses de Portugal, e colocando-se à frente do movimento não para favorecer os patriotas, mas para neutralizar o movimento da independência nacional¹⁰.

Contudo, a afirmação da literatura histórica regional de que a luta separatista vem ocorrendo desde 1809, quando "D. João VI dividiu a província de Goiás em duas unidades federativas, e nomeou o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado como responsável pelos negócios do norte", estabelece uma continuidade "artificial" entre a proposta separatista defendida no século XIX e a proposta de luta do movimento de 1988.

Observamos que tal fato é resgatado tanto pela literatura histórica regional quanto pela CONORTE como o "marco histórico do ideal separatista da região do Tocantins". Valendo-nos dessa referência, procuraremos explicar o processo da criação do Estado do Tocantins partindo da hipótese de que a CONORTE apropriou-se das raízes históricas do primeiro movimento separatista do início do século XIX (1821-1823) e, sem explicitar as contradições política, econômica e sócio-cultural subjacentes naquele movimento, "inventou uma tradição" separatista para o Estado do Tocantins.

⁹ CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. O Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821-1988). Goiânia, 1990. 305 pp. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.

Neste aspecto, pretendemos ir além de uma mera narração dos fatos históricos ocorridos naquele período. Esses fatos serão interpretados na perspectiva de três conceitos teóricos principais: *tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva*. Eles estão estreitamente relacionados aqui, articulados com a idéia de se detectar as representações coletivas, construídas pela CONORTE no processo de criação e implantação do Estado do Tocantins. É importante ressaltar que esses conceitos não serão utilizados de forma pura, como tipos ideais pairando sobre a realidade, mas sim em constante diálogo com o empírico.

O conceito das "tradições inventadas" é entendido como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando, portanto, no estabelecimento de continuidade em relação ao passado¹¹. Procuraremos demonstrar como as próprias fontes da pesquisa em questão denunciam e insinuam a existência de regiões cujas "tradições inventadas" parecem ser tão "verdadeiras" que lhes asseguram um *status*, uma posição vantajosa perante outras regiões e nações.

As comunidades, afirma Benedict Anderson, não devem ser distinguidas como falsas ou autênticas, "mas pelo estilo em que são imaginadas"¹². Reconhecemos que são inúmeras as formas com que as mais diversas comunidades, regiões e nações, inventaram as suas "tradições" e construíram sua identidade política, econômica e sócio-cultural. Todavia, conforme veremos nos itens I e II do primeiro capítulo, o elemento de invenção da tradição do Tocantins não possuiu a mesma amplitude da "tradição inventada", por exemplo, na Escócia¹³, ou até mesmo em algumas

¹⁰ José Martins Pereira de Alencastre, *Anais da Província de Goiás*. São Paulo, Editora Ipiranga, 1979.

¹¹ Ver HOBBSAWM, Eric J e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1984, p.23

¹² Ver ANDERSON, Benedict. *Nações e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989 p 15

¹³ Hoje em dia, onde quer que os escoceses se reúnam para celebrar sua identidade nacional, eles se afirmam abertamente através de sua indumentária nacionalista. A criação da tradição escocesa e a imposição de símbolos externos em toda sua nação foi obra de fins do século XVIII e início do século XIX. O saio (*Kilt*) é uma vestimenta

regiões do Nordeste Brasileiro, como por exemplo Pernambuco, que também tem tradições separatistas desde a segunda metade do século XVII¹⁴.

Contudo, esta hipótese leva a uma outra questão: a preocupação dos intelectuais da CONORTE com a construção da identidade regional. Em 1987, por exemplo, na ocasião da festa dos Estados, a CONORTE realizou uma mostra de cartazes, poesias, textos e hinos, intitulada *Estou Goiano mas sou Tocantinense*¹⁵, com o intuito de chamar a atenção para o significado das imagens que simbolizam a identidade da região.

Nesta perspectiva, utilizamos o termo *nacionalismo* enquanto representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais. Deslocá-lo para a análise da criação do Estado do Tocantins é possibilitar uma visão do processo da construção da identidade dessa região¹⁶. Nesse sentido, o *nacionalismo* permite conciliar outros dois termos que dizem respeito ao mesmo processo: separatismo, no sentido de que se inventa uma "região" para conseguir enquadrá-la nos critérios político-administrativos existentes, e

moderna idealizada e vestida pela primeira vez por um industrial *qualker* inglês, que não o impôs aos montanhese para preservar o modo de vida tradicional deles, mas para facilitar a transformação desse modo de vida: para trazê-los da cultura selvagem para a fábrica. O *Kilt* foi adotado pelo regimento montanhês e tornou-se popular devido à sua conveniência (Ver Hobsbawm, Eric J. Op. Cit, pp. 25-39).

¹⁴ Desde a metade do século XVII até o fim do século XVIII, a nobreza do Pernambuco colonial procurou, através da manipulação genealógica, esconder as origens das famílias locais. Os "defeitos de sangue", causados por ascendentes que tinham vivido de trabalhos manuais, entravavam a ascensão social dos colonos e daqueles "mascates" que pretendiam participar dos cargos públicos. Isto deu lugar à formação de um mercado de fraudes genealógicas. Nesse tecido se ajuntavam ainda os conflitos interclânicos propriamente pernambucanos – nascidos durante a guerra contra os holandeses, reativados pela "Guerra dos Mascates" e, mais tarde, pelo centralismo do Império- que latejam ainda na política estadual de hoje. Desta forma, a "Guerra dos Mascates" deflagrada pelo antagonismo entre a nobreza e os renóis, era à primeira vista, um conflito em torno da autonomia municipal do Recife, entre os mazombos e renóis, entre devedores rurais e credores urbanos, entre nobres e comerciantes. Ela foi tudo isso e ao mesmo tempo uma luta contra o princípio da nobreza local, a qual acreditava e defendia que a afinidade com um sangue limpo ou uma conversão religiosa seria o suficiente para demonstrar que, desde o início, a nação era concebida pelo sangue e, consequentemente, não era qualquer um que estava: "convidado a entrar". (Ver Evaldo Cabral de Mello, *O Nome e o Sangue – Uma Fraude Genealógica No Pernambuco Colonial*. São Paulo: Editora, Companhia das Letras, 1989, pp. 11-39).

¹⁵ FERNANDO, Pinto. "Tocantins, agora é para ficar". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de fev. 1988. p 7.

¹⁶ De acordo com Hobsbawm, desde o século XVIII a pessoas do mundo ocidental têm a necessidade de identificar-se com uma nação, com um governo, com um território, com uma língua, com uma cultura (Ver HOBBSAWM, Eric J, *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1990. pp. 11-16).

representação coletiva¹⁷, vista aqui como uma construção mental sobre o real, a partir da visão que um determinado grupo tem, ou quer ter, da sociedade.

Assim, as representações são construções mentais dotadas de um sentido, e que se pretendem gerais, a partir do consenso desse seu sentido, para toda a sociedade. O poder social das representações depende "do grau em que o discurso (...) está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige", e também se aquele que constrói essas representações tem autoridade para isso na sociedade¹⁸. O mais interessante é que esse conjunto de representações, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si, se estruturando, no imaginário social, como a realidade, embora não passe de uma ilusão bem fundamentada¹⁹.

Coerentemente com o que dissemos no início, é necessário pensar tudo isso no corte histórico deste trabalho. Assim, outro fator delimitador do corte cronológico é a década de 1980, quando, em 1985, o Presidente da República, José Sarney, vetou o projeto de criação do Estado do Tocantins e transferiu a aprovação do mesmo para a Assembléia Nacional Constituinte instalada em 1987.

Este contexto será visto pela ótica dos discursos e imagens que os intelectuais da CONORTE e os parlamentares envolvidos na questão fizeram sobre a região do futuro Estado do Tocantins. Tais imagens e discursos fundamentam-se sobre um sonho de modernidade, como ideais de desenvolvimento e progresso, instrumentalizando-se no diagnóstico econômico da região elaborado pela CONORTE. Veremos que essas representações se estruturaram, num primeiro

¹⁷ Neste aspecto, centrei-me na leitura que faz Bourdieu da noção de representação coletiva, que, segundo o autor, é o poder de impor uma visão do mundo social (...) que quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido (Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p 113)

¹⁸ A força social das representações não é necessariamente proporcional ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado). Essas representações podem fazer o imaginário tornar-se aparentemente "*mais real*" do que as condições concretas da existência, mobilizando as ações dos indivíduos, motivando práticas sociais e legitimando situações. (Idem , ibidem p.121).

momento, em torno da ligação da região com imagens sociais negativas, com o "atraso" , "abandono", e principalmente com os conflitos sociais agrários, e, num segundo momento, com o desejo de transformação material, ou seja, de demonstrar o potencial econômico do futuro Estado; o diagnóstico da CONORTE transforma, pelo discurso, uma região pobre em uma região potencialmente rica.

Assim, aqui nos interessa mais analisar aquilo que é imaginado, pensado ou sonhado, e instrumentalizado na ação do movimento, do que as reais condições de existência - o que não quer dizer que estas não serão analisadas. Quanto à instalação da Assembléia Nacional Constituinte, buscaremos apenas responder em que medida a ação sistematizadora da CONORTE contribuiu para o sucesso da discussão e aprovação do projeto da criação do Estado do Tocantins.

Para responder a essas questões fez-se necessário um posicionamento em relação às fontes²⁰. Como postura metodológica utilizamos o chamado método indiciário²¹, acreditando ser possível estudar o processo da criação do Estado do Tocantins a partir de determinados indícios presentes nas próprias fontes²² (mas que estavam escondidos sob as idéias principais que eles

¹⁹ Idem p.121

²⁰ Vale assinalar que as fontes são dispersas e encontram-se em arquivos distantes, às vezes próximos mas ainda sob o domínio particular dos integrantes do movimento liderado pela CONORTE. O primeiro período abordado por este estudo centrou-se na análise dos seguintes documentos: atas, proclamações e ofícios publicados em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. LXXXIV* e Memórias Goiânicas, que contém alguns relatos e ofícios redigidos por Theothônio Segurado sobre a situação econômica da Comarca do Norte. Quanto à outra parte da pesquisa, além do arquivo da CONORTE, foram analisados documentos publicados pela própria entidade, relatos, crônicas e depoimentos de pessoas vinculadas ao poder público: juizes, senadores, padres, engenheiros, economistas e políticos. Também foram analisados alguns jornais e revistas (principalmente os artigos publicados pelo jornal "O Popular" e "O Tocantins"). Os Jornais citados neste trabalho encontram-se microfilmados na Organização Jaime Câmara, Goiás. Vale dizer que ambos seguem a visão elitista da organização do movimento, portanto pertinente para aquilo que nos propomos a estudar.

²¹ GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143. Várias vezes no texto o autor mostra o que seria esse *método indiciário*, mas que pode ser resumido pelo que coloca na página 177, onde diz que o paradigma indiciário "pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia (...) Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la".

²² Através do arquivo da própria CONORTE, revistas, Jornais, fotografias e livros publicados pelo movimento organizado na década de 1980.

queriam passar) e, além disso, visando a apreensão de um conjunto disperso de fontes por uma linha interpretativa a partir do presente.

Acredito que isso não só possibilitou uma contraleitura dos discursos e imagens que as fontes diretamente nos propuseram para uma visualização do processo da criação e implantação do Estado do Tocantins, mas também permitiu observar os diferentes tipos de indícios que se têm sobre os movimentos separatistas daquela região, comparando-os e fazendo-os dialogar com os conceitos, para espremer seus significados implícitos, já que as representações nos chegam bastante fragmentadas e descontextualizadas de sua época, dos interesses político, econômico e socio-cultural do passado.

Estruturamos este trabalho em três capítulos. O primeiro aborda os fatores históricos, políticos e sócio-econômicos do norte de Goiás em que aparece a idéia separatista, que está estreitamente ligada aos interesses mercantilistas, à decadência da economia do ouro, à expansão pecuarista, à formação das oligarquias, e ao desenvolvimento das cidades. Na organização desse capítulo, esses aspectos serão apresentados no sentido de demonstrar a presença do elemento de "invenção" elaborado pelo movimento liderado pela CONORTE.

No segundo capítulo, procuraremos mostrar que as justificativas do veto do Presidente da República José Sarney em 1985 exigiram do movimento uma solução nova, uma explicação sistemática sobre o potencial econômico da região. Nessa perspectiva, a CONORTE procurou então, através da elaboração do diagnóstico econômico da região, demonstrar a viabilidade econômica para a criação do futuro Estado do Tocantins. Nesse aspecto, o diagnóstico CONORTE passa a caracterizar a região pela interligação do conjunto dos seus fatores físicos e econômicos; isto é, a região-problema, que se constitui como tal sobretudo no nível social e político, é, na

concepção de desenvolvimento da CONORTE, uma região eminentemente geoeconômica²³. Por sua vez, da mesma forma que a economia tocantinense não se encontrava isolada da economia nacional, mas a ela estava estreitamente vinculada, sobretudo enquanto fornecedora de fatores de produção (mão-de-obra e capital) para o pólo dinâmico da economia nacional, as estratégias adotadas pelo movimento mantiveram uma congruência com o sistema político nacional e regional. Dentro desse quadro, a CONORTE dava ênfase ao “dividir para somar”, tanto assim que a tônica dada à introversão e ao potencial econômico do Tocantins constituiu um novo elemento que levou à formação, na região, de uma “nova mentalidade” sobre as reais possibilidades de aprovação da criação do Estado do Tocantins pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

O terceiro capítulo trata do aspecto político, destacando, num primeiro momento, as estratégias políticas adotadas pela CONORTE e a posição da mesma perante as discussões e a aprovação do projeto nas Comissões da Assembléia Nacional Constituinte. Em um segundo momento, abordaremos o papel da entidade na primeira eleição para Governador do Estado do Tocantins, realizada em 15 de novembro de 1988.

A análise está construída de tal forma que cada capítulo tem suas conclusões próprias, referentes à dimensão específica do problema mais amplo que nele foi examinado. Assim sendo as conclusões gerais, ao final, não se apresentam como um resumo do que foi já dito, mas prolongam as considerações feitas em cada capítulo até o ponto em que elas ganhem um sentido geral. Vale dizer que cada capítulo mantém uma relativa autonomia no que diz respeito às conclusões atingidas, mas só adquire pleno sentido na sua articulação com os demais, refletida nas conclusões finais.

²³ Segundo a CONORTE a geo economia da região do Tocantins se explica pelo fato dessa região estar inserida na área da “Amazônia Legal”; ou seja, de pertencer à bacia hidrográfica da Amazônia, de possuir uma produção agrícola e um potencial industrial considerável. O que na visão do movimento conferia uma vantagem econômica para a reivindicação da criação do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO I

A "INVENCÃO" DO TOCANTINS

Objetivo

Este capítulo propõe-se a examinar o reflexo da configuração histórica, política, econômica e social do primeiro movimento separatista ocorrido na região do norte goiano, no início do século XIX, (1821 - 1823) sobre o movimento pela criação do Estado do Tocantins em 1988. Os fatos históricos ocorridos nesse período serão aqui interpretados na perspectiva do conceito das "tradições inventadas", entendido como *um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando, portanto, no estabelecimento de uma continuidade em relação ao passado*¹.

O retorno ao século XIX tem importância para o nosso trabalho no que diz respeito aos fatos históricos invocados na retomada do movimento separatista em 1988; movimento esse que culminou com a autonomia do Estado do Tocantins no mesmo ano. Tal retorno é decisivo na busca de identificação dos elementos da tradição invocados pelo separatismo da região do norte goiano;

¹ Ver Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora, Paz & Terra, 1984, p.23

ou seja, na verificação da medida em que a reafirmação e a reelaboração dessa tradição foram um componente da legitimação histórica do movimento pela criação do Estado do Tocantins em 1988.

O movimento separatista do início do século XIX não teve a mesma determinação econômica que o movimento pela autodeterminação política do Tocantins em 1988. A conjuntura econômica do norte goiano no início do século XIX (1809) era pouco expressiva. A economia da região, em processo de transição da sociedade mineradora à sociedade pastoril, iniciava o seu declínio econômico. Os mineiros, insatisfeitos com a cobrança do imposto quinto (5º parte, descontada do ouro em pó antes de pô-lo em barras), com a cobrança do dízimo (10% sobre os produtos e solo), e com a falta de incentivo à produção agrícola, defendiam a divisão administrativa da Província de Goiás como uma forma de reorganização da economia local². Essa divisão foi realizada pelo decreto Real de 18 de março de 1809, quando D. João VI, tendo em vista seus objetivos mercantilistas, nomeou o desembargador Joaquim Theotônio Segurado como ouvidor responsável pela administração e desenvolvimento da Comarca do norte, e o Capitão General Sampaio, pela do sul.

No entanto, essa medida administrativa não fora suficiente para alterar a situação de miséria atravessada pelos habitantes da região. Segundo Palacin, o desprezo dos mineradores pelo trabalho agrícola pouco rentável; a dificuldade de encontrar um produto que substituísse a economia do ouro de modo economicamente vantajoso; a dificuldade de exportação pelo alto custo do transporte e a ausência de sistema viário dificultavam o desenvolvimento econômico da região³. Soma-se a isto o desaparecimento de alguns núcleos antigos, provocado pela diminuição e dispersão da população

² As reclamações dos mineradores do norte goiano contra a discriminação na cobrança dos impostos sobre as mercadorias do Reino – arrecadação do quinto; valor diferenciado das entradas dos escravos via Belém do Pará e Rio de Janeiro; e outras injustiças fiscais se registram entre 1736 e 1809. Ver Otávio Barros, *Breve História do Tocantins e de Sua Gente - Uma Luta Secular*, Editora Solo, Brasília, 1996, p.52.

³ Ver Luís Palacin e Maria Augusta Moraes, *História de Goiás (1722-1972)*. Editora, UCG, Goiânia, 1989, p.41

nos sertões⁴. Essa situação econômica fora mais tarde politicamente explorada pelo ouvidor Joaquim Theotônio Segurado que, avesso à administração política do capitão General Sampaio no sul de Goiás, e contrário ao movimento pela independência política do Brasil diante de Portugal, uniu-se aos Padres Luiz Bartolomeu Marques, Freire de Andrade e José Cardoso Mendonça aos capitães Francisco Xavier de Barros e Felipe Antônio Cardoso, ao Padre Francisco Coelho de Matos e ao soldado Nazaré em defesa da separação do norte goiano, entre 1821 e 1823⁵. A maioria dos membros do grupo separatista visava, com a instalação do governo provisório independente no norte goiano, enfraquecer a administração política do capitão general Sampaio e forçar a deposição do mesmo⁶. Nessa perspectiva, a instalação do governo independente no norte goiano contava com a adesão e o total apoio do ouvidor Joaquim Theotônio Segurado que, como forma de viabilizar a implantação do governo, elaborou e defendeu a imediata adoção de determinadas medidas econômicas tais como: abolição de vários impostos, organização da força policial e suspensão da remessa de dinheiro para o sul de Goiás. Nessa linha, organizou-se e instalou-se em 14 de setembro de 1821, o governo provisório do norte de Goiás, ficando assim constituído: Presidente Joaquim Theotônio Segurado, Secretário Padre Francisco Coelho de Matos, Padre Luís Bartolomeu Marques, Francisco Xavier, Padre José Cardoso de Mendonça e mais dois membros⁷. Entretanto, a dissensão

⁴ Água Quente, Trairas, Muquem, São José e outros núcleos somente foram reocupados nos séculos XIX e XX pela extensão da pecuária e da lavoura. Quanto à densidade demográfica, não se conservam dados precisos sobre o índice da população desse período, mas o censo de 1984 registrou uma diminuição de 20% dos habitantes da região. (in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. LXXXIV*)

⁵ Os eclesiásticos, afirma Lacerda, eram na realidade os únicos homens letrados presentes nas articulações dos movimentos políticos da província do norte de Goiás. Ver Regina Lacerda, *A Independência Em Goiás*, Goiânia, Editora Oriente, 1973, p.31-43

⁶ O Padre Luiz Bartolomeu Marques (apontado pelo capitão General Sampaio como o instigador e líder da causa separatista do norte goiano), Padre Freire de Andrade, Padre José Cardoso Mendonça, Francisco Xavier de Barros, Felipe Antônio Cardoso e o soldado Nazaré, foram banidos da capital do sul de Goiás (Vila Boa) para o norte goiano por fazerem oposição ao Governo do Capitão General Sampaio em 1820. Mesmo residindo em arraiais diferentes, no início de 1821 o grupo passou a defender e a elaborar o plano de instalação do governo provisório independente no norte de Goiás. Ver Regina Lacerda. *Op.cit.*, p. 43

⁷ Dados Transcritos do of. nº 32 do livro 205, p.45

entre os membros do grupo pela mudança da capital do governo de Cavalcante para Natividade, a posição de não independencista de Theotônio Segurado e o regresso do mesmo para a corte de Lisboa em 1823 resultaram no arrefecimento da luta separatista naquela região⁸.

Com características diferentes apresentava-se a região em 1988; ou seja, a conjuntura política, econômica e social de 1988 oferecia ao novo movimento separatista os elementos para a defesa autonomista de uma região com capacidade de se auto-gerir política e economicamente. Nesse sentido, consideramos como causas determinantes da emergência de um processo de luta pela autodeterminação política do atual Estado do Tocantins: a) a evolução da densidade demográfica daquela região: de acordo com os dados do IBGE, em 1985 a área de 286.706 km apresentava uma população de aproximadamente 1.100.000 habitantes e um quadro de quatrocentos mil eleitores distribuídos por 60 municípios na região; b) A conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional⁹ (o que significava uma defesa direta dos interesses político e sócio-econômico regional); c) o fato de, do ponto de vista econômico¹⁰, a região do futuro estado do Tocantins dispor, nesse período, de 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 400 mil irrigáveis; potencial para a geração de 25 mil MW, para a construção de usinas hidrelétricas; estradas pavimentadas; duas Rodovias Federais (Belém-Brasília e Transamazônica); solo rico em recursos minerais inexplorados e um

⁸ Ver José Martins Pereira de Alencastre, *Anais da Província de Goiás*. Goiânia, Editora Líder, 1979 p.152 e op.cit Regina Lacerda p.31

⁹ O fato do Tocantins contar com uma população de aproximadamente 1.100.000 habitantes assegurava-lhe o direito a preencher 03 vagas no Senado, 08 na Câmara Federal e 24 na Assembléia Legislativa Estadual. Nesse aspecto, enquanto o Estado de São Paulo, com uma população de 22.069.000 habitantes, ou seja, 22% da população nacional, é representado por apenas 60 deputados (12,3% da Câmara dos Deputados), os Estados de Acre, com apenas 417.000 habitantes e Tocantins, com 1.100.000 elegem 8 deputados (1,6% da Câmara). Isto é, enquanto um deputado paulista representa 387.817 habitantes, o deputado acreano representa 52.125. Ver David Fleischer. "Representação Política: Pedra Fundamental da Democracia" in; Caderno CEA/ UnB, Ano 1 nº 2, 1987,p.54.

¹⁰ Segundo o diagnóstico apresentado pela CONORTE. A Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano, (criada em 1981, em Brasília DF) era composta por profissionais liberais da região do Tocantins e perseguia o objetivo técnico de

crescimento expressivo no setor da agropecuária, que lhe assegurava a colocação de 10º produtor de grãos (soja, arroz, milho) e bovino do país¹¹.

Mesmo considerando que a presença do elemento de "invenção" é pouco visível na formação da "identidade regional" do Tocantins, veremos que a história que se tornou parte do cabedal da ideologia do movimento acima citado corresponde ao que foi selecionado, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo, a "elite". Assim, buscaremos aqui analisar como o elemento de "invenção" serviu para criar uma identidade regional e ao mesmo tempo contribuir de modo decisivo, para a reprodução de dominação de classe na região do Tocantins.

II - COMO O TOCANTINS FOI "INVENTADO"¹²

"Muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes quando não são inventadas". Eric Hobsbawm e Terence Ranger, A Invenção Das Tradições.

A emergência de agitações étnicas e separatistas no século XIX deve-se ao fato de que alguns movimentos nacionalistas iam além da memória real¹³ de seus povos na intenção de fundamentar historicamente a luta por um Estado nacional num passado mítico. Conforme observa

diagnósticar o potencial político e econômico da região e de conscientizar a população local sobre a importância da emancipação política da região.

¹¹ Dados transcritos do perfil econômico da região levantado e apresentado pela equipe técnica da CONORTE in; Revista Estado do Tocantins, CONORTE, Dezembro de 1988 nº 2 p. 12.

¹² A expressão *inventado* tem aqui o sentido de : construído, criado, produzido.

¹³ A expressão *memória real*, utilizada por Eric J Hobsbawm, também pode ser interpretada ou substituída por *imaginação*.

Hobsbawm, as nações são mais a consequência de um Estado estabelecido do que as suas fundações, sendo os EUA e a Austrália dois exemplos evidentes de que o “mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação”¹⁴.

O movimento separatista do Tocantins da década de 1980 teve como referência de luta a história do movimento divisionista liderado e defendido na região pelo ouvidor Theotônio Segurado, durante o período de 1821 a 1823. O apelo popular ao potencial dessa tradição inscreve-se na luta pela autodeterminação política da região desde a década de 80 do século XX, quando então procurou-se recuperar o movimento divisionista do século XIX transformando-o numa valiosa marca da 'tradição". No entanto, veremos no decorrer da análise que a "tradição inventada" no Tocantins não teve a mesma amplitude das "tradições inventadas" na Escócia, por exemplo, e na região do nordeste brasileiro.

Em 1982, a CONORTE (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano) apropria-se deste passado histórico por meio dessa repetição quase obrigatória:

*O marco inicial da luta pela criação do Estado do Tocantins foi a instalação da Comarca do Norte, em 1809, quando D. João VI dividiu a então Província de Goyaz em duas unidades da federação. O primeiro nome do hoje Tocantins foi São João de Duas Barras e a sede da Comarca foi instalada na Vila do mesmo nome. Mais tarde a Vila ganhou o nome de São João da Palma*¹⁵.

¹⁴ De acordo com Hobsbawm, o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social entra na formação das nações. Isto é, o nacionalismo vem antes das nações. Nesta perspectiva, não são as nações que formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. É nesse sentido, que o trabalho do autor contribui para o propósito da nossa análise: caracterizar a “invenção do Tocantins”. Ou seja, no caso do Tocantins, trata-se de uma análise da região e não de uma nação. Ver Eric J. Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo, Editora Paz & Terra, 1990, p.93.

¹⁵ “A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins”. Revista CONORTE, nº 3, dezembro de 1989, p. 04

Estabelecia-se assim uma legitimação daquele movimento sem que fossem explicitadas as contradições políticas, econômicas e sociais, presentes nos dois contextos em que são desencadeadas as lutas separatista da região.

A reivindicação da separação como um instrumento para a superação do atraso e abandono da região tornou-se um elo de identificação entre os dois movimentos: o primeiro ocorrido nas duas primeiras décadas do século XIX e o segundo em 1988. A vinculação a um Estado *histórico real, presente ou passado*¹⁶ que, no século XIX serviu para produzir uma consciência da desigualdade regional na população local, é reeditada na década de 1980, quando se volta a denunciar o descaso do governo central para com as carências da região.

A "manifestação" seguia ainda enfatizando o período colonial como o único período em que a região obteve significativa expressão política, econômica e sócio-cultural:

*Nossa expressão política e econômica não tem merecido as devidas atenções e medidas governamentais. Só fomos percebidos durante o curto período da província do Norte, depois disso entramos para o patente agravamento do desequilíbrio regional, caracterizado pela diferenciação de bem estar entre as regiões norte e sul do Estado. Por essa razão, desde os tempos do Brasil-colônia, Império e no decorrer da República, Goiás tem sido palco de movimentos divisionistas nos quais lutamos para alcançar uma eficiência administrativa mais condizente com a nossa realidade regional*¹⁷.

Entretanto, o eixo artificial que unifica essa relação omite as contradições política, econômica e sócio-cultural presentes nos diferentes momentos atravessados pela região.

¹⁶ Eric J. Hobsbawm . Op. cit; p. 90

¹⁷ José Martins de Alencastre, *Anais da Província de Goiás*, Editora Ipiranga, 1979, p.305

Retomando Hobsbawm, *“a vinculação a um Estado histórico real, presente ou passado, pode agir diretamente sobre a consciência de pessoas comuns para produzir um patriotismo moderno”*¹⁸. Logo, a constante repetição da existência de uma tradição de luta separatista na região, por parte do movimento do final da década de 1980, implicava na busca de formação e legitimação de uma "consciência local" sobre a secular situação de abandono e atraso da região. De acordo com Alencastre, o interesse do movimento separatista local liderado por Theotônio Segurado divergia do interesse político, econômico e social apregoado no restante do país. A tônica do movimento residia no fato de que *“como não podia vingar na capital a idéia da nomeação de um governo provisório, ele seria aclamado no norte. Para este fim, contavam com o vigário de Cavalcante, mas este, não tendo bastante prestígio e influência, cedeu a direção ao desembargador Theotônio Segurado, o qual não trepidou em colocar-se à frente do movimento, não para favorecer aos patriotas, mas com a intenção formada de neutralizar qualquer tentativa em favor da independência”*¹⁹.

Na época, o Brasil lutava pela independência política de Portugal, e segundo Silveira, esse processo representava a superação de contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do espaço colonial brasileiro e as condições *limitativas* impostas para seu desenvolvimento, entre as quais se colocava a forma de apropriação do território²⁰. Contudo, a luta separatista do norte goiano, atual região do Tocantins, implicava numa apropriação, controle e arranjo da área, de modo que esta permanecesse participando da reprodução do sistema mercantilista.

O movimento separatista de 1821-1823 era assim um movimento eminentemente econômico²¹, pois reclamava para a região do Tocantins o poder de autogerir-se para poder atender

¹⁸ Eric J. Hobsbawm. Op cit, p.90

¹⁹ José Martins de Alencastre, Op. cit, p. 305

²⁰ Rosa Maria Godoy Silveira. *Regionalismo Nordestino*. São Paulo, Editora Moderna, 1984, p. 96

²¹ Ver ANEXO I (FIG - 01)

aos interesses do mercado externo da época. Nessa perspectiva, os interesses políticos, econômicos e sociais contemplados pelo movimento separatista da região do norte goiano, além de totalmente antagônicos aos interesses articulados pelo Estado Brasileiro, ainda se chocavam com a busca da independência política diante de Portugal e com o princípio da nacionalidade, que pressupunha a manutenção da unidade do vasto território colonial.

Conforme assinala Cavalcante²², o processo de ocupação econômica da região do norte goiano fez-se baseado na exploração de minas auríferas, sob a orientação da política mercantilista do Estado absolutista português. Este atuava com vistas a possibilitar a acumulação de riquezas por parte da burguesia metropolitana bem como a se auto-fortalecer.

A ação do Estado absolutista português esteve guiada pelo imperativo econômico de ocupação do território como forma de reiterar o domínio político e proporcionar retorno aos investimentos que o Estado realizara. Dessa forma, a empresa colonizadora gerava interesses distintos, peculiares aos espaços da produção, da circulação mercantil e da dominação estatal, cada qual com o seu âmbito de ação política²³. Para articular esses interesses, o Governo Geral havia adotado uma divisão político-administrativa do território em províncias, tendo ainda delegado às ouvidorias o *exercício do poder* nas capitânicas, o que não significava, no entanto, um *novo* poder local, mas uma outra instância do poder estatal mercantilista. A nomeação do ouvidor Theotônio Segurado para a Comarca de São João das Duas Barras, elucida bem a diretriz política do projeto colonizador do período:

Palmenses! Entremos pelos bosques, e acharemos matas de anil, de recina, ruibarbo e outras arvores, e plantas, cujos produtos pouco volumosos, e de

²² CF. Dissertação de Mestrado de Maria do Espírito Santo Cavalcante. Op. cit., p. 13

²³ Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit., p. 98

*grandes preços, sejam mais interessantes ao Comércio desta Capitania, e dos quais resulte maior utilidade à Metrópole que está perdendo somas consideráveis nas compras de alguns dos gêneros. Faça-se o anil com perfeição; averigüe-se tempo próprio para a colheita da recina e só estes dois gêneros livrarão esta Capitania da sua atual e triste situação. Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal*²⁴.

Este apelo ao povo de Palma representava tanto a disposição do aparelho do Estado Colonial em manter a dominação política sobre a Comarca, como também uma tentativa de apaziguar os ânimos de comerciantes e mineradores da região; os primeiros, por exercerem cargos políticos nos conselhos administrativos locais, e os outros, por estarem insatisfeitos com a centralização política e econômica do Governo Geral.

No sistema colonial-mercantilista, a colônia se especializava em produzir “matérias primas” (produtos minerais ou agrícolas principalmente de tipo tropical) e os exportava para a metrópole que cuidava da sua distribuição para o mercado econômico mundial²⁵. Nesse processo, a produção interna da colônia parecia obedecer a uma especialização imposta: os territórios de minas deviam dedicar-se quase exclusivamente à produção do ouro sem concentrar esforços na produção de outros bens, que poderiam importar. Assim, as minas do norte goiano eram uma espécie de colônia dentro da colônia: um território economicamente dependente dos produtores e comerciantes do Rio de Janeiro, da Bahia, do Pará e do sul de Goiás²⁶. Nesse plano, nas duas primeiras décadas do século XIX, a decadência da mineração ou o desaparecimento do ouro da região do norte goiano e o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária, eram conseqüências, da mentalidade tanto do corpo

²⁴ Regina Lacerda. *A Independência em Goiás*. Goiânia, Editora UCG, 1989.

²⁵ Ver Luis Palacim, *História de Goiás (1722-1972)* Goiânia, Editora UCG, 1989.

administrativo metropolitano quanto dos mineradores locais. De acordo com Americano Brasil, o Governo português, que antes procurava canalizar toda a mão-de-obra da Capitania para as minas, passava através das suas autoridades a incentivar e promover a agricultura em Goiás²⁷. Porém, a legislação fiscal (os dízimos temidos pelos agricultores, tanto na forma de avaliação quanto na forma de pagamento), o desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, muito pouco rentável, e a ausência de um mercado consumidor impediam o desenvolvimento da economia local²⁸. No entanto, com a finalidade de atender aos interesses mercantilistas e manter integrado o poder dominante da burguesia hegemônica portuguesa, várias medidas salvadoras foram aplicadas pelo governo português para reorganizar a economia do norte goiano. A primeira delas foi de ordem administrativa: em março de 1809, o Príncipe Regente D.João VI dividiu oficialmente a província do norte e nomeou o desembargador Joaquim Theotônio Segurado como ouvidor responsável pelo desenvolvimento econômico daquela região²⁹. De acordo com o ofício número 08, Joaquim Theotônio Segurado deveria incentivar e promover o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, do comércio e da navegação dos rios Araguaia e Tocantins:

Criar uma Companhia de comércio no arrayal de Trahiras, com o objetivo de negociar com a cidade do Pará pelo rio Tocantins; isenção dos dízimos por espaço de tempo de dez anos aos lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas nas margens dos rios Tocantins e Araguaia; criação de presídios à

²⁶Ver Regina Lacerda. Op.cit. p.38

²⁷ Ver Americano Brasil. Op. cit p. 135

²⁸ Ver Luis Palacin. Op. cit p.41

²⁹ José Pereira Martins de Alencastre. Op.cit p. 114

*margem dos rios para proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar o trabalho dos naturais no cultivo da terra*³⁰.

Na prática, a maioria dessas medidas permaneceu no papel. Os problemas de ordem econômica não foram resolvidos. A solução dos mesmos dependia do surgimento, na região, de um produto básico que encontrasse aceitação no mercado consumidor europeu, como havia acontecido com o açúcar, o ouro e o algodão nas outras regiões do Brasil. Também concorria para isso a mentalidade dos mineiros, que ainda sonhavam com a volta dos tempos de ouro fácil e não se dispunham a enfrentar uma luta com a terra, para a implantação do trabalho agrícola (três anos de seca não haviam permitido a colheita e conspiravam contra aqueles que tentavam plantar)³¹. Neste contexto, o norte goiano nada exportava; o seu comércio externo era absolutamente passivo: *os gêneros da Europa, vindos em bestas do Rio ou Bahia pelo espaço de 300 léguas chegavam caros; os negociantes vendiam tudo fiado: daí a falta de pagamentos, as execuções e a total ruína da capitania*³². A decadência era evidente. Mesmo recebendo instruções de como proceder para aumentar os rendimentos com a pecuária via navegação para o Pará, os negociantes de Cavalcante, Arraias, Palma, Natividade e Flores permaneceram, durante as primeiras décadas do século XIX, em franco estado de decadência³³.

Embora a separação da comarca do norte com relação a Capital do sul de Goiás tenha sido defendida pelos antigos mineradores da região como a solução para o problema econômico local, a reação concreta a tal situação se deu apenas no período de 1821 a 1822, quando o norte se envolveu com a criação de um Governo Provisório autônomo na região defendido pelo Padre Luís

³⁰ Extraído do Livro de Correspondências, nº 205 – Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás.

³¹ Segundo Lacerda; desde o Governo de D. José de Almeida Vasconcelos Seival de Carvalho (1772), os goianos eram incitados à atividade da agricultura e da pecuária. Ver Regina Lacerda. Op. cit p. 16

Bartolomeu Marques, Lucas Freire de Andrade, Capitão Francisco Xavier de Barros e Felipe Antônio Cardoso, apoiados pelo ouvidor Joaquim Theotônio Segurado. Esse movimento, afirma a literatura regional, fora uma continuidade do movimento frustrado iniciado pelo mesmo grupo no Sul de Goiás.

Em abril de 1821, o cenário político do país e, particularmente, a situação da administração política do governo do Capitão General Inácio de Sampaio, no sul de Goiás, não eram das melhores. As notícias sobre os acontecimentos da Corte, a instalação do Governo Provisório de São Paulo e a agitação geral em prol da independência política do Brasil diante de Portugal chegaram ao sul de Goiás por intermédio do coronel da Milícia, Antônio Navarro de Abreu³⁴.

Estas notícias conduziram o Pe. Luís Bartolomeu Marques e seus seguidores (Pe. José Cardoso de Mendonça, Pe. Lucas Freire de Andrade, capitão Francisco Xavier de Barros, Felipe Antônio Cardoso, e o soldado Felizardo de Nazareth Bitencort) a planejar um golpe contra o governo do Capitão General Inácio de Sampaio. O grupo tinha como objetivos a deposição de Sampaio, a instalação de um Governo Provisório no sul de Goiás e, por último, trabalhar pela independência do país. Segundo Alencastre, as atividades do grupo iam desde proclamações que, à falta da imprensa, eram afixadas nos principais pontos da cidade, até visitas domiciliares³⁵.

Fiel à Corte Portuguesa tanto para se firmar na posição de Governador quanto para manter a unidade política do corpo administrativo metropolitano, Sampaio procurou, por todos os meios, sufocar o movimento político de seus opositores. Convocou as corporações militares e as juntas

³² Ver Joaquim Theotônio Segurado. "Memória Econômica e Política sobre o Comércio atívvo da Capitania de Goiás", *Revista Memórias Goiânas I*. Goiânia, Centro de Cultura Goiana – Universidade Católica de Goiás, 1982, p.42

³³ Ver Luís Palacin. Op.cit p.41

³⁴ O coronel Antônio Navarro de Abreu levava notícias para o Mato Grosso; de passagem por Goiás forneceu todos os detalhes ao Padre Luis Bartolomeu Marques sobre os acontecimentos da Corte e a instalação do Governo Provisório em São Paulo. Ver Regina Lacerda . Op.cit p.20

³⁵ Ver Alencastre. Op. Cit p. 114

eleitorais para proceder às eleições "livres" para deputados às Cortes portuguesas no dia sete de agosto. Saíram eleitos: Joaquim Theotônio Segurado, Padre Luís da Silva e Souza e o suplente Plácido Moura. Exigiu, através de termo assinado por seus opositores, o afastamento dos mesmos da Comarca do sul para a Comarca do norte de Goiás³⁶.

Obedecendo àquelas determinações, o Capitão Francisco Xavier de Barros foi comandar o destacamento de Sta. Maria, o Pe. José Cardoso de Mendonça seguiu para a aldeia de Formiga do Duro, o Capitão Felipe Antônio Cardoso foi confinado à sua casa na fazenda Sumidouro no distrito de Arraias e o Pe. Luís Bartolomeu Marques teve que se afastar cinquenta léguas da Província tendo o Pe. Lucas Freire (também sentenciado) declarado que também se afastaria da Província³⁷.

Essa dispersão que, em resumo, correspondeu à transferência de quase todos para o Norte, veio favorecer a Segunda opção: a instituição de um Governo Provisório na comarca de São João das Duas Barras - Palma e a declaração do rompimento com a comarca do sul de Goiás. Segundo Palacin, o movimento separatista do Norte representou uma continuação do movimento revolucionário da capitania de Goiás sob a liderança do mesmo Padre Luís Bartolomeu Marques³⁸.

Embora o movimento separatista do norte goiano de 1821-1823 tenha contado com a participação efetiva dos líderes do movimento da Capital do sul de Goiás, não se pode afirmar que a secessão do norte fora uma continuação do movimento da Capital. Primeiro, pelo fato de que, subjacente à instalação do Governo Provisório no norte goiano, estava a diferença entre as situações econômicas do sul e do norte da região. Os habitantes do sul apresentavam melhores condições sócio-econômicas que a população do norte goiano. Isso favorecia a adesão dos habitantes do norte à causa separatista: era a região pobre defendendo a separação com relação à região rica. Segundo,

³⁶ Ver Atlas e Proclamações do dia 25 de abril de 1821. Governo de Manoel Inácio de Sampaio.

³⁷ Ver ANEXO I (FIG - 02)

o apoio e a adesão do ouvidor da comarca do norte Joaquim Theotônio Segurado ao grupo separatista³⁹ davam uma outra tônica política ao movimento do norte. Do ponto de vista político, essa adesão não significava um rompimento direto do agente colonizador português, Theotônio Segurado, com o Capitão General Inácio Sampaio; ou seja, ambos eram representantes legítimos dos interesses da Corte portuguesa e contrários à independência política do Brasil diante de Portugal. Nesse sentido, a instalação do governo provisório do norte convergia cada vez mais para a manutenção dos interesses da elite portuguesa.

Nesta perspectiva, no dia 14 de setembro de 1821, organizou-se e fez instalar em Cavalcante (até que se decidisse onde deveria ser a capital) um Governo Provisório, que se declarava independente da Comarca do sul de Goiás e fiel à Constituição do Reino Unido:

Habitantes da Comarca da Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; (...) Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição. (...) Viva a nossa santa religião, viva o Sr. D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança. Viva a Constituição que se fizer nas Cortes reinantes em Lisboa.

Cavalcante, 15 de setembro de 1821. Joaquim Theotônio Segurado-presidente da junta provisória do governo do norte⁴⁰.

³⁸ Ver Luís Palacin e Maria Augusta de Moraes. Op. Cit p.52

³⁹ Componentes do Grupo separatista: Padre Luís Bartolomeu Marques, Francisco Xavier de Mattos, Padre Francisco Joaquim Coelho de Mattos (cavaleiro da ordem do cruzeiro e vigário de Cavalcante), Padre José Cardoso de Mendonça, Padre Lucas Freire de Andrade, Joaquim Theotônio Segurado, Manoel Ferreira, Felipe Cardoso e outros. Ver Otávio Barros da Silva. Op.cit p.143

⁴⁰ Faziam parte da junta: Manoel Antônio de Moura Teles, José Zeferino de Azevedo, José Vitor Faria e os deputados: Pio Pinto de Cerqueira, Antônio Joaquim Ferraz, João Batista da Cruz, Lúcio Luís Lisboa Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Mattos, Francisco Xavier de Matos, Luiz Pereira de Lemos e Joaquim Rodrigues Pereira. Ver José Martins Pereira de Alencastre. Op. Cit p. 151

Conforme ficara estabelecido na instalação do Governo, a vila de Cavalcante não seria a Capital definitiva:

Todas as cabeças de julgado darão um Deputado para o Governo provisório. Os arraiais de São José, São Domingos, Chapadas, Porto Real, Natividade, Palma e Monte do Carmo ficam gozando das mesmas prerrogativas. Esses Deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os Deputados, se decidirá qual deve ser a capital, e nela residirá o Governo⁴¹.

A falta de consenso do grupo separatista sobre o local mais viável para a instalação definitiva daquele Governo provocava várias dissensões entre as lideranças dos julgados de Palma, Natividade e Arraias e, conseqüentemente, entre os principais elementos do movimento separatista. Contudo, usando de atribuições que considerava legítimas, o novo Governante então transferiu a Capital de Cavalcante para Arraias, posteriormente para Palma e finalmente para Natividade.

Com estas mudanças, os interesses isolados das lideranças daqueles julgados dirigiam-se cada vez mais para uma política que assegurasse a reprodução do sistema de dominação na região. Isto é, uma política que fosse capaz de manter a subordinação das decisões político-econômicas da região a outras regiões. As decisões extra-territoriais tomadas sobre a exploração dos recursos da região asseguravam à junta governante uma participação, ainda que desigual, na exploração dos recursos locais. Tal fato está indicado nas acusações das lideranças de Trahiras e São Domingos, as quais afirmavam que a junta se apropriava indevidamente das rendas dos arraiais:

⁴¹ Ver José Martins Pereira de Alencastre. Op. Cit p. 173

" A Junta está apropriando-se das rendas reais, que diversos arraiais dessa Comarca remetem para o erário dessa capital a fim de suprirem as despesas públicas, pretendendo por essa forma constituir seus feudários todos os outros arraiais da Comarca"⁴².

As lideranças desses arraiais passaram a se opor ao governo provisório de Theotônio Segurado e conseqüentemente à causa separatista defendida por este. De acordo com Lacerda, essas lideranças abandonaram a luta separatista por entenderem que naquele momento os interesses políticos do presidente da junta governante, Joaquim Theotônio Segurado, consistiam em não apoiar a independência política do Brasil. Segurado na realidade não pretendia romper com a dominação portuguesa, mas sim fazer oposição ao governo do Capitão General Sampaio, instalado no centro-sul de Goiás⁴³. Nesta linha, afirma Lacerda, os deslocamentos da capital, a falta de consenso das lideranças de Palma, Arraias, Cavalcante, e a posição de não independencista⁴⁴ de Theotônio Segurado, se sobrepuseram à causa separatista regional.

Deste modo, durante o ano de 1822 a situação política e econômica local permaneceu abalada tanto pelas rivalidades políticas entre nativos e reinóis como pelo baixo rendimento da economia local. Na opinião de Americano Brasil, essas rivalidades se tornaram mais aguçadas quando as notícias" sobre os movimentos políticos do Brasil, sobre a situação de resistência dos portugueses, sobre as manobras de Portugal e outras chegaram até aos nativos do norte via Jornais do Piauí e Pará. Por isso, o governo provisório não pôde contar com um saldo positivo naquela região. Ainda assim, o movimento separatista do norte goiano não conseguiu provocar um impacto

⁴² Ver Alencastre. Op. Cit . p. 304

⁴³ Regina Lacerda. Op. Cit p. 31

⁴⁴ Vou usar a forma que é tradicional no Estado de Goiás.

na política nacional; tal movimento permanecia um fato local. Esta situação está indicada no ofício emitido pela junta provisória da época:

*"Cumpre a esta junta ponderar a V Ex. que, tendo Joaquim Theotônio Segurado, ouvidor da comarca de São João das Duas Barras, instalado em setembro do ano passado um governo provisório em Cavalcante, arraial da mesma comarca, do qual se fez presidente, transferindo-o depois para Natividade, fazendo-se nomear deputado às cortes, partiu para Lisboa pela cidade do Pará. (...) Com a retirada de Segurado, muitos de seus correligionários políticos, conhecendo que tinham vivido iludidos, abandonaram a sua causa, conservando-se alguns indecisos, dentre eles Pio Pinto de Cerqueira, Capitão Felipe Cardoso, Joaquim José da Silva que não concordando com Segurado deu uma nova feição aos negócios do norte"*⁴⁵.

Contudo, diante do abandono da causa separatista por parte de Joaquim Theotônio Segurado e do retorno do mesmo, como deputado, às Cortes de Lisboa para Portugal, assume o Governo da Província da Palma Pio Pinto de Cerqueira. Com este permaneceram os deputados: Antônio Joaquim Ferraz, Silvério José da Silva Rangel, José Bernadino Ferreira, Lúcio Luís Lisboa, Joaquim José da Silva, e Manoel Mateus Ferreira, e o Capitão Felipe Cardoso⁴⁶. Estes, preocupados em definir a situação político-administrativo da Comarca do Norte, extinguiram o foro de Arraias e destituíram o Juiz ordinário Febronio José de Vieira. Indignados com as decisões políticas tomadas por esse Governo, Febronio José de Vieira, os vereadores de Palma e Cavalcante; José de Araújo Godinho, Vital Galvão de Moura Lacerda, Francisco Ribeiro de

⁴⁵ Transcrito por José Martins de Alencastre nos *Anais Da Província de Goiás 1863*. Goiânia, Editora Líder, 1979, p. 380 ⁴⁶ Ver Otavio Barros. *Op. cit.* p.143

Carvalho, e Boaventura da Silva Gomide se concentraram em Arraias e se negaram a reconhecer, tanto o Governo de Natividade, como o de Goiás⁴⁷. Neste contexto, a desorganização político-administrativo era geral:

Juiz destituído e Juiz nomeado funcionavam concomitantemente.

Os nortenses obedeciam a quem queriam, muitos não prestavam obediência a ninguém, e ninguém entendia mais nada, muito menos as autoridades, que supunham deter algum poder⁴⁸.

Entretanto, quando a primeiro de janeiro de 1823, foi o governo do norte informado da Independência política do Brasil, através do Correio da Bahia, Pio Pinto de Cerqueira, numa tentativa de organizar e legitimar a administração política de seu Governo, buscou apoio à sua causa no governo de D. Pedro I. Este, desaprovou o movimento em ofício encaminhado pelo Governo Provisório de José Bonifácio (datado de 23 de junho de 1823), comunicando a não aprovação por parte de D. Pedro a um Governo separado: *não porque julgue que os indivíduos que se compõem o dito Governo sejam destituídos de sentimentos patrióticos e honrados e fiéis brasileiros, mas por ser a dita lei contrária às leis que probem a multiplicidade de Governos em uma só Província⁴⁹.*

Diante desta posição do Governo Central, coube à junta governante do sul de Goiás restabelecer a unidade política daquela Província. Com esse objetivo, foi nomeado, o Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, como o pacificador da situação política da comarca do norte:

Palmenses, todas as províncias se coligaram e quase todo o Brasil proclama sua independência e a defende (...) tudo anuncia a futura grandeza

⁴⁷ Ver Maria do Espírito Santo Cavalcante. Op. Cit.p 221

⁴⁸ Depoimento de Cunha Matos “Corografia Histórica da Província de Goiás” in; Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil – 2º Trimestre de 1874

*com que este império vai tomar lugar entre as grandes nações do mundo; (...)
Os goianos deixaram de ser brasileiros se não forcejassem para fazer entrar
no seu dever. É, pois, fundado nestes princípios que a junta Provisória do
Governo, apoiada pela secretaria de estado dos negócios outorga e impõe ao
Sr. Padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury que os faça abraçar a causa geral
do Brasil⁵⁰.*

Mesmo tendo o Governo de Natividade abraçado a causa da independência nacional e lutado pela efetivação da autonomia política da comarca do norte, a fragilidade política, econômica e social daqueles arraiais não assegurava as condições necessárias para o reconhecimento da luta separatista local. Por isto, bastou a primeira tentativa concreta da comarca do sul de reunificar a Província, na pessoa do Pe. Gonzaga Fleury, para que esta se realizasse. Soma-se a isso o fato de que aquele espaço era caracterizado por uma ordem econômica precária e um quadro demográfico rarefeito, esses fatores contribuíam para o arrefecimento da luta separatista local.

Considerando ainda que nesse período a construção das nações era inevitavelmente vista como um processo de expansão, onde o princípio da nacionalidade *"se tornava legítimo quando tendia a unir em um todo compacto, grupos dispersos da população; e ilegítimo quando tendia a dividi-los em um Estado⁵¹*, movimentos como os dos Irlandeses, bretões, gauleses e outros eram tidos como anômalos em relação a esse processo, pois significavam uma luta contra o princípio da nacionalidade⁵². Neste contexto, os movimentos autonomistas, surgidos no interior do Brasil não conseguiam se firmar perante a ordem política, econômica e sócio-cultural nacional. Durante o

⁴⁹ Extraído do Livro de Correspondência nº 205, of. nº 9. In; Americano Brasil. *O Brigadeiro Felipe*. Goiânia, Editora Jornal de Goiás, 1920.

⁵⁰ Extraído das Atas de Proclamações – In/ Regina Lacerda. Op. Cit. p 73

⁵¹ Maurice Block, citado por Eric J. Hobsbawm, Op. Cit., p. 45

período que vai do século XIX à Segunda Guerra Mundial parece não ter havido espaço e lugar na economia global para as aspirações autonomistas das unidades consideradas pequenas e pouco viáveis economicamente enquanto Estados independentes⁵³. Entretanto, mesmo diante do predomínio das idéias nacionalistas e da ideologia centralista do Governo de Getúlio Vargas, os movimentos autonomistas do Brasil⁵⁴ continuaram reivindicando sua autodeterminação política local.

Uma vez que o reconhecimento das demandas das nacionalidades menores – ou seja, da existência de mini-Estados independentes - dá-se por sua extensão territorial e capacidade de se tornar uma unidade viável de desenvolvimento, o movimento pela autodeterminação política da região do Tocantins estava fadado ao fracasso, mas não à extinção. Após a consolidação do império e do ideal nacionalista, o movimento permaneceu chamando a atenção para a necessidade de uma redivisão territorial da região, e conseqüentemente, do país.

Vários foram os projetos apresentados para tentar solucionar a questão. Dentre eles, destaca-se o de 1849, que propunha a redivisão territorial do Brasil em 22 províncias, com a proposta de criação da província do Araguaia, no norte de Goiás. Outro projeto, apresentado em 1863 pelos deputados imperiais Visconde de Taunay e Cardoso de Menezes, propugnava apenas a redivisão territorial de Goiás em duas províncias: a do norte e a do sul. Já o terceiro projeto, defendido por Fausto de Souza em 1889, propunha a divisão do Brasil em 40 províncias e indicava a criação da província do Tocantins⁵⁵, tendo sido a partir de então que o norte de Goiás começou a ser identificado com este nome. Entretanto, nenhum projeto obteve êxito, pois, o Estado Imperial se

⁵² Idem . p. 45

⁵³ Regina Lacerda. Op. Cit p.43

⁵⁴ Conforme o caso do Mato do Grosso do Sul, do Amapá e do Tocantins, que embora não tivesse logrado êxito permaneceram reivindicando a autonomia política local.

contrapunha a qualquer forma de redivisão territorial. Nesse sentido, o fracasso do movimento também se explica em parte pelo fato de ele ter ocorrido, paralelamente, e ao mesmo tempo que a transição do período colonial para o imperial.

II O Movimento separatista e a Unificação do Espaço Nacional

Uma das características do período imperial foi a afirmação da unidade nacional através da preservação da integridade territorial e da manutenção da estrutura do poder. Segundo a historiografia brasileira, a emancipação política do país alterou apenas o bloco dominante, até então dirigido pela burguesia mercantil hegemônica portuguesa. O novo bloco do poder foi composto pela fração dos proprietários rurais e pela de comerciantes vinculados a um sistema de livre comércio, sob a coordenação política de um grupo de dirigentes oriundos das elites agrárias⁵⁶. Inexistindo incompatibilidade de interesses entre esses dois grupos, começa a configurar-se a preponderância dos proprietários rurais na vida política brasileira. A unificação política da classe dominante se fazia tanto em direção à manutenção das relações de produção quanto à unificação territorial ou espacial. Nesta modalidade de organização espacial, a formação do Estado nacional brasileiro se fazia associada ao liberalismo (agrário); o que se explica em função das condições estruturais da classe dominante, que se vinculava subordinadamente ao mercado externo, sem que houvesse um desenvolvimento econômico autoconcentrado no interior dos limites territoriais do país⁵⁷.

⁵⁵ Ver "Divisão Territorial e Administrativa do Estado de Goiás", in: Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica – Câmara dos Deputados, Brasília, 1978, p.34

⁵⁶ Eliza Maria Pereira Reis. "Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo". Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 3, 1982, p. 335 -348

⁵⁷ Rosa Maria Godoy Silveira. Op. Cit, p. 117

Sem negar as estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e funcionamento daquela ordem social, afirma Florestan Fernandes:

(...) A Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. (...) O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao fortalecimento de uma Nação. (...) Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que configuravam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional⁵⁸.

Nesse processo, embora o norte goiano se caracterize como uma região de base de sustentação agropecuária, a reduzida expressividade política, econômica e social impedia-lhe uma melhor integração no contexto político-econômico nacional.

Tal direcionamento político, econômico e sócio-cultural não propiciava ao norte goiano uma evolução interna das forças produtivas locais, já que a decadência da economia colonial era um simples reflexo do enfraquecimento dos estímulos externos. Conforme afirma Furtado, a economia

⁵⁸ Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa No Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976 pp. 32 -33

brasileira não configurava um desenvolvimento endógeno conflitante com os interesses do setor exportador⁵⁹. Isto é, orientado pelo arsenal do liberalismo, o Brasil procurava responder aos requisitos econômicos, políticos e sociais que condicionavam sua associação livre, mas dependente, às nações que controlavam o mercado externo e às estruturas internacionais de poder. Nesse sentido, afirma Florestan Fernandes, o liberalismo não preenchia, aqui, as funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social autônoma, concorrendo apenas para precipitar a formação e orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional heterônoma⁶⁰.

Neste contexto, o desenvolvimento das forças produtivas da região do norte goiano não propiciava uma reação às condições gerais (nacionais) de produção.

Conforme afirma Palacin, a região do norte goiano adentra o século XIX com uma baixa representatividade política, dado que sua base econômica, a agropecuária, não havia alcançado um nível de comercialização que lhe facultasse uma acumulação interna suficiente, a ponto de possibilitar a emergência de uma elite regional influente no cenário político nacional⁶¹. Acrescentava-se ainda, nessa fase, a carência de investimentos maciços em setores básicos, tais como construção de estradas e pontes.

Com o processo de expansão do sistema capitalista mundial, o problema da *marginalização* da região nos mercados nacional e mundial agravou-se ainda mais. Ao nível econômico, a defesa dos limites da fronteira do território de Goiás era a conservação do primitivo núcleo latifundiário local, que se apropriava da renda gerada pela produção e procurava impor-se política e

⁵⁹ Celso Furtado. *Dialética do Desenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura, 1964, p. 116

⁶⁰ Florestan Fernandes. Op. Cit, p. 35 - 36

⁶¹ Luis Palacin. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia, Editora Oriente, 1970, p. 31

economicamente na região através da exportação de gado por meio do rio Tocantins, única via de transporte que lhes assegurava uma melhor relação comercial com o Pará, o Maranhão e a Bahia⁶².

Não obstante, as dificuldades de acesso a um eixo viário de escoamento rápido e regular não só impediam o desenvolvimento de uma agricultura comercial como também condenavam a região à baixa produtividade; ou seja, à permanência de um mercado local articulado apenas a uma economia de subsistência. Segundo o IFAS - Instituto de Formação e Assessoria Sindical, este sistema de produção baseava-se no trabalho familiar, que consistia na preparação da *roça de toco* (arroz, farinha, feijão e milho) e criação de gado (e venda de bezerros) utilizado como uma espécie de *poupança*. Esta estrutura, combinada à alta concentração da terra, deu origem a uma pecuária extensiva, que teve como produção comercial o gado de corte, para cria e recria⁶³. Esta estrutura trazia vários obstáculos ao movimento separatista da época. Como afirma Silveira, desde a emergência do Estado nacional, o país passou a ter uma política econômica que garantia a eficácia da dominação política dos proprietários rurais⁶⁴.

Desta forma, o Estado central esteve presente nas várias unidades político-administrativas, e na pessoa dos presidentes das províncias que executavam os encargos essenciais à centralização, como por exemplo, o controle da Guarda Nacional, órgão repressivo que, a despeito de ter sido criado para garantir a dominação a favor dos proprietários rurais, por sua composição e caráter localista, acarretava sérios distúrbios, em determinados momentos, ameaçando a ordem social unificada⁶⁵. Este mecanismo jurídico-político de unificação do poder ampliara o domínio dos proprietários rurais e dos juizes de paz. Estes passaram a exercer importantes funções policiais e

⁶² Regina Lacerda. Op. Cit p. 43-45

⁶³ Estas informações estão contidas no "Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Tocantins" apresentado pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical - IFAS in: Caderno de Consulta nº 5, fevereiro de 1995, (mimeo).

⁶⁴ Rosa Maria Godoy Silveira. Op. Cit p. 108

judiciais respectivamente; entre elas, controle sobre as funções dos inspetores de quartirão encarregados de reprimir os crimes cometidos pelos índios, que atacavam as fazendas, assassinavam os proprietários e incendiavam as habitações⁶⁶. De acordo com Silveira, a distribuição tributária efetivada pelo governo entre os vários governos provinciais era o eixo central do processo de organização do poder durante o Império. A circulação dos produtos da indústria nacional era gravada em algumas províncias com imposições quase proibitivas; em outras, há referências de que o açúcar era taxado cinco vezes; a aguardente, oito; o tabaco e a criação do gado, seis; o algodão, três⁶⁷.

Os efeitos dessa prática aumentavam tanto os entraves entre o comércio e a agricultura quanto a disparidade da contribuição que cada província dava ao governo central. Neste contexto, as queixas contra as várias oligarquias que disputavam entre si a captura do excedente, sob a forma de impostos, cresciam de província a província. Em Pernambuco, instaurou-se um sistema próprio de exclusão: “limpeza do sangue”, a que se acrescentavam uma distinção de classe e de etnia bem como a discriminação de quem tivesse “defeitos mecânicos”, ou seja, o exercício do trabalho manual pelo indivíduo, seus pais ou seus avós. Esse sistema, como assinala Evaldo Cabral, dava lugar ao mecanismo da fraude genealógica que impedia a ascensão social do colono ou remediava a desclassificação de quem quisesse continuar a viver dentro do sistema e não à margem dele. Assim, garantiu a reprodução do sistema de dominação⁶⁸. Nessa mesma época, no sul do país, a Revolução Farroupilha (1835-1845) exprimia a reação da região pecuária localizada no interior da província do Rio Grande do Sul contra a excessiva taxaço do Estado imperial que onerava os custos de sua

⁶⁵ Americano Brasil. Op. Cit, p. 113

⁶⁶ Idem, p. 113

⁶⁷ Ver Rosa Maria Godoy Silveira. Op. Cit. p. 126 -127

⁶⁸ Ver Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue: Uma Fraude Genealógica No Pernambuco Colonial*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1989 p. 26

produção e dificultava, desse modo, a concorrência com a região pecuária dos países do Prata⁶⁹. Os estancieiros, charqueadores e exportadores que haviam participado da revolta saíram beneficiados, garantindo sua hegemonia como bloco dominante no âmbito da província do Rio Grande do Sul. De acordo com Andrade, as pressões asfixiantes da Corte provocaram a Revolução Farroupilha, que proclamou a existência de duas repúblicas, a de Piratini, no Rio Grande do Sul, e a de Juliana, em Santa Catarina. Ao ser proclamada a República, o Rio Grande foi o ponto territorial de apoio à Revolução Federalista, liderada por Silveira Martins, que, coexistindo com a Revolta da Armada, resistiu heroicamente à repressão florianista por mais de três anos. Pacificado, isto é, vencido, o Rio Grande elaborou uma Constituição Estadual bem diversa da dos demais estados brasileiros⁷⁰.

Bem diverso deste apresentou-se o movimento separatista da região do Tocantins. Embora o movimento contasse na sua base com a adesão dos grandes proprietários de terras, comerciantes e garimpeiros, o apoio destes à causa autonomista era um tanto quanto restrito e oscilante devido à natureza da economia regional. Isto é, as transações comerciais geradas em torno do corte de gado dificultavam as relações entre os pecuaristas locais, que se dividiam entre os que asseguravam suas relações com o comércio de Belém e os que preferiam a negociação comercial com o sul de Goiás⁷¹.

Neste sentido, o objetivo do movimento separatista (criar coesão social e obter maior capacidade de pressão nacional) era prejudicado pela falta de unidade política do bloco dominante local. Desse modo, como afirma Cavalcante, a causa separatista não interessava à oligarquia dominante local, uma vez que a unidade do Estado facultava-lhe a manutenção do compromisso coronelista com as oligarquias do centro-sul. Em contrapartida, de um modo geral consolidava-se o

⁶⁹ Célia Camargo de Simone. Dissertação de Mestrado, *Estado Nacional e Exército*: FFLCH da Universidade de São Paulo, 1980 (mimeo). Num estudo sobre Caxias, a autora faz uma abordagem sobre a forma com que o Estado Nacional agiu na repressão aos movimentos regionalistas.

⁷⁰ Ver Manoel Correia de Andrade, "Os Limites do Poder Nacional e do Poder Local" in: *Território Globalização e Fragmentação*. Editora Hucitec – Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, São Paulo, 1994.

⁷¹ Napoleão Araújo de Aquino. Op. Cit , p. 36-37

seu domínio político naquela região, dificultando a coesão interna em torno de uma causa separatista que colocava em risco os interesses políticos das lideranças locais⁷².

Contudo, o problema que a conjuntura política e econômica nacional colocava ao movimento separatista organizado no norte goiano era a necessidade da elite capitalizar seus interesses e uni-los ao desejo de autonomia político-administrativa daquela região. Nesse sentido, pode se alegar que a diferença histórica da bandeira separatista do norte goiano para os movimentos acima referidos está diretamente relacionada ao fato de que a bandeira divisionista não foi organizada e percebida por sua elite dominante como uma forma de criar cargos e ampliar seu poder local e nacional, conforme ocorreu no Nordeste. Esta região, que também teve as suas tradições separatistas vindas do início do século XVII, reativadas mais tarde pelas revoluções pernambucanas de 1817 e de 1824 e com a república bahiense do período regencial, sente-se espoliada pelo Estado Central e afirma seu poder político nacional⁷³. Há de se considerar que, subjacente ao desnível do poder político entre as duas regiões, estava e está a questão sócio-econômica local. O Nordeste, mesmo tendo perdido boa parte de sua população para o centro-sul, Amazônia e outras áreas do país, ainda assim manteve um quadro de densidade demográfica bastante expressivo e uma economia em lento processo de evolução; ou seja, uma economia não estagnada, capaz de assegurar à sua elite política regional influência no processo de decisão nacional. O norte goiano, mesmo possuindo um potencial econômico muito superior ao seu consumo, era caracterizado por um quadro populacional rarefeito o qual obstruía a formalização da sua pretensão autonomista⁷⁴.

⁷² Maria do Espírito Santo Cavalcante. Op. Cit p. 151

⁷³ Para uma discussão em torno da tradição separatista da região Nordeste, ver Manuel Correia de Andrade. Op. Cit, p. 271

⁷⁴ É conveniente assinalar que o movimento separatista organizado na região sul visava a separação dos três Estados meridionais para formarem a chamada República do Pampa Gaúcho. O movimento do Tocantins embora a literatura regional o classifique como "movimento separatista", não visava a criação de uma república independente, e sim a autonomia político-administrativa do sul de Goiás.

Segundo Silveira, a diversificação dos espaços regionais é dada pelas condições objetivas de cada região, e mais pela ação que as suas respectivas elites implementam na condução da consolidação da unidade nacional⁷⁵.

Neste sentido, apesar de o Brasil imperial possuir um sistema unitário da administração e de gestão do território, ainda era o poder político e econômico dos grandes estados que pressionava e impunha a legislação que melhor lhe beneficiasse. Assim, o tratamento dado aos movimentos autonomistas, ou à questão social, estava diretamente relacionado com o grau de ameaça que cada região distintamente representava para o Estado.

Neste aspecto, pode-se afirmar, com Furtado, que a desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, institucionaliza-se; quando uma economia subdesenvolvida cresce num espaço de extensão geográfica, como o do Brasil, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar sua maior conquista do passado: a unidade nacional⁷⁶.

Durante as várias etapas das mudanças na ordem política-econômica nacional, o movimento do norte goiano permaneceu reivindicando a sua separação política local. No entanto, o movimento pouco avançou nessa questão pois, conforme afirma Campos, os principais líderes da política estadual articulados com os líderes locais, conscientemente procuravam manter o atraso e o subdesenvolvimento do Estado, com a finalidade de não perder o domínio total de Goiás⁷⁷. Portanto, o atraso que se exprimiu através da falta de meios de comunicação, bem como da dispersão e do isolamento da região, era politicamente utilizado pelas lideranças locais como uma forma de controle sócio-econômico.

⁷⁵ Rosa Maria Godoy Silveira. *Op. Cit.*, p. 136

⁷⁶ Celso Furtado. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

⁷⁷ Itami Campos. *Coronelismo Em Goiás*. Goiânia, UFG, 1987.

Somente ao final da década de 1980 o movimento volta-se para a crença no *status* simbólico das manifestações como uma forma de legitimar a causa separatista e conseqüentemente pressionar as autoridades estadual e nacional. Podem ser identificados vários símbolos da tradição "inventada" nesse período. Como exemplo, têm-se as bandeiras regionalistas idealizadas pelo movimento⁷⁸ : a primeira constituída por 13 listras horizontais (simbolizando a linha divisória da região a partir do paralelo 13), de cores verde e amarela e cortada por uma listra em diagonal com a expressão "velo", significando a vigília pela autonomia e posse do território; a segunda, idealizada pelo representante do município de Tocantinópolis, composta de 12 listras em forma de um raio, em cores verde, amarelo e vermelha, cada uma representando cinco municípios do novo Estado, possuindo no canto superior esquerdo um triângulo significando a parte geográfica do Tocantins e uma figura humana com os braços erguidos para o céu, identificada com o ouvidor Theotônio Segurado⁷⁹. Esta representação simbólica da região era a forma do movimento compreender e conferir significado à sua própria história por meio de uma identidade espacial e comunitária. As práticas ideológicas presentes na construção dos símbolos regionais demonstram a utilização da história como legitimadora de determinadas ações sociais, e como elemento de coesão grupal na construção de uma identidade regional. Conforme afirma Hobsbawm, as tradições inventadas são sintomas

⁷⁸ Segundo a CONORTE, p. 29, a primeira bandeira regionalista foi idealizada pelo juiz de Direito de Porto Nacional, José Feliciano Braga. Para o IFAS – a bandeira teve origem no movimento estudantil do período e foi claramente instituída como bandeira do movimento regionalista no final da década de 50, quando a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek – construção de Brasília, expansão do processo de ocupação da região centro-oeste – abria novas perspectivas para a efetivação da luta pela autodeterminação política da região. A disposição das cores (verde, amarelo e o destaque da cor vermelha) representava cada um dos cinco municípios do novo Estado como também o conflito existente no interior da região.

⁷⁹ "A Verdadeira História Da Criação do Estado Do Tocantins". Revista CONORTE, nº 03, dezembro de 1989, p.29.

importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem mesmo localizados no tempo⁸⁰.

III- CONSTRUINDO A "CULTURA REGIONAL": IDENTIDADE E DIFERENÇA

Os mitos têm exercido uma inegável influência na história do processo de ocupação da região do Tocantins. Vimos que no primeiro momento a história do povoamento do norte Goiano se caracterizou pela busca do velocino de ouro: a descoberta e divulgação da existência de abundante minas de ouro, diamantes e cristais nos arraiais das margens dos rios Araguaia - Tocantins. O século XIX foi marcado pela epopéia da borracha, o ouro negro. Durante o século XX, outros eldorados emergem⁸¹. O baixo valor da terra e o ideal de se tornarem grandes ou pequenos proprietários de terra, em curto espaço de tempo, atraíram maranhenses, paraenses, piauienses, mineiros e baianos, bem como alguns paulistas e gaúchos capitalizados para povoar parte da Amazônia legal, onde a castanha, o óleo do babaçu, a terra barata, a garimpagem de ouro, diamante, cristal e especificamente a possibilidade de produção de grãos tais como soja, milho e arroz atraíram esses migrantes. A grande fase desse processo de ocupação ocorreu com a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, do início da década de 1950 até os anos 1970.

Em 1981, um grupo de intelectuais nortenses radicados em Brasília e apoiados por alguns fazendeiros da região, decidiu criar a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano –

⁸⁰ Hobsbawm fala-nos ainda da utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade um amplo repertório destes elementos; sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais. Eric Hobsbawm e Terence Ranger, Op. Cit, p. 14 – 20.

⁸¹ Raymundo Garcia Costa desenvolve a idéia de busca do velocino de ouro em sua versão brasileira O "Eldorado" na obra: *Carajás: A invasão desarmada*. Petrópolis, Editora, Vozes, 1984 p 32-33. Neste trabalho a idéia do mito do Eldorado é ilustrada a partir da construção dos fortes em Vigia, Macapá, Amapá e Belém para proteger a entrada do rio Amazonas. Foram erguidas fortificações em pontos estratégicos dos grandes rios, como Cameté (Tocantins) e Óbitos (Amazônia).

CONORTE. Este grupo tinha como objetivo organizar a luta separatista através da agregação dos idealistas dispostos a lutar pela causa *centenária* da criação do Estado do Tocantins, e realizar estudos e debates sobre o potencial político-econômico da região e as probalidades de emancipação da mesma. No primeiro Congresso da CONORTE, realizado no mês de abril de 1982 em Brasília (participaram representantes do governo federal, estadual, lideranças políticas e autoridades da região nortense), o debate sobre a questão regional esteve centralizado na necessidade de apresentar um diagnóstico positivo sobre a capacidade de auto-gestão da região e da sua identidade sócio-cultural:

*"Precisamos mobilizar o povo nortense em defesa do fortalecimento da estrutura sócio-econômica, política e cultural da nossa região, afinal quem somos nós, tocaninenses ou nortenses? É preciso conscientizar a população de sua realidade atual, de suas necessidades e de seu potencial humano e econômico, potencial esse que poderá ser empregado na construção de um Estado autônomo, como fórmula eficaz de superar, em prazo mais imediato, seu secular atraso"*⁸².

Neste contexto, a questão da "identidade cultural"⁸³ aparece como um problema para o movimento separatista organizado. As reivindicações por esta ou aquela parte da região do Tocantins baseavam-se nas diferenças que vinham por conta de argumentos etnográficos sobre os costumes e práticas rituais comuns. As diferentes situações regionais forneciam abundantes recursos para a elaboração de panfletos que demarcavam a diferença cultural entre os goianos e os tocaninenses:

⁸² Ver, "Conorte, Idéia que deu certo". *Revista CONORTE* _nº 3, dezembro de 1989, p.08

⁸³ A Identidade Cultural com a qual me preocupo é a identidade regional. Isto é, à medida em que se ampliava a probabilidade de uma efetiva separação entre o sul e o norte de Goiás, houve que se estabelecer critérios para que o habitante do antigo norte goiano se identificasse como Tocantinense.

"O norte goiano, acima do paralelo 13, e o sul, abaixo dessa linha, constituem na verdade duas regiões fundamentalmente diferentes. A última, bastante desenvolvida, abriga mais de dois terços da população do Estado e responde por mais de 70% da sua economia. É uma região que guarda fortes conexões econômicas com São Paulo e o Triângulo Mineiro de onde recebe influência cultural; a outra, acima do paralelo 13, é tipicamente uma região nortista, que se colonizou sob a influência econômica e cultural de Belém do Pará, (...). Só muito recentemente, com o advento da rodovia Belém-Brasília, operou-se a sua conexão com a capital, Goiânia, e o sul do Estado. As características culturais da região denunciam as suas profundas ligações históricas com o Pará e o Maranhão, de onde recebeu influências até mesmo lingüísticas que diferenciam o goiano do norte do goiano do sul"⁸⁴.

Socialmente, três fatos deram um alcance crescente aos desenvolvimento desta nova comunidade "imaginária" - regional: a) a resistência de grupos tradicionais (grupos indígenas nativos da região) ameaçados pela fase desenvolvimentista da Transamazônica e também da implantação do Projeto Grande Carajás⁸⁵; b) as novas classes e estratos, não tradicionais, que rapidamente cresciam e se deslocavam para os municípios em torno do eixo da rodovia (as mais desenvolvidas da região); c) o fluxo migratório dos Estados vizinhos e outras regiões, que agregava os lavradores (sem-terra) e promovia uma disseminação múltipla de rituais e costumes por toda a região. É sob esse ritmo de mudanças e o receio das conseqüências destas na vida dos habitantes da

⁸⁴ Transcrito do "Jornal de Brasília" 13 de setembro de 1978 p. 361

⁸⁵ Cujos recursos segundo a CONORTE, não chegavam a Goiás e quando chegavam não eram repassados. Ver, *Tocantins a Força de Um Ideal*. Op. Cit, p. 361

região - (dos pobres, dos economicamente modestos e inseguros) que o movimento separatista requeria, aos novos habitantes da região, ou seja, grupos de homens e mulheres que se viam, de algum modo, como nortenses - ou eram assim vistos pelos outros - que estivessem prontos a aceitar que os seus descontentamentos fossem causados pelo tratamento de inferioridade dado tanto aos nortenses como aos tocantinenses, sempre comparando-os com outras áreas, Estados e classes dominantes do sul do país:

"As diferenças culturais, as enormes distâncias e inexistência de ligações rodoviárias até a época recente, os pólos opostos de atração econômica, representados por São Paulo ao sul e Belém ao norte, terminaram por separar de fato o que só politicamente achava-se unido.

O norte e o sul de Goiás são dois estados distintos, que muito pouco têm em comum"⁸⁶.

Nota-se que a nível infra-estrutural o movimento parece estabelecer a relação da visão de mundo regionalista com as relações de produção; estas, por sua vez, estão relacionadas à sua base física e, ainda, às formas específicas de relações sociais de produção de outros espaços e, finalmente, ao "modelo" de acumulação dominante na formação social. A nível da difusão da ideologia, a CONORTE⁸⁷ encarregou-se de reanimar a luta separatista e dirigir a *ação ideológica* da classe dominante, na medida em que atuava na criação de uma *opinião pública própria ao tocantinense*. Tal ação era importante já que o público local tinha uma concepção bastante confusa

⁸⁶ Idem, p.363

⁸⁷ Por nós entendida, não só como representante da elite local, mas como ideólogos dos interesses da classe dominante regional. Vale ressaltar que a CONORTE era composta na sua maioria por intelectuais da região, porém radicados em Brasília. Falamos aqui de intelectuais no sentido de Gramsci: agentes da superestrutura, os intelectuais formam uma camada social diferenciada, e encarregada de elaborar e gerar a superestrutura que dará à classe economicamente

e restritiva sobre os limites dos interesses da elite dominante quanto à causa separatista. Com a vitória desta, viria a criação de mais cargos eletivos: governadores e Secretarias de Estado, vagas no Senado e na Câmara Federal, criação de Assembléias e de Tribunais de Justiça etc. Isto só seria possível a partir de uma aspiração autonomista. Neste sentido, o elemento separatista defendido pela CONORTE apontava em 1988 para a necessidade de uma forte presença da elite local na cena política, sob as mais diversas motivações. Essas iam desde uma apologia do papel político desempenhado pelo ouvidor Theotônio Segurado, entre 1821-1823, até a elaboração e defesa da autodeterminação política do Estado do Tocantins, enquanto alternativa para amenização dos problemas da fome, miséria, desemprego ocorridos no país e na região. Este seria o último Eldorado do país. Segundo a CONORTE o Estado do Tocantins não só daria impulso ao progresso econômico e social do Centro-Oeste, como também integraria a região ao Norte do País.

"Não podemos esquecer que existem dois Brazis: o do Sul e do Norte. A emancipação política do Tocantins despertará a atenção do sul para os férteis vales dos rios Araguaia e Tocantins, que tem condições de ampliar, consideravelmente, a produção de alimentos do Brasil. A criação do Estado do Tocantins abrirá perspectiva para a regularização do sistema fundiário da região, acelerará os processos discriminatórios, demarcações e divisões de terras para incrementar o processo produtivo e com isso fixar o homem ao seu próprio meio fazendo com que a propriedade rural exerça sua função social"⁸⁸.

dominante homogeneidade e capacidade de dirigir o bloco histórico. Antônio Gramsci. *Maquiavel, A Política E O Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1991, p.81 – 87.

⁸⁸ Conorte in: Jornal "O Tocantins", edição de 27 de junho de 1983, Porto Nacional, Goiás.

Fato é que o movimento separatista organizado pela CONORTE não se constituía apenas num mero movimento ideológico, mas ação política concreta; primeiramente, tratou de elaborar uma análise dos fenômenos nos campos econômico e político da região. Tal análise diagnosticou e denunciou em seguida o dualismo, a fragmentação nacional refletida no ressentimento da população local. O movimento criticava a indiferença da União e das áreas (Centro-Sul) ligadas ao mercado nacional e internacional diante do atraso e do isolamento regional. Em seguida, criticava a discriminação que sofria a região por parte do governo estadual de Goiás e da União em relação à sua importância econômica; isto é, a drenagem dos recursos locais para o estado, através dos impostos e do uso da população local apenas para fins eleitorais:

"O sonho libertário da gente tocantinense brotou bem antes do populismo e do fisiologismo de falsos políticos que infestam hoje nossa região. Surgiu com naturalidade do idealismo de pioneiros como o ouvidor Theotônio Segurado, que, há 180 anos, via na emancipação político-administrativa a maneira mais eficaz de fazer a região superar seu secular atraso e isolamento. Esses pioneiros se conscientizaram de que a superação do atraso do norte goiano só seria possível se os tocantinenses assumissem seu próprio destino, longe da tutela dos governos de Goiás que só têm olhos para a região durante as campanhas eleitorais"⁸⁹.

As críticas do movimento não se direcionavam apenas às questões políticas e econômicas existentes entre o sul de Goiás e o norte Goiano mas, (nas palavras da própria CONORTE) ao relaxamento da solidariedade nacional:

⁸⁹ Transcrito do Jornal "O Popular" 01 de julho de 1983 p. 04

"O país precisa entender que dadas as mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva no centro-sul do país, o egoísmo e as mágoas regionais aumentaram e com isso o sentido de unidade nacional dentro em breve chegará ao fim. Por isso, tocantinenses, precisamos nos unir a favor da tendência da época: descentralização e autonomia do nosso poder regional"⁹⁰.

Paralelo a isso, o movimento procurava traçar e reforçar uma identificação cultural dos habitantes da região com os hábitos e costumes locais. Houve uma forte valorização do turismo da região através da exploração das praias fluviais oferecidas pelos rios Araguaia – Tocantins (com a ocorrência anual das secas destes, as temporadas de praias se estendem durante os meses de maio a setembro em vários municípios da região): Porto Nacional, Miracema, Xambioá, Ilha do Bananal⁹¹, Tocantinópolis. A Lagoa da Confusão, situada no município de Cristalândia, impressiona banhistas, pescadores e alpinistas pela sua beleza fascinante. Neste sentido, afirmava o movimento, durante as manifestações separatistas:

"Não há nenhuma identificação cultural com o Sul. Nossos costumes, alimentação, formação étnica, festas religiosas, folclores, são completamente diferentes. A base da nossa formação cultural foi trazida pelos dominicanos, logo que chegaram em Porto Nacional e pelos italianos que se instalaram no

⁹⁰ Célio Costa, economista e membro do Comitê dirigente Pró-Criação do Estado do Tocantins. Entrevista concedida ao Jornal "O Popular" 12 de abril de 1984.

⁹¹ A ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo, com mais de dois milhões de hectares, na sua maior parte é destinada à sobrevivência das comunidades indígenas dos Karajá, Javaé, Avá-Canoero e Tapirapé, em número já bem reduzido, constituindo-se assim no Parque Indígena do Araguaia – Tocantins.

início do século passado no município de Tocantinópolis. Por isso, não somos goianos e nem nortenses somos Tocantinenses”⁹²

Diante disso, a distinção entre Norte e Sul de Goiás voltava a evidenciar-se nos últimos anos de 1980, durante as "manifestações separatistas" ocorridas nos vários municípios da região. Tal distinção já ocorrera antes, até mesmo durante a atuação do agente colonizador português Theotônio Segurado, quando propôs a separação da região num sentido estratégico de divisão político-territorial da colônia, como forma de controle pela metrópole. A luta pela autodeterminação política da região adquiriu uma nova conotação, ainda de cunho político-territorial, à luz da questão de condições das estruturas produtivas de cada uma das áreas:

"enquanto São Paulo e Minas Gerais continuarem se identificando como centro cultural-econômico do país e, exercendo influência sobre as áreas menores como Goiás, o norte goiano permanecerá esquecido. Precisamos reiterar a nossa marca histórica de luta pela autonomia (...) com o surgimento de dois Estados mais fortes, com duas bancadas parar pleitear, como existem no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a emancipação do Tocantins vai é somar pois criaremos um novo pólo de desenvolvimento e com os investimentos econômicos de natureza privada seremos o novo centro político-administrativo"⁹³.

⁹² Darcy Coelho, empresário, membro do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins. Entrevista concedida para o Jornal "O Popular" 15 de abril de 1984.

⁹³ Depoimento de João Rocha, dirigente do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins. Entrevista concedida ao Jornal "O Popular" 03 de março de 1985.

Assim, o movimento separatista organizado de 1988 procurou modificar o discurso regionalista; isto é, os traços de *pobreza e isolamento* da região tornaram-se, na visão do movimento separatista, elementos que pouco caracterizavam o problema regional. Para o movimento, a *questão* regional passava pela falta de informações sobre o potencial de riquezas existentes no subsolo daquela área que conseqüentemente gerava a falta de interesse de investimentos na mesma.

"O que se nota em relação a nossa região, é a desinformação. Tanto as pessoas que vivem aqui como as que vivem fora, têm uma impressão muito aquém da nossa realidade, fala-se muito na pobreza do norte goiano. O norte de hoje não é mais aquele de 20 anos atrás. A partir da Belém-Brasília, se formaram núcleos populacionais de grande desenvolvimento econômico, como: Gurupi, Paraíso do Norte, Araguaína, Colinas, cidades que já têm uma vida econômica expressiva por força maior da iniciativa privada"⁹⁴.

Percebe-se que a preocupação do movimento separatista organizado nesse período era a relevância do potencial econômico da região. Neste sentido, em 1986, a CONORTE elaborou e divulgou a "Carta do Tocantins", documento que ilustra as razões da luta secular pela emancipação político-administrativa da região e o diagnóstico econômico da mesma. No período subsequente, com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a "manifestação" separatista ganhou novo impulso, isto é, o movimento passou a atuar junto a alguns parlamentares e especialmente junto à imprensa numa campanha nacional em defesa da criação do Estado do Tocantins⁹⁵. Nos próximos capítulos

⁹⁴ Depoimento dos dirigentes do Comitê-Pró-Criação do Estado do Tocantins. In: Jornal "O Tocantins" 27 de março de 1985.

⁹⁵ Vários documentos foram enviados às redações de jornais, revistas e televisão, com resultados positivos. Grandes reportagens foram produzidas pelas emissoras de TV, como a veiculada pela Rede Globo, através do *Fantástico*, mostrando as belezas e potencialidades da região. A revista *Veja* fez diversas matérias sobre a possível criação de uma indústria de Turismo na região. Na revista *Afinal*, o Tocantins foi matéria de capa. O *Jornal da Tarde*, de São Paulo, publicou também uma reportagem especial sobre a região e o *Jornal do Brasil* também deu destaque especial ao

deste trabalho, faremos uma análise mais precisa dos interesses econômicos e políticos presentes no diagnóstico elaborado pela CONORTE.

Tocantins. A maior reportagem foi publicada pelo *Correio Brasiliense*, de Brasília, com uma série de cinco matérias semanais abrangendo todos os aspectos do Tocantins.

CAPÍTULO II POR QUE CRIAR UM ESTADO APARENTEMENTE POBRE?

I – OBJETIVO:

O objetivo deste capítulo é o de mostrar a concepção de desenvolvimento econômico elaborada pela CONORTE para o futuro Estado do Tocantins. Tal concepção reservava à região do Tocantins o papel de fator dinâmico no processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. O objetivo político da CONORTE era o de demonstrar a viabilidade econômica da região do Tocantins com vistas a assegurar a aprovação da criação do Estado. O cumprimento de tal objetivo exigia a análise do significado da “estagnação” econômica que a região havia sofrido e de como o estágio econômico do Tocantins fizera com que ele se tornasse um fornecedor de mão-de-obra e de capital para o sul de Goiás, Maranhão, Belém, Bahia e Mato Grosso. O desenvolvimento do Tocantins, segundo a CONORTE, estaria diretamente vinculado à criação do Estado e ao incentivo da industrialização da matéria-prima da região. Não nos interessa aqui entrar na polêmica sobre a *estagnação* ou crescimento da agricultura na região. Pretendemos apenas nos deter na análise do diagnóstico econômico elaborado pela CONORTE, enquanto instrumento de pressão política no processo de criação do Estado do Tocantins. É levando em conta esse papel político da CONORTE que se tende a proposta de criação de um pólo de desenvolvimento no Tocantins; ou seja, o investimento na indústria do turismo e da agroindústria da região.

II - Modernização - A incorporação da região Tocantins

Somente a partir dos anos 80 se pode constatar uma presença significativa dos investimentos governamentais na produção agrícola da região do Tocantins. A intensificação da produção local (soja, arroz e milho) esteve diretamente vinculada ao incremento do uso de máquinas agrícolas, aumento do crédito subsidiado, incentivos fiscais e aos vários programas especiais direcionados para aquela região¹

De acordo com o INDUR, a área colhida do Estado de Goiás, no caso do arroz, passou de 16,03% em 70, para 28,79% em 1980. Já a do milho caiu de 18,26%, em 70, para 12,84% em 1980. No que se refere à pecuária, houve um crescimento de 150%. Por esses dados verifica-se que nesse período os traços essenciais da ocupação da região derivam do desenvolvimento da atividade pecuária². Isto é, o fato desta identificar-se como uma atividade mais estável, de oferecer menor nível de risco e de ser estimulada pelo crédito subsidiado propiciava a ocupação mais intensa de faixas de terras cujas condições de fertilidade eram as mais favoráveis³.

Mesmo admitindo que os produtos considerados como tradicionais são marcantes na economia da região, como é o caso do arroz, milho e soja, afirma Costa, é importante considerar que o desempenho significativo dos mesmos (o acréscimo da sua produção de

¹ Ver Dissertação de Mestrado de Maria do Amparo Albuquerque Aguiar. Expansão Capitalista E A Incorporação De Novas Áreas - O Norte de Goiás, Departamento de Economia, USP, 1986, p.109

² INDUR - Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional - Áreas Homogêneas e Áreas de planejamento - Perfil do Estado. Goiânia - Go, 1982.

³ Ver Célio Costa, *Fundamentos para Criação do Estado do Tocantins*. Goiânia, Editora Lider, 1982, p.23.

milho, de 133%, a área colhida de 48,5% e o rendimento de 57,12%) os coloca em situação privilegiada com relação àqueles produtos que têm pouco peso na composição do valor agregado industrial⁴.

Uma vez que os produtos (milho e soja) se identificam como produtos de largo aproveitamento industrial, a viabilidade de desenvolvimento industrial da região parecia estar diretamente relacionada ao desempenho da produção dos mesmos. Como reforço a essa produção, foram definidos os programas especiais que, voltados para potencialidades locais, como é o caso do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - (Polocentro)⁵, passaram a tratar especificamente do melhor aproveitamento do que é característico de quase todo o território tocantinense, os *cerrados*.

Neste sentido, convém assinalar a presença do Estado Central no desenvolvimento satisfatório da produção tradicional daquela região. Não há dúvida de que, sem o auxílio direto e indireto dos recursos da União (por exemplo: BR-153, ponte sobre o rio Tocantins, SUDAM e PROTERRA), a região Tocantins certamente estaria ainda hoje incrustada num estágio de absoluta pobreza e isolamento.

Além dos incentivos fiscais propiciados pela SUDAM e PROTERRA, outros programas federais voltaram-se para a região da Amazônia Goiana: Grande Carajás, o Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação (PROFIR). Os dois primeiros, no entanto, (Grande Carajás e PROVÁRZEAS), favoreceram mais a área do

⁴Idem, p.24

⁵ O Programa abrange uma área ao longo da BR-153, entre Gurupi e Porangatu. Idem, p.54.

extremo norte do Tocantins: (Ananás, Araguaína, Babaçulândia, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis e Xambioá). A importância desses programas para a região se evidencia tanto pela sua abrangência em termos de área quanto pelo tratamento diferenciado dado à região (financiamento a juros mais baixos que a taxa normal do Programa para outras regiões⁶).

Neste período afirma Aguiar, a política econômica nacional esteve voltada para o incremento de exportações, o que em parte significou a necessidade de um remanejamento na utilização das terras, na medida em que várias áreas no país, que antes estiveram voltadas também para a produção tradicional, tornaram-se produtores de exportáveis. Dai, abriu-se espaço para que a produção de Goiás se tornasse mais expressiva, o que de certa maneira se refletiu na produção tradicional da região Tocantins⁷. Havia portanto uma tentativa de modernizar a produção, através do crédito e do financiamento, em função de interesses diretamente ligados à expansão de alguns ramos industriais.

Segundo Rocha, os programas especiais não só abriram as perspectivas de ampliação do rendimento de culturas tradicionais exportáveis como também ampliaram as possibilidades de articulação da agricultura e da indústria naquela região. Torna-se, portanto, claro o processo de mudanças ocorridas no Tocantins⁸, mudanças essas que emprestaram características muito próprias àquela área.

⁶ Dados extraídos do Relatório da Comissão das Lideranças políticas do Setentrião Goiano, 13 de dezembro de 1985, p.17 (mimeo)

⁷ Ver Maria do Amparo Aguiar, *op.cit*, p.110

⁸ Joaci Medeiros Rocha economista e integrante da CONORTE. In Revista CONORTE, *op.cit*, p. 37

Em 1985, a área total de pastagem natural ocupava 42,38% (7.353.321 hectares) das terras dos estabelecimentos agropecuários da região (17.534.440 hectares). As pastagens plantadas ocupavam 19% (3.297.579 hectares) e as lavouras apenas 6,57% (1.139.569 hectares)⁹. Contudo, a forma predominante do uso do solo estava diretamente ligada à pecuária. Segundo o IFAS, o fato do futuro Estado possuir o segundo maior rebanho de bovinos da região Norte e ocupar o nono lugar no nível nacional, com mais de cinco (5) milhões de cabeças, correspondia a uma situação de domínio da grande propriedade.

Uma vez que a atividade pecuária usa muita terra e pouca mão-de-obra, na fase de ocupação\ modernização, a intervenção do Estado não se fez no sentido de que frentes de trabalho para lá se deslocassem através de projetos de colonização. Ao invés disso, o Estado utilizou a estratégia de abrir a área, através dos seus estímulos, à grande propriedade.

Esse fato parece ter sido determinante na configuração social da região do Tocantins, pois, de acordo com o IFAS, o predomínio da pecuária modernizada (dedicada à engorda e destinada ao abate) se deu apenas nas micro-regiões geográficas situadas nas proximidades do eixo principal das rodovias: Belém - Brasília (BR-153) e Transamazônica.

⁹ CPT - Araguaia\Tocantins - Projeto de Assessoria Agrícola para o Estado do Tocantins,1985,p 01 (mimeo).

(BR-230). O restante foi relegado à condição de sub-regiões, devido à sua posição geográfica e ao vazio demográfico¹⁰.

Para a CONORTE, tanto o projeto nacional de ocupação da Amazônia como a articulação agricultura\ indústria nacionais e as ligações da expansão interna do capitalismo com as exigências do mesmo, no nível internacional, terminaram por definir, também, estímulos\ desestímulos à produção, o que resultou em ocupação predominantemente pecuária, que convive com grandes espaços vazios¹¹.

Entretanto, *a existência dos grandes vazios não funcionava como um freio aos estímulos governamentais*¹². O fato da região Tocantins fazer parte da Amazônia legal e do Centro-Oeste, regiões tidas como prioritárias para o desenvolvimento e a segurança nacionais, fortalecia a base de defesa pela criação do Estado do Tocantins¹³.

O futuro Estado do Tocantins guardava as condições naturais de região nodal do território brasileiro, que junto à geopolítica de “integração e valorização espaciais e de expansionismo para o interior” apontavam-lhe um destino bem mais promissor que o atual¹⁴.

¹⁰ As micro-regiões geográficas com maior efetivo bovino são: Araguaína com 1.127.294 cabeças (22,41% do total do rebanho) Miracema com 949.579 cabeças (18,88%), Rio Formoso com 792.649 cabeças (15,76%), Dianópolis com 602.171 cabeças (11,97%) e Gurupi com 541.649 cabeças (10,77%). No que se refere a comercialização da produção do leite apenas Gurupi conta com a industrialização da produção. Ver Projeto de Assessoria Agrícola para o Estado do Tocantins. In: IFAS, op.cit, p.32 (mimeo).

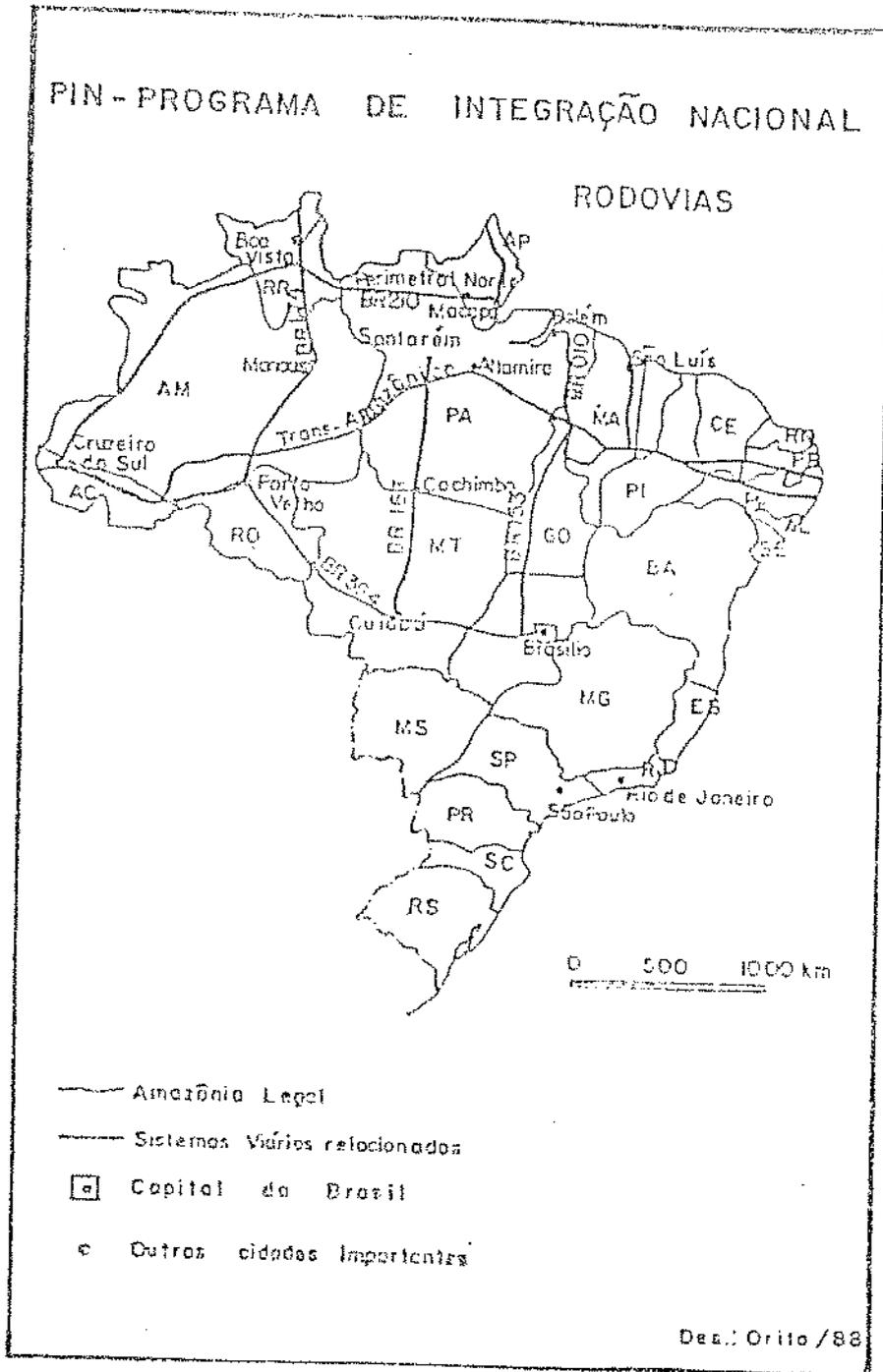
¹¹ Ver Célio Costa, op.cit, p.09

¹² Ver Maria do Amparo Aguiar, op.cit, p.111

¹³ Ver PIN – PRGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - (FIG – 03)

¹⁴ Célio Costa, op.cit, p.19

FIGURA - 03



Fonte: OLIVEIRA, 1991. p. 65

Nesse aspecto, a proposta autonomista se apresenta como uma solução tanto para o problema nacional (defesa da Amazônia) quanto para a heterogeneidade das condições naturais locais. Nesse sentido, ela permitiria ampliar não só a produção, como, também, uma vez ampliadas as áreas “valorizadas”, criar novas “Fronteiras” para as aplicações financeiras.

Nesta linha, afirma a CONORTE, a implantação do Estado do Tocantins oferecerá respostas em curto prazo¹⁵ ao Plano de Ação da Nova República que se instala no País, com os propósitos de descentralização administrativo-tributária, interiorização do desenvolvimento, produção de alimentos em grande escala e geração de empregos, neutralizando, assim, os chamados “espaços geo-carentes”, através de um acurado esquadramento na exploração de seu potencial de recursos naturais¹⁶.

Entretanto, a questão fundiária na região, (grande parte das terras ainda sem demarcação e outras em áreas de reserva indígena), aliada ao avanço da fronteira agrícola e do capital, resultavam em agravamento dos conflitos agrários, especialmente no norte da região conhecida como Bico do Papagaio, área de maior conflito de terra do Tocantins. Este conflito tornou-se mais explícito com a construção das rodovias, que visavam responder tanto ao aceleração do processo de ocupação das regiões centro-oeste e norte do país como também às dinâmicas diferenciadas do avanço

¹⁵ Ver Proposta de Sistema de Transportes – Curto Prazo – (FIG – 04)

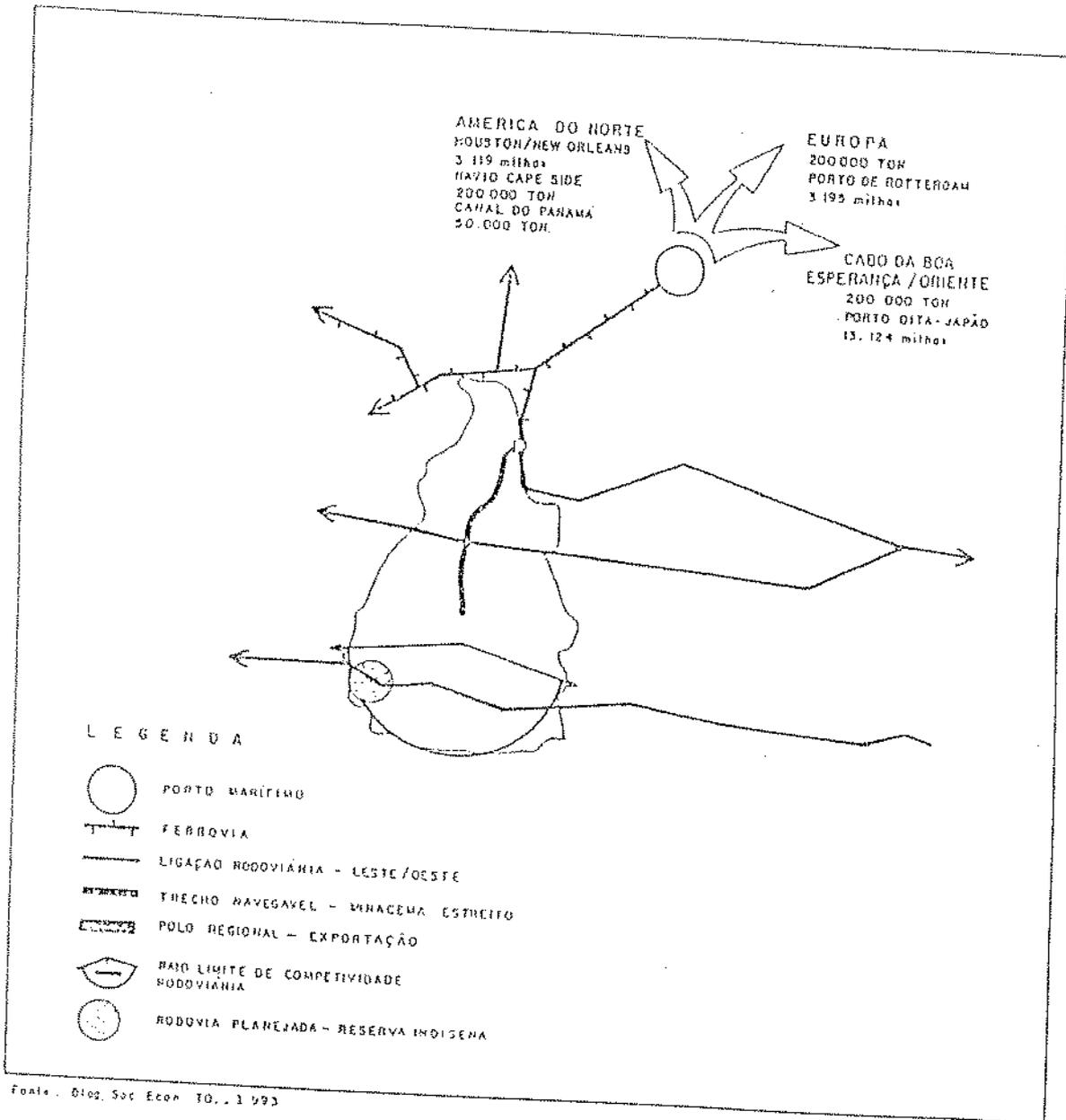
¹⁶ Revista CONORTE, op.cit, p.15

FIGURA - 04

SISTEMA DE TRANSPORTES

CURTO PRAZO - 1995

ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: Diog. Soc Econ TO., 1993

do capitalismo. Paradoxalmente, mesmo construídas em épocas distintas, as rodovias geraram as mais diversas conseqüências na organização do espaço do futuro Estado do Tocantins.

De acordo com o IFAS, elas foram diretamente responsáveis pela mudança do grau de importância das cidades às margens do Araguaia-Tocantins. Provocaram o desequilíbrio da ocupação espacial da população; ou seja, abriram novos ciclos de ocupação e contribuíram para que a população se concentrasse nas áreas de influência das rodovias. Agravaram os conflitos agrários entre os posseiros, sem terras, agricultores capitalizados vindos do sul, políticos, grandes empresas e Estado¹⁷. Os mineiros, paulistas e goianos que penetraram na região, visavam investir capital na terra e aproveitar os incentivos fiscais facilitado pelo Governo Federal.

Na prática, isso significou o aumento da repressão por parte dos proprietários de terras sob a camada pobre da região, especificamente os trabalhadores rurais e seus aliados (padres, advogados, religiosos etc). O índice de pobreza e isolamento da população local era assegurado pela ação da Polícia Militar e dos Fazendeiros, que diziam agir no estrito cumprimento da legalidade. Segundo a CPT, esses despejavam violentamente centenas de famílias de lavradores, com queimas de casas, roças, envenenamentos de cereais, cadeia, espancamento etc. A insegurança e a miséria se apoderaram de várias famílias dos lavradores de vinte e três povoados do Bico do Papagaio¹⁸.

¹⁷ IFAS, Op.cit, p.16

¹⁸ Ver "Demência II" in: Relatório da Comissão Pastoral da Terra. Porto Nacional, 1985,p 09 mimeo.

Neste contexto, afirma a CONORTE: *o problema fundiário da região engendra uma situação de âmbito maior exigindo, portanto, uma atenção especial do Governo Federal para a região no que se refere à dotação de recursos e a uma eficaz assistência administrativa visando a solução desses problemas estruturais. Efetivamente, a criação do Estado do Tocantins é o grande passo para a racionalização desses problemas*¹⁹.

Nota-se que a proposta autonomista defendida pela CONORTE aparece como uma forma de superação do conflito agrário local. Verifica-se também que, conseqüentemente, a ocupação\modernização da região do Tocantins esteve ligada especialmente à faixa de terras de mais fácil acesso à rodovia Belém-Brasília. Foram dali as áreas efetivamente incorporadas à produção agropecuária. Entretanto, nas áreas mais atrasadas²⁰ (áreas que sofreram menos impacto pela presença da estrada), onde os proprietários resistiram sem vendas às suas terras, continuou a utilização de métodos mais tradicionais, tanto no que se refere à produção propriamente como às relações de trabalho.

De acordo com o IFAS, nessa área a utilização de máquinas, bem como de defensivos, adubos etc., era bem menor do que nas áreas de acesso às rodovias. Além disso, sobreviviam aí as relações do tipo parceria e meação, e os trabalhadores rurais trabalhavam a terra sob a condição de abandoná-la sempre que o proprietário dela necessitasse para soltar seu gado. A pecuária era basicamente extensiva, sobrevivendo a

¹⁹ Célio Costa, *O Estado do Tocantins - Uma Geopolítica de Desenvolvimento*. Goiânia, Editora Lider, 1985, p.20

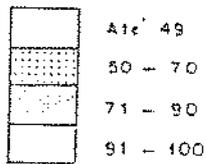
²⁰ Ver Concentração Fundiária 1970 -1980 (FIG -05)

FIGURA - 05

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
1970 - 1980

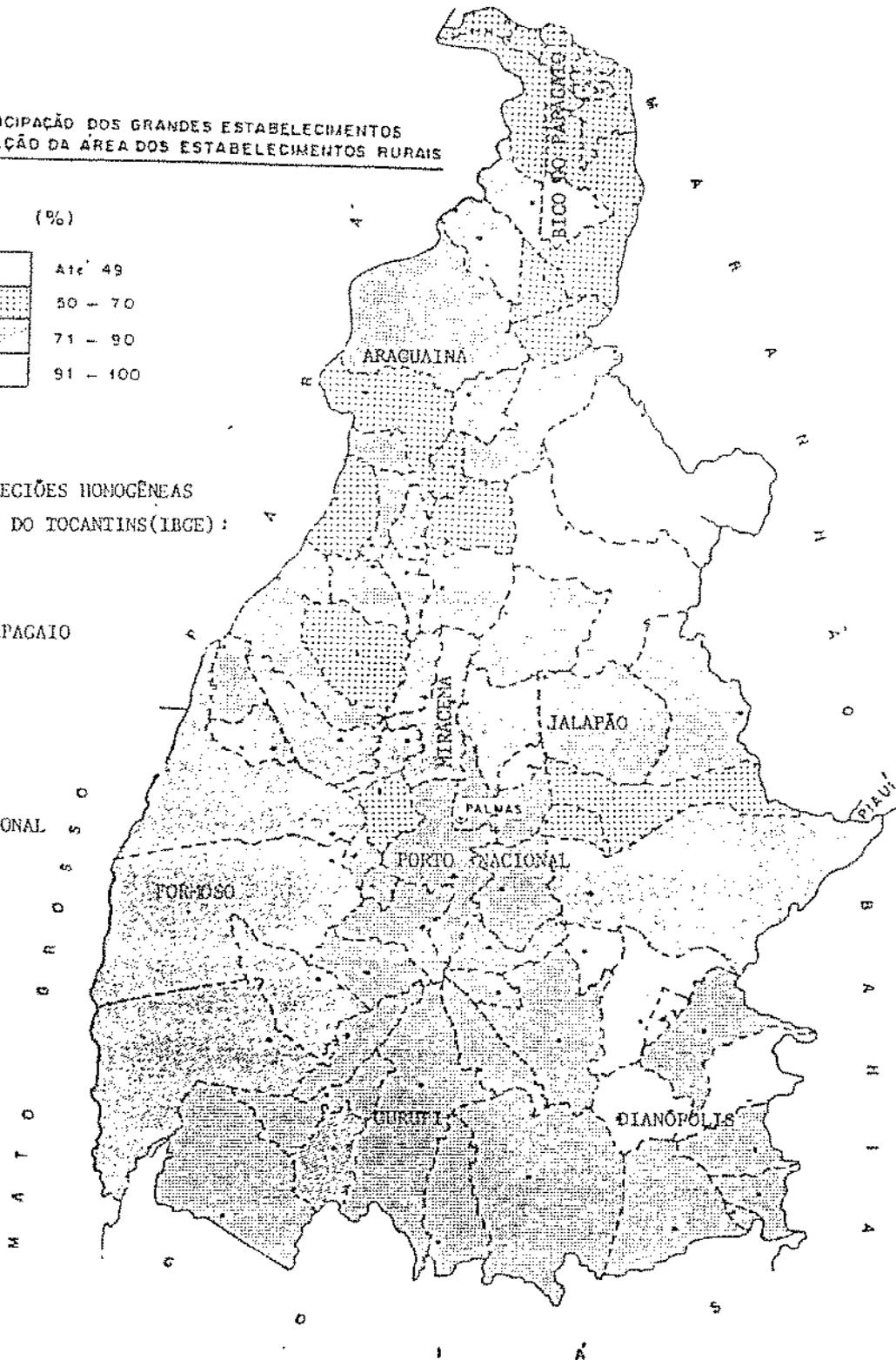
PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS
NA VARIACÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

(%)



AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS
DOS ESTADOS DO TOCANTINS (IBGE):

- ARAGUAINA
- BICO DO PAPAGAIO
- DIANÓPOLIS
- FORMOSO
- GURUPI
- JALAPÃO
- MIRACEMA
- PORTO NACIONAL



ESCALA APROXIMADA 1:5 000 000

FORTE IEGE - CENSOS AGRÍCOLAS, 1970 e 1980.

figura do vaqueiro com participação na produção sob os seus cuidados²¹. Nesse caso, o interesse do proprietário consistia simplesmente na limpeza do pasto pelo trabalhador, que abria as terras para a cultura de subsistência ou para o plantio de arroz e algodão. Uma vez limpas, tais terras eram transformadas em pasto natural, propiciando então o investimento no crescimento do gado. Assim, ao trabalhador restava deslocar-se continuamente de uma área para outra na atividade de preparação dos pastos.

Perante esta combinação econômica, percebe-se que a ocupação\modernização da região Tocantins esteve estritamente definida em termos de descontinuidade no tempo e espaço. Nestes termos, afirma Aguiar, o esforço governamental no sentido de integrar a parte norte da região, através da superação das barreiras físicas dos rios manifestou-se após a fase de apropriação\legalização das terras, quando já estava praticamente extinto o sistema de posse sem propriedade²². Assim, o benefício veio diretamente aos que estavam com a situação legalizada e que podiam, inclusive, exercer pressão política sobre o governo estadual ou central, para que ocorressem os melhoramentos específicos necessários à “valorização” das terras que permaneciam vazias e, acumulando com esse, a facilidade para escoamento e abastecimento de matérias-primas e mercadorias, o que proporcionaria a elevação das taxas de lucro, caso a decisão fosse a produção²³. Quanto às perspectivas da agricultura da região: nos últimos anos, havia ocorrido ali um intenso avanço da raia agrícola nacional, constituída na sua maioria de empresários do centro-sul, detentores de capital e cujo deslocamento se deu na busca de fatores de produção (terra e mão-de-obra -abundantes e baratos), de investimentos incentivados e, também, de

²¹ IFAS, *op.cit*, p.18

²² Maria do Amparo Aguiar, *op. cit*, p. 112

²³ *Idem* p.122

favoráveis condições de clima e topografia. Por força desse fenômeno e da presença do Estado, sistematizada através dos Programas Especiais, afirma a CONORTE, o plantio da cana-de-açúcar e de soja apresentou crescimento e a produção de grãos da área já estaria em 01 milhão de toneladas²⁴. Observa-se que a maior parte do capital empregado nas áreas mais férteis era provido pelo Estado, que, através da pesquisa, fornecia financiamento e incentivos fiscais, com vistas ao emprego de máquinas, adubos, defensivos, que trariam maiores rendimentos às culturas.

Neste plano, afirma Aguiar, a ocupação\modernização da região Tocantins não se fez das áreas mais férteis para as menos férteis, fundamentalmente em razão de o regime de propriedade da terra permitir que as áreas mais férteis não fossem alvo de ocupação contínua. Por outro lado, a abrangência, em termos físicos\territoriais, dos investimentos governamentais minimizaria a heterogeneidade em termos de fertilidade, proporcionando as condições para o aumento do rendimento da terra²⁵.

É nessa linha que a CONORTE afirma a diversidade da ocupação da região do Tocantins, onde o processo de acumulação capitalista confere feição especial ao território, caracterizando-o de maneira diferenciada no que se refere à disponibilidade e utilização dos meios de produção e do trabalho²⁶.

Nota-se que a atuação governamental no sentido de minimizar a heterogeneidade em termos de distância e fertilidade termina por agravar as diferenças no território como um todo, durante certo período de tempo, à medida que as especificidades tratadas particularmente nas sub-áreas tornam as mesmas privilegiadas com relação aos demais.

²⁴ Revista CONORTE, op.cit, p.35

²⁵ Maria do Amparo Aguiar, op.cit, p. 113

²⁶ Ver Célio Costa, op.cit, p.25

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia beneficiava a área de Araguaína, Araguacema e Crixas, com incentivos fiscais oriundos do Imposto de Renda; Projetos para o setor produtivo, no Poloamazônia, recebiam recursos do setor público e crédito subsidiado à iniciativa privada; o Banco da Amazônia, agente financeiro da SUDAM, voltado para o fomento econômico daquela região, operava com várias linhas de crédito ao setor privado, com taxas de juros diferenciadas. Essa mesma área contava também com investimentos do Programa Grande Carajás²⁷, na ordem de US\$ 8,3 milhões para a agropecuária e produtos florestais, recursos que segundo a CONORTE, propiciaram a instalação de um Pólo de Agroindustrial em Araguaína²⁸. A implantação do Projeto Rio Formoso incentivava a produção de arroz irrigado e soja na zona de várzeas, com recursos do BNDS, facilitando a instalação de várias cooperativas agrícolas. Na área, situada entre o Rio Formoso e o Rio Javaé, ao leste da Ilha do Bananal²⁹, evidencia-se como a ação governamental não privilegiava a todos os sub-espços da mesma forma e ao mesmo tempo. Num certo período, uns respaldavam a acumulação nos demais, seja por transferir diretamente recursos para aqueles, seja por não receber estímulos do mesmo nível.

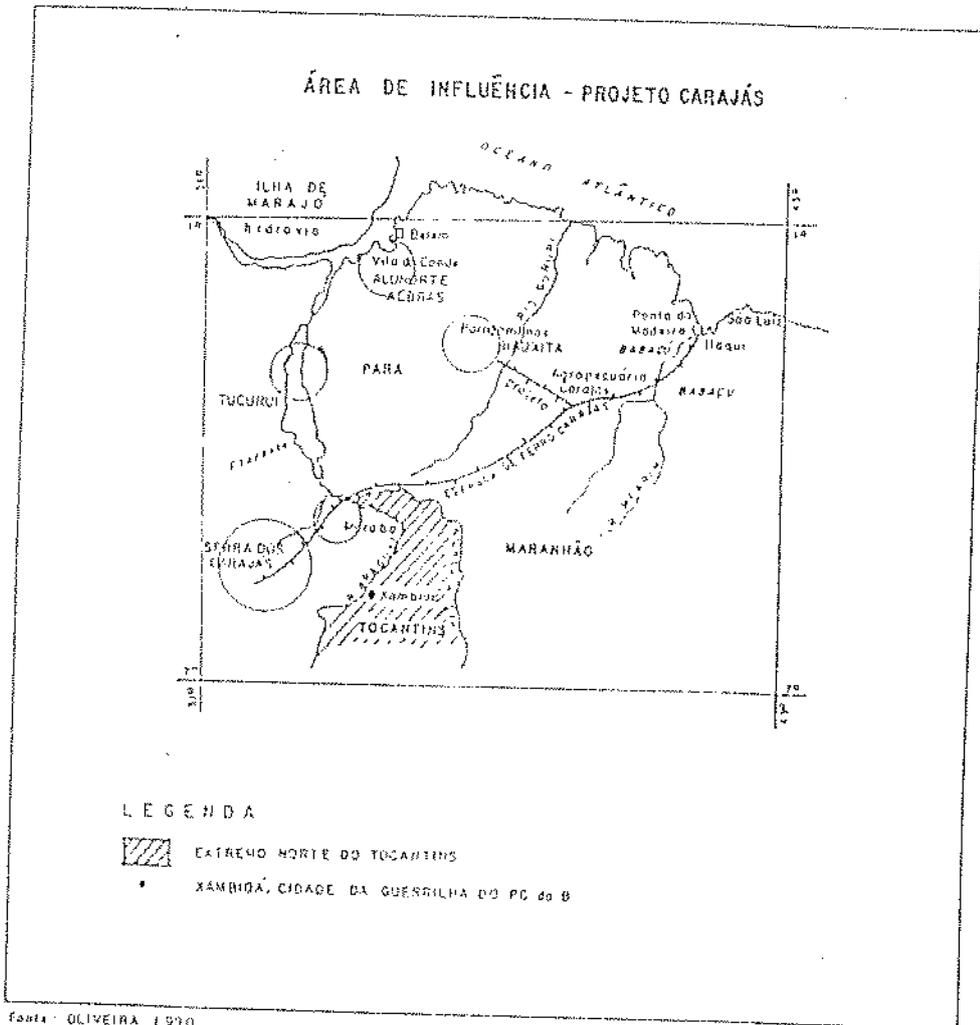
²⁷ Ver Área de Influência Projeto Carajás (FIG – 06)

²⁸ Idem

²⁹ IFAS , op. cit, p.14

FIGURA - 06

A REGIÃO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS E A ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO GRANDE CARAJÁS



Contudo, a região Tocantins apresenta pontos específicos onde o processo de acumulação local se tornou mais notável, dando oportunidade à instalação do capital comercial e, fundamentalmente, do capital bancário.

A região do futuro Estado do Tocantins apresentava nesse período, uma receita aquém de suas despesas, decorrente da constante perda de renda, seja pelo fato de riquezas aí produzidas serem tributadas fora dela, seja pelo que deixava de arrecadar com a exportação de bens “in-natura”, sem qualquer processamento industrial³⁰. Portanto, a perda de renda decorria da falta de agregação de valor, da sonegação (propiciada pelo desguarnecimento fazendário das fronteiras da região) e da ausência de estímulos à industrialização e comercialização da produção dessa área³¹. Nesse sentido, caracterizada essa região como primário-exportadora, “o problema regional” consiste no fato de que a região não possuía ainda as condições necessárias para que a sua produção gerasse um efeito multiplicador. Portanto, mesmo dispondo de uma razoável infra-estrutura sócio-econômica, a região do futuro Estado do Tocantins dependia em grande escala do auxílio financeiro da União para a consolidação da sua economia.

³⁰ Ver Célio Costa, op.cit, p.61

³¹ A pauta de exportação regional tem como carro chefe os itens “bovino para corte” (48,3%) e “arroz polido” (10,7%) que juntos respondem por mais da metade da receita total de 1985. O “arroz em grão com casca” corresponde a 5,6%. Constata-se que mais de 2/3 das exportações são realizadas com a venda de bens “in natura”. As exportações da região representam apenas 4,5% sobre o valor total exportado pelo Estado. Idem, p. 61

De acordo com o Censo de 1985³², a mão-de-obra rural ocupava a casa dos 50,64% da população total. Desse índice, um percentual de 16,37% eram pessoas oriundas da zona urbana, mas que tinham seu sustento garantido no setor primário (diaristas, bóias-frias, etc). Outra característica do trabalho rural, constatada pelo Censo Agropecuário, é o de que a mão-de-obra ainda era basicamente familiar. O setor terciário, especificamente o setor de prestação de serviços, era o que apresentava melhor desempenho na economia local. Ele estava em grande medida, organizado em função da atividade no campo. Quanto ao setor secundário, especialmente as indústrias de transformação, extração mineral e construção, não tinha (e ainda não tem), um peso significativo e dinâmico capaz de promover a aceleração do desenvolvimento econômico do Estado e a absorção de uma maior quantidade de mão-de-obra.

População Ocupada no Trabalho Rural

Pessoal Ocupado	Nº de Pessoas	%
Total	239.484	100,00
Responsável e MNR* da família	177.497	74,12
Empregados Permanentes	22.776	9,51
Empregados Temporários	27.956	11,67
Outras Condições	11.255	4,70

MNR - Membros Não Remunerados da família

Fonte: Censo Agropecuário, 1985 -IBGE

Elaboração: IFAS

³² Censo Demográfico de 1985, IBGE, p.135 ss

Cumprir notar, no que se refere ao quadro acima, que apenas 27,72% de uma população de 863.926 habitantes estava sendo ocupado na agricultura. No quadro geral, observa-se que, apesar do volume de recursos direcionados àquela região, sejam privados, (imobilização em terras, ou atividade produtiva) sejam públicos, (subsídios à produção ou implantação da infra-estrutura), ambos os diagnósticos (tanto do IFAS, quanto o da CONORTE) apontam para o fato de que a acumulação local é restrita. Isso porque há uma grande evasão do excedente gerado localmente, já que a industrialização dos produtos se verifica fora da área, não permitindo que se generalize a dinamização das atividades marcadamente urbanas.

Nesta linha, afirma Aguiar, na década de 80 o norte de Goiás (atual região Tocantins) configurou-se como uma área extremamente atraente enquanto entrada para a Amazônia e pela qualidade de terras específicas, que sob a proteção governamental tornavam-se interessantes para a exploração produtiva, notadamente pela pecuária³³.

Conforme já assinalado anteriormente, a economia do Tocantins tem-se baseado na produção agropecuária, ocupando a pecuária extensiva o primeiro plano e a produção de alimento efetuada, em grande parte, para fins de subsistência o segundo plano. Neste contexto, as áreas beneficiadas pelos Programas Especiais, (Araguacema, Araguaína e Crixás), são geograficamente apresentadas pelos diagnósticos como áreas especializadas nesses tipos de produção. Além do predomínio da pecuária modernizada, também estão instaladas nessa área as grandes empresas agropecuárias. Essa zona identificada por ZPE (Zona de Processamento de Exportação) tem sido a grande produtora de arroz sequeiro,

³³ Maria do Amparo Aguiar, op.cit, p. 115

milho, cana de açúcar, e mandioca, atividades que podem expandir o emprego na região. Nessa mesma área, também predomina a extração vegetal: exploração do babaçu, extração da madeira e carvão vegetal.

A exploração do babaçu, efetuada basicamente pela população feminina do extremo norte, vem se constituindo numa alternativa de sobrevivência para a população feminina do extremo norte da região. Já que a zona de várzeas³⁴ se especializa na produção de alimentos (arroz irrigado, soja, abacaxi, caju, manga, maracujá), bem como na pecuária.

Do ponto de vista político, essa organização produtiva leva a uma ampliação do poder político da classe dominante local; isto é, dos produtores “proprietários” ligados à produção de arroz e soja, situados nos municípios da margem direita do rio Tocantins³⁵. Esses se aliam aos comerciantes urbanos do sul e aos pecuaristas e produtores de arroz do extremo norte com a finalidade de manter o domínio político regional.

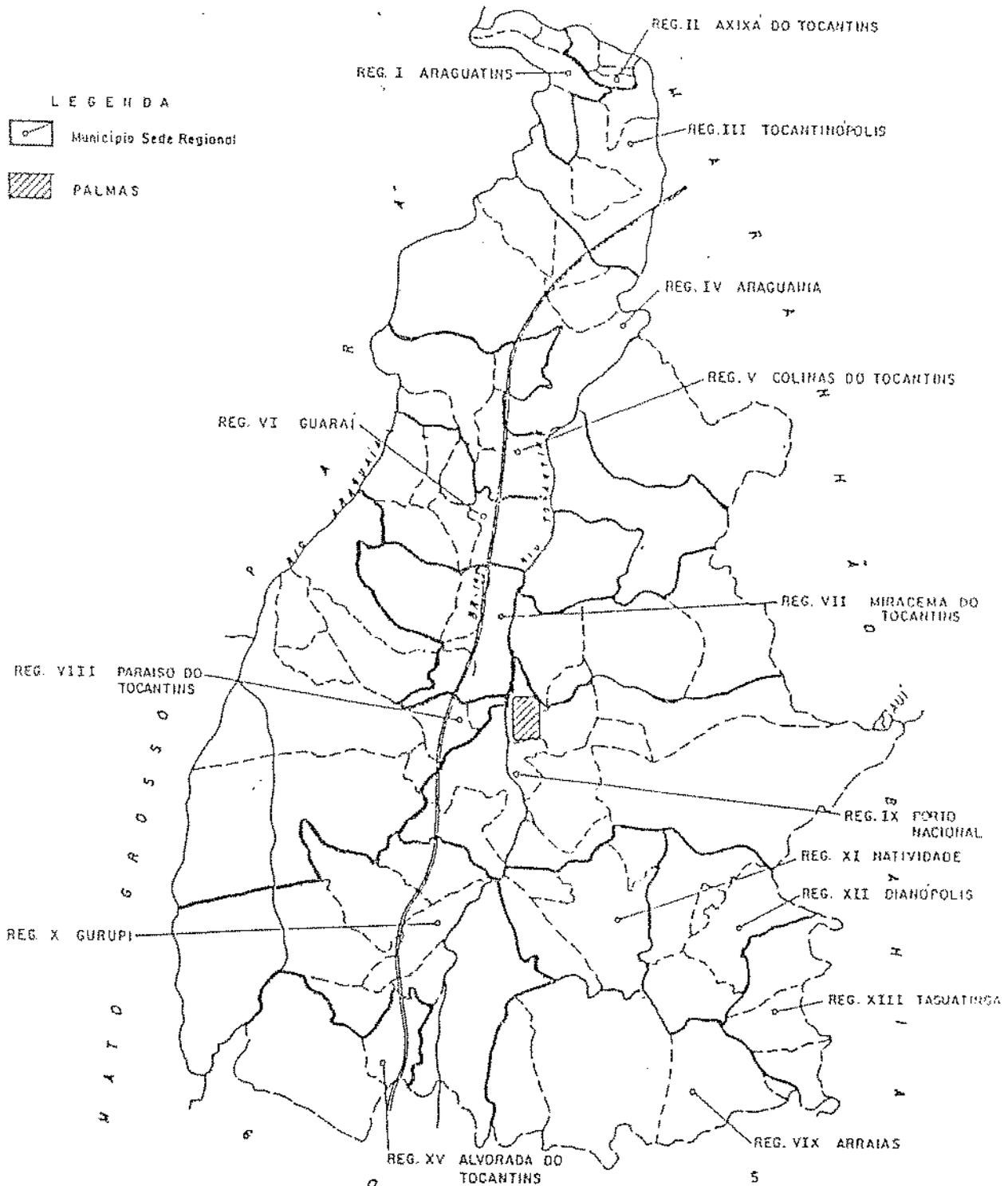
Este quadro econômico e político se completa com o registro do tipo de exploração agrícola vigente na região. A produção agrícola se dá através dos latifúndios, utilizando uma grande parcela de mão-de-obra. As propriedades de até 100 hectares concentram cerca da metade das pessoas ocupadas na agricultura e na pecuária. Segundo o IFAS, o maior número de estabelecimentos está nas áreas de 100 a 1000 hectares.

³⁴ Tal zona está localizada na sub-bacia do Rio Araguaia onde se encontra o Vale do Javaé, com um potencial irrigável de 55, 5% do total, sendo 44,4% localizado nas regiões: Formoso do Araguaia, Dueré, Lagoa da Confusão e outras pequenas localidades. Vale assinalar que de acordo com a CONORTE essa região administrativa de Gurupi recebe a denominação de Zona de Várzea. Já no atual planejamento do Estado a mesma recebe a denominação de região dos lagos. Ver Estado do Tocantins Regiões Administrativas (FIG – 07)

³⁵ ver figura 35

FIGURA - 07

ESTADO DO TOCANTINS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 1.989



ESC APROX. 1:5.000.000

Fonte: Diag. Sócio Econ. Do IO, 1989

Historicamente, este extrato social resulta de ramificações das oligarquias rurais, que controlam o poder político local e Estadual³⁶.

No que diz respeito aos arrendatários e parceiros, constata-se números insignificantes. Provavelmente isso se explica pela relação de dependência entre os parceiros e os grandes proprietários. Os parceiros pagam o aluguel da terra geralmente com serviços; dessa forma asseguram a sua subsistência. Quanto aos municípios de Porto Nacional, Natividade, Pedro Afonso e Tocantinópolis esses, por possuírem grande quantidade de recursos hídricos (principalmente provenientes do Araguaia\Tocantins), bem como um patrimônio histórico e cultural (as festas populares e religiosas, o folclore etc), representam um grande potencial para o setor terciário. Com a criação do Estado do Tocantins, esse espaço se tornaria o pólo industrial do turismo da região³⁷.

Embora esse setor se apresente como o mais promissor daquela região, esse desenvolvimento tem como obstáculo a precariedade da infra-estrutura das estradas, da rede hoteleira e da própria falta de consciência histórica das cidades com esse potencial por parte da população local.

Entretanto, para uma melhor abordagem dos reflexos dos Programas Especiais nessas micro-regiões, serão particularizados os municípios de Araguacema, Araguaína Crixas e Gurupi, por apresentarem situações distintas, mas significativas no que se refere aos benefícios recebidos, localização, área dos municípios, mudanças na estrutura fundiária, além de expressivo comportamento das populações urbana e rural.

Araguacema

³⁶ IFAS, op.cit, p 15

³⁷ Revista CONORTE op.cit, p. 13

O município ocupa uma área de 11.183 Km, situado aproximadamente a 200 Km da BR-153 às margens do Rio Araguaia. Sua ocupação na década de 80 se deu essencialmente pela pecuária, através da grande propriedade e de maneira muito marcante por fazendeiros advindos do centro-sul e por investidores de outros Estados. Uma das características de suas transformações esteve no comportamento dos fluxos populacionais. No início dos anos 80, quando o IBGE apontava para um crescimento negativo da população rural do Estado de Goiás, o município apresentava um crescimento de 56,96%, enquanto o incremento da população urbana era de 0,20%, num contexto de intensa urbanização³⁸.

De acordo com o IFAS, o restrito crescimento urbano pode ser associado ao fato de que o centro urbano não era nem mesmo ponto de passagem das mercadorias quando escoadas ou mesmo destinadas ao abastecimento interno. O acesso à rodovia Belém-Brasília ou ao Rio Araguaia, não exigia, obrigatoriamente que se passasse pela cidade³⁹.

Desta forma, a grande propriedade mantinha sua transação comercial com outros centros urbanos de maior porte. Nesse sentido, afirma Rocha, como o município ainda não estava numa fase em que a atividade produtiva exigisse trabalho temporário, o afluxo de força de trabalho para o meio urbano era pequeno. Isso tornava incipiente a acumulação local, o que dificultava até mesmo o carreamento de recursos para a infraestrutura, já que a obtenção de tais recursos exigia força política para enfrentar a situação geral de concentração tributária⁴⁰.

³⁸ IBGE - Censos Demográficos de Goiás, 1980.

³⁹ IFAS, *op.cit.*, p.16

⁴⁰ Joaci Rocha in; Revista CONORTE, *op.cit.*, p.19

Mas o privilegio de pertencer à área da Amazônia legal, a disponibilidade de terras produtivas e até mesmo o baixo preço das mesmas conferiam ao município boas perspectivas para a atração e imobilização de capitais; isto é, de investidores de outras regiões: São Paulo, Minas Gerais, Maranhão etc.

O município de Araguaína estava situado numa área de 9.462 Km² - 2,8% da região do Tocantins, tendo o rio Araguaia como limite com o Estado do Pará. Era cortado pela Belém-Brasília e foi beneficiado pelos Programas Especiais (PIN, Proterra, em primeira instância, Polamazônia e outros). Assim, apresentou crescimento positivo da população rural na década de 80 (18,20%) e um crescimento urbano de 175,40% (o índice mais alto do Estado de Goiás⁴¹).

Ao contrário do que ocorreu com Araguacema, em função da estratégica localização do centro urbano de Araguaína, e do fato de possuir um número significativo de pequenas propriedades, a sede do município apresentava um dinamismo promissor sob o aspecto da acumulação local, com espaço para o estabelecimento do capital comercial, industrial e bancário. Há que se considerar que, sob vários aspectos (tanto no que se refere à atividades rurais como urbanas), esse município se caracteriza como o mais importante da região Tocantins.

Segundo o IFAS, esse município foi o que mais recebeu atenção governamental, no sentido de se constituir num ponto de acumulação que facilitasse o avanço do capitalismo em termos de incorporação de novas áreas.

Quanto ao município de Crixás, também foi identificado como um município de características particulares, tanto pela grande extensão de sua área (15.523 Km² - 4,5% da

⁴¹ Dados extraído do Censo Demográfico de Goiás -1980



região), quanto por ter sido um município com fortes raízes na mineração, além de grande variação em termos de fertilidade do solo.

De acordo com Aguiar, as terras desse município foram apropriadas, de maneira muito freqüente, por paulistas e mineiros; e a partir dos anos 80 a sua produção pecuária se intensificou⁴². Nessa década, o município também apresentava um crescimento populacional rural e urbano bastante expressivo (36, 6% e 368%)⁴³. O primeiro fenômeno era reflexo da fase de abertura das fazendas, quando se fez necessária a utilização mais intensa de trabalho. Já o crescimento da população urbana foi consideravelmente maior que os da região e do Estado.

Para Aguiar, a própria expectativa de novas possibilidades de trabalho, bem como a existência de um centro urbano cujo dinamismo se devia principalmente à pequena e média propriedade, (cujos proprietários estão fixados na sede), terminam por abrir uma alternativa para os sem terra e sem trabalho, do próprio município e de outros municípios⁴⁴.

A rodovia Belém-Brasília contribuiu para que aquela área se constituísse numa larga faixa de ocupação pecuária. Com isso, houve um certo fortalecimento dos distritos existentes à margem da estrada, que segundo o IFAS, funcionavam fundamentalmente como locais de aglomeração de trabalhadores disponíveis para trabalhos eventuais. Esses distritos, nos anos 80, tornaram-se sedes de mais dois municípios, nos quais o território de Crixas foi subdividido⁴⁵.

⁴² Maria do Amparo Aguiar. *Op.cit*, p. 120

⁴³ Dados extraídos do Censo Demográfico de 1980.

⁴⁴ Maria do Amparo Aguiar, *op.cit*, p. 120

⁴⁵ IFAS *op.cit*, p.18

Tal fato não só proporcionava maior influência política aos proprietários locais, como também reforçava e possibilitava o carreamento de recursos para áreas mais restritas, beneficiando-os de forma mais direta.

Em 1986, o município de Gurupi, cujo perímetro urbano limita-se ao norte com a BR-153 e a Oeste com GO-255, apresentava-se como o mais promissor da região Tocantins, sendo inclusive pleiteado pela CONORTE como a possível capital do futuro Estado do Tocantins. Tanto a cidade como o município foram incluídos no Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Médio Porte do Governo Federal. Sua inclusão nesse programa deveu-se às características do crescimento da agro-indústria local⁴⁶. O município se destacava como um dos maiores produtores de grãos do Médio-Norte, sendo o arroz irrigado a principal fonte de renda, no gênero cereal. Com o aumento da produtividade foram instalados cerca de 857 agências agro-pastoris e um frigorífico com capacidade de expansão para as indústrias do couro, leite, carne, pescado e outros⁴⁷. Com isso, o município não só ampliava a capacidade de geração de empregos diretos daquela região como também se firmava enquanto espaço promissor para o estabelecimento do capital comercial, industrial e bancário .

Há que considerar, entretanto, a precariedade das cidades, decorrente dos poucos recursos captados pelas prefeituras, num contexto de predominância do regime de propriedade fundiária e da atividade produtiva rural. As prefeituras na maioria das vezes não conduziam os recursos da cidade para a zona rural; mas nem por isso se tornava possível o aparecimento de serviços privados, como por exemplo o de saúde. Essa impossibilidade se explica tanto pelos níveis de desenvolvimento das cidades quanto pelo

⁴⁶ Ver "Gurupi Uma Cidade Pronta Para O Futuro", in Revista Gurupi 1986, p 14

baixo poder aquisitivo da população. É dentro desse contexto que as cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional foram consideradas como as melhores cidades da região, isto é, aquelas que se apresentavam com melhores condições política, econômica e sócio-cultural para sediar a capital do futuro Estado do Tocantins. Nesse aspecto, pode-se afirmar com Aguiar que os recursos previstos para melhorar as cidades destinaram-se àquelas onde o processo de acumulação local decorreu da integração campo-cidade; passando, portanto, a ser um elemento a mais na concentração de benefícios⁴⁸.

III - Nível regional: *o diagnóstico*

O primeiro documento que sistematiza os problemas econômicos do Tocantins, tendo em vista uma política econômica integrada, o desenvolvimento da região e a demonstração da capacidade desta de se auto-gerir, data de 1985. É de autoria do economista Célio Costa, que elaborou o trabalho como integrante da CONORTE. Caracteriza-se por ser um trabalho essencialmente econômico, e nesse sentido, estritamente técnico, diagnosticando os problemas econômicos da região, propondo soluções econômicas, elaborando inclusive previsões das verbas necessárias para os dez primeiros anos do desenvolvimento do pretense Estado do Tocantins.

A importância desse documento deriva do fato de ser com ele que se entra numa fase que se poderia considerar como de reação do movimento autonomista contra o parecer desfavorável do Presidente da República José Sarney ao Projeto de Criação do Estado do Tocantins, o qual fora duas vezes aprovado pelo Congresso Nacional e duas vezes vetado pelo Presidente.

⁴⁷ *Idem* p. 27

⁴⁸ Maria do Amparo Aguiar, *op. cit.*, p. 123

Os dois vetos foram justificados pelo fato de que a criação de mais um estado implicaria em ônus para os cofres públicos e o governo federal não dispunha de recursos financeiros para tanto. Além disso o novo estado seria economicamente inviável, posto que não tinha receita suficiente para sustentar-se⁴⁹.

As justificativas dos vetos foram questionadas publicamente pela CONORTE em nota de repúdio veiculada na imprensa regional e nacional. Segundo a CONORTE, a afirmação sobre o ônus para a União e sobre a inviabilidade econômica do novo estado careciam de maiores explicações pois, *“reivindicamos ao governo federal, apenas o que fora consignado para a divisão do Mato Grosso, ou seja, 4,7 bilhões de cruzeiro(...). Tal importância é inferior aos quase quatro trilhões de cruzeiros concedidos pelo governo federal para salvar da falência os bancos privados do sul e do sudeste do país”*⁵⁰.

Perante as críticas do governo federal ao potencial econômico daquela região, o movimento parece compreender que o dilema da regionalização do espaço (ou seja, a divisão político-administrativa regional) estava diretamente relacionado com a questão da viabilidade econômica local. Neste sentido, através do diagnóstico econômico começou a se impor uma *nova mentalidade regional*. O diagnóstico passou a ser uma espécie de monopólio absoluto dos integrantes da CONORTE e políticos da região. Todos os debates públicos eram feitos em termos emocionais e positivos. A principal justificativa de auxílio ao Tocantins era o potencial de desenvolvimento econômico daquela área.

⁴⁹ Ver Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, versão preliminar, CONORTE - 1985, p. 03 (mimeo).

⁵⁰ Jornal “O Libertador”, Porto Nacional, 1985.

Os programas desejados eram de caráter defensivo; visavam colocar a região numa posição que se supunha satisfatória e promissora. O tópico ora em debate era o desenvolvimento econômico do sul de Goiás, sustentado pelos diversos setores econômicos da área do Tocantins.

A partir da segunda metade da década de 80, quando se tornava mais evidente a presença do empresariado industrial local, começava a ganhar peso a concepção de que a única solução para o problema do Tocantins era o desenvolvimento, e esse só viria com a autonomia do Estado, *já que pobreza, baixa renda per capita, desemprego e subemprego eram provenientes da falta de indústrias destinadas à transformação da matéria-prima local*. De acordo com o diagnóstico, essas deficiências estabeleciam a submissão de produção da área do Tocantins a um verdadeiro mercado triangular. *Enquanto o norte goiano continuar destinando suas matérias-primas para serem industrializadas no sul de Goiás de onde são reexportadas em forma de bens acabados, a região permanecerá pobre*⁵¹. A tônica era colocada no fato de que o atraso industrial da região do Tocantins era uma forma de manter o desenvolvimento industrial tanto do sul de Goiás quanto de outras regiões.

Neste plano, afirma Costa, a arrecadação tributária, na região do Tocantins, avaliada pela ótica do ICM era irrisória não pela inaptidão econômica da região, e sim pelo seu atraso industrial. Ou seja, o norte goiano favorecia o desenvolvimento industrial do sul de Goiás e outras regiões ao preço de seu retardamento industrial⁵².

⁵¹ Ver Valter Estácio Maia "Economia de Goiás, Realidade Presente e Perspectiva Futura" in Jornal "O - 64 - Popular" dezembro 1985.

⁵² Ver Célio Costa, *Fundamentos para a criação do Estado do Tocantins*. Goiânia, Editora Lider, 1985, p.51.

Uma vez que os ramos industriais dos municípios de Araguaina, Gurupí, Paraíso e Porto Nacional começavam a apresentar um crescimento significativo em termos relativos, o apoio das “classes produtoras” à proposta de desenvolvimento defendida pela CONORTE constituía uma dos fatores fundamentais na argumentação da viabilidade econômica daquela área⁵³. As “classes produtoras” dos municípios de Araguaina e Gurupí viam a criação do novo Estado como uma forma de desenvolver racionalmente a economia local, dado que os investimentos do Governo federal em obras de infra-estrutura criariam na região o suporte para que o capital privado fosse ali aplicado. É nesse sentido que o setor empresarial reforçava a aspiração autonomista defendida pela CONORTE.

Apesar das críticas feitas pelo IFAS ao diagnóstico, principalmente quanto à natureza dos dados apresentados - que seriam falhos na própria documentação existente, e que foram utilizados sem essa ressalva - e à não inclusão nas medidas propostas de tratamento das tensões político-sociais da região, vale ressaltar que seu núcleo consistia em estimar o montante de capital necessário à implantação do novo Estado, seguindo dois critérios básicos: o primeiro deles, a avaliação do quantum de investimento necessário para que no prazo de 10 anos o Tocantins atingisse uma renda *per capita* superior ao que havia apresentado entre 1975 e 1980; e o segundo, a demonstração da elevação do desempenho da renda regional ao nível percentual equivalente ao de 1980 (6,72% a . a .).

⁵³Estes municípios considerados pela CONORTE como distritos industriais desenvolviam os seguintes ramos: Araguaina\ DAIRA: moveleiro, ração animal, frigorífico, calçados e alimentos; Gurupí\ DAIG: indústrias de pré-moldados, cerâmica, gás, asfalto, beneficiamento de arroz, frigorífico, refrigerante, biscoito, embalagens e laticínios; Paraíso\DAIP: indústria de refrigerantes, cerâmica e beneficiadora de

Mas a grande característica do diagnóstico CONORTE consiste no fato de que não leva em conta nem os conflitos sociais ocorridos no norte da região (Bico- do Papagaio área de maior conflito agrário do Tocantins) nem o impacto dos investimentos do governo federal no âmbito local: *“convém notar que, excetuando a atuação da SUDAM e do PROTERRA, o planejamento governamental tem dado quase nenhuma atenção global a essa área, podendo inclusive ser taxado de vácuo econômico não planejado”*⁵⁴. Daí o motivo dessa micro-região reclamar por um Programa de Desenvolvimento voltado para seus problemas fundamentais, encarando-os de modo articulado e definitivo⁵⁵. Desta forma, o diagnóstico parece considerar tanto o aspecto da falta de aglomeração (enquanto fator condicionante da pouca expressividade industrial regional) quanto as limitações das condições da produção e dos transportes, impostas pela localização de determinados municípios daquela região.

Os pontos centrais da análise podem ser aqui resumidamente enumerados:

1. “A disparidade de níveis de renda existente entre o norte e o sul de Goiás constitui, sem dúvida o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento regional”.
2. “O ritmo de crescimento da economia tocantinense, vem sendo superior aos índices apresentados no quinquênio de 1975-80”.
3. “(...) A ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para o insucesso da defesa autonomista local”.

borracha; Porto Nacional\DAIPON: metalurgia, pré-moldados, cerâmica, matadouro e farinha de ossos. Célio Costa, op. cit, p. 53

⁵⁴ Célio Costa, op. cit, p. 54

4. “(…) Não obstante o grande volume de recursos que convergem para o Tocantins, sejam privados, na imobilização em terras ou na atividade produtiva, sejam públicos, através de subsídios à produção ou na implantação da infra-estrutura, a acumulação local é restrita”.
5. “ as relações econômicas do Tocantins com o sul de Goiás caracterizam-se por um verdadeiro mercado triangular, ou seja, o Tocantins fornece as matérias-primas para serem industrializadas em centros desenvolvidos de onde são reexportadas em forma de bens acabados”.
6. “ O problema do Tocantins esta na ineficiente diversificação interna da própria produção ou seja, o seu atraso só poderá ser superado mediante uma política de industrialização”.

A grande ênfase no diagnóstico, é dada exatamente à análise *econômica* da renda *per capita* regional. Num primeiro momento se mostra a elevação do nível da renda local: a partir do quinquênio (1975), ela tende a aumentar. Num segundo momento, é feita a análise dos elementos dinâmicos da economia Tocantinense (setor externo, setor público e setor industrial). Conforme se lê no documento:

“Para que haja desenvolvimento regional é imperativo que a renda per capita urbana cresça em ritmo satisfatório. Na região do Tocantins esse indicador vem mantendo uma taxa de incremento anual da ordem de 64% a. a. , o equivalente a sua multiplicação em 12 vezes no quinquênio 1975-80 (de US\$ 25 para 302)”.

⁵⁵ Idem p.54

Tal fenômeno, afirma Costa, retrata o espetacular desempenho da renda regional, baseando-se na elevadíssima taxa de crescimento anual da ordem de 63,84%, a julgar pelas taxas do Estado (6,72% a .a .), e a do Brasil (11,06%a .a.), no mesmo período ⁵⁶.

De outro prisma, apesar da elevação na taxa de crescimento da renda *per-capita* da região no quinquênio 1975-80, em valores absolutos esse indicador é pouco expressivo se confrontado com os valores de Goiás e do Brasil. Segundo o IFAS, em 1980, a renda *per-capita* daquela região, foi de US\$ 312, 00 contra US\$ 1.240,00 do Estado e US\$ 1.600,00 do Brasil. Vale dizer que, com relação ao Estado e ao País, a região é 75% e 80% mais pobre, na mesma ordem. Em cada 100 mil de renda gerada no Estado, 75 mil ficam na sua parte Sul e apenas 25 mil sobram para o Norte⁵⁷. Isso significa que o nível de bem-estar da população tocantinense é três vezes inferior à média do Estado e quatro vezes inferior à média nacional.

Vale notar, no entanto, que no decorrer da análise contida no diagnóstico CONORTE, procura-se mostrar como a autonomia do Estado é a única via possível de ampliação da industrialização e do desenvolvimento local. O diagnóstico aponta para a desvantagem da área do Tocantins, por não ter indústrias destinadas à transformação de suas matérias-primas. *Uma vez que o fluxo (industrialização) agrega preços bem mais compensadores que o fluxo "in-natura", (não industrializado), a autonomia do Tocantins se converte em prejuízo para o desenvolvimento do sul de Goiás*⁵⁸.

A problemática tocantinense, todavia, sedimenta-se num conjunto de elementos inibidores do desenvolvimento. Dela ainda faz parte a existência de um mercado de

⁵⁶ Idem p.59

⁵⁷ Ver IFAS p. Instituto de Formação e Assessoria Sindical, p. 07 (mimeo)

⁵⁸ Idem p.62

energia reprimido por força limitativa da oferta. Para a CONORTE, esse tem sido certamente um sério fator de estrangulamento da performance econômica do Tocantins, principalmente no que tange à sua capacidade industrial, até agora sub-utilizada⁵⁹. E mais adiante: “Um plano de industrialização para o Tocantins terá que visar dois objetivos centrais: primeiro, ampliar o setor de energia e transporte fatores vitais da economia e intensificar a produção de alimentos na região, (...) a fim de conquistar uma posição de vantagem face ao parque industrial do sul do Estado; segundo, modificar e criar a estrutura do sistema industrial da região, com ampliação da capacidade armazenadora da região, criando, assim, um sistema capaz de autopropagação”⁶⁰.

Quanto ao setor primário, o diagnóstico leva à constatação da sua baixa produtividade, bem como de uma oferta relativamente escassa de alimentos. De acordo com a CONORTE, esse setor se apresenta inexpressivo devido à estrutura fundiária, bem como às dificuldades de intercâmbio e de escoamento; esses fatores são basicamente responsáveis pelo desencorajamento da economia regional. Isso explica o fato da produção de excedentes agrícolas ter cedido lugar à agricultura tradicional e à pecuária primitiva, características de uma economia de baixo rendimento⁶¹.

Obviamente, como a economia do Tocantins baseia-se no setor primário, por opção, via de consequência, deduz-se que seu desenvolvimento ficou à mercê de distorções em seus quadros agrário e viário. Segundo Costa, a importância da agropecuária para a economia regional é de tal monta que, em 1980, foi responsável por

⁵⁹ Ver Célio Costa, *Fundamentos para Criação do Estado do Tocantins*. Goiânia, Editora Lider, 1982.

⁶⁰ Em termos regionais, enquanto o Tocantins tem grande carência de energia, o Sul dispõe de 444.000 KW, capacidade suficiente inclusive para exportar o excedente através das Centrais Elétricas de Furnas. Com a divisão do Estado a área do Tocantins seria beneficiada por nove usinas: Tucuruí, Lages, Corujão, Tocantinópolis, Isamu Ikeda, Ponte Alta, Cachoeira Dourada, Taguatinga e Dianópolis. Idem, p.45

mais de 3\5 da arrecadação de ICM total da região, proporção que persiste também em 1985.

Assim analisando a predominância do setor primário na estrutura econômica do Tocantins afirma a CONORTE: *“importa que, a transformação dos produtos naturais da região e o aumento da oferta dos mesmos sejam realizados por indústrias locais. Isso é relevante tanto para proporcionar uma elevação do nível de emprego quanto para aumentar a parcela de retenção do valor agregado desses bens”*⁶².

Contudo, o documento considera que a causa do baixo crescimento da economia tocantinense não é a escassez de terras irrigáveis, mas sim, o uso irracional de seus recursos.

O economista Joaci Camêlo Rocha, também integrante da CONORTE, afirma que o problema fundamental da economia do Tocantins (o baixo nível de emprego daquela área) resultou do expressivo crescimento da renda do setor pecuário (82,9% a .a .), constituindo esta a causa fundamental da baixa produtividade da economia daquela região⁶³. Isto é, uma vez que esse setor se caracteriza como atividade de baixa absorção de mão-de-obra, (o inverso da agricultura tradicional), a sua predominância, por si só, explica a pouca evolução do nível de emprego da região. Ainda assim, afirma o documento, isso não anula o potencial e a capacidade produtiva da região. Até o final da década de 80, o Tocantins iria ampliar a sua capacidade de expansão da oferta de alimentos. A atuação do Projeto Rio Formoso⁶⁴ na expansão da área dedicada à lavoura (

⁶¹ Ver IFAS, op.cit, p.12

⁶² Ver Célio Costa, op. cit, p.51

⁶³ In Comissão das lideranças políticas do Setentrião Goiano, 13 de dezembro de 1985, (mimeo).

⁶⁴ No início dos anos 80, o Governo de Goiás incentivou a implantação do Projeto Rio Formoso, para a produção de arroz irrigado e soja em zona de várzeas (Araguaina, Gurupi e leste da ilha do Bananal) com

com mais de 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 400 mil hectares irrigáveis), a alta taxa de migração para a região; a perspectiva de produção desse projeto (dois milhões de toneladas de arroz por ano) e o fato desse se constituir no maior projeto de cultura irrigada do mundo em área contínua, perfazendo um total de 300.000 hectares, seriam fatores suficientes para diminuir o setor de subsistência da economia da região e colocá-la em franca ligação com outros mercados econômicos⁶⁵.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1985⁶⁶, o Tocantins possuía 50.089 estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área total de 19.004.254 hectares. A distribuição destes estabelecimentos apresentava o seguinte perfil:

Área em hectares	Nº de Estabelec.	Percentual dos Estabelec.	Área ocupada Em hectares	Percentual da da área total
De 0 a 10	4.012	8,01	21.110	0,11
De 10 a 100	17.738	35,41	892.629	4,70
De 100 a 1.000	24.460	48,84	7.527.600	39,61
Ate 10.000	3.783	7,55	8.505.254	44,75
Acima de 10.000	96	0,19	2.057.651	10,83
Total	50.089	100,00	19.004.244	100,00

Fonte: CDD/IBGE - Censo Econômico de 1985
Elaboração: IFAS

Nota-se a existência de uma alta concentração da posse da terra na área do futuro Estado. Enquanto a área das propriedades com menos de 100 hectares (43,42% dos estabelecimentos) representava apenas 4,81% do total das terras do Estado, as

recursos do BNDES, facilitou a instalação de várias cooperativas agrícolas na região. No entanto, os antigos posseiros e índios residentes nesta área foram desapropriados e indenizados, alguns foram expulsos com violência pela COPERJAVA (Cooperativa de Javaé), e outros ainda se encontram até hoje em conflitos com as cooperativas. Ver CPT\ Araguaia-Tocantins, Projeto de Assessoria Agrícola, in mimeo p. 09

⁶⁵ Joaci Camêlo Rocha, op.cit, p.15

⁶⁶ Censo Demográfico de 1985, IBGE, p.138ss.

propriedades acima de 1.000 hectares (com apenas 7,74% dos estabelecimentos) representavam 55,58% do total da área.

Segundo o IFAS, as propriedades de até 100 hectares concentravam cerca da metade das pessoas ocupadas na agricultura e na pecuária. O maior número de estabelecimentos está nas áreas de 100 a 1000 hectares. Historicamente, este estrato social resulta de ramificações das oligarquias rurais que controlam o poder político local e estadual⁶⁷.

As propriedades acima de 1.000 ha geralmente são dedicadas à plantação de arroz e à criação de gado. O processo utilizado é o desmate e a abertura de campos para plantar arroz, e depois estas áreas são destinadas à pecuária. Em 1985, o número de produtores “proprietários” era de 36.522 pessoas, representando 77,18% do total dos produtores rurais. Já o número de produtores “ocupantes” (posseiros) era de 8.892 pessoas, representando 18,7% dos produtores rurais do Estado. Segundo o IFAS, esse número provavelmente subestimava o real quadro dos posseiros; mesmo assim confirmava que a estrutura fundiária estava concentrada nas mãos de poucos⁶⁸.

No que diz respeito à atuação dos grandes projetos agropecuários na região (ex: Projeto Rio Formoso), afirma o IFAS que esse constitui um importante instrumento para o desenvolvimento da economia da região. Porém, do ponto de vista social, tais projetos apresentavam vários aspectos negativos; dentre eles o fato de continuarem sendo implantados em áreas já ocupadas por posseiros, o que contribuiria para o agravamento dos conflitos agrários na região⁶⁹.

⁶⁷ IFAS, op. cit, p.11

⁶⁸ Levantamento da estrutura fundiária do norte goiano. IFAS

⁶⁹ Idem p.15

Embora o documento elaborado pelo IFAS tenha sido posterior ao diagnóstico econômico elaborado pela CONORTE, o documento do IFAS mostra-se relevante para a nossa análise, por dois aspectos: pela sistematização dos dados estatísticos e pela importância atribuída ao impacto social e ambiental na implantação dos grandes projetos na região. Vale assinalar que não pretendemos colocar em discussão a validade da análise econômica feita pela CONORTE (para nós não são essenciais as projeções e cálculos de recursos presentes nos planos apresentados pela CONORTE), mas tão somente o que inspirou sua criação, e o que isso representa no processo da autodeterminação política da região do Tocantins, tanto no âmbito regional como nacional.

A CONORTE admitia a irracionalidade da estrutura agrária da região e a coexistência de modelos primitivos e sofisticados na estrutura de propriedade da mesma. No entanto afirma o documento, mesmo exibindo o mais flagrante atraso tecnológico esse setor ainda constitui o mais dinâmico da economia tocantinense:

O Estado do Tocantins nascerá como o 10º produtor de grãos e bovinos; 3º produtor de babaçu do país; já conta com a florescente produção agrícola em terras irrigáveis no vale do Rio Araguaia, a exemplo do Projeto Rio Formoso, com várias cooperativas em Franca fase produtiva e capacidade considerável de ampliar a produção de alimentos no Brasil⁷⁰.

Nota-se que a resolução do problema representado pelo estrangulamento do setor primário adquire aqui uma relevância estritamente econômica: a economia regional

deveria demonstrar a real possibilidade de aumento da oferta de alimentos daquela região.

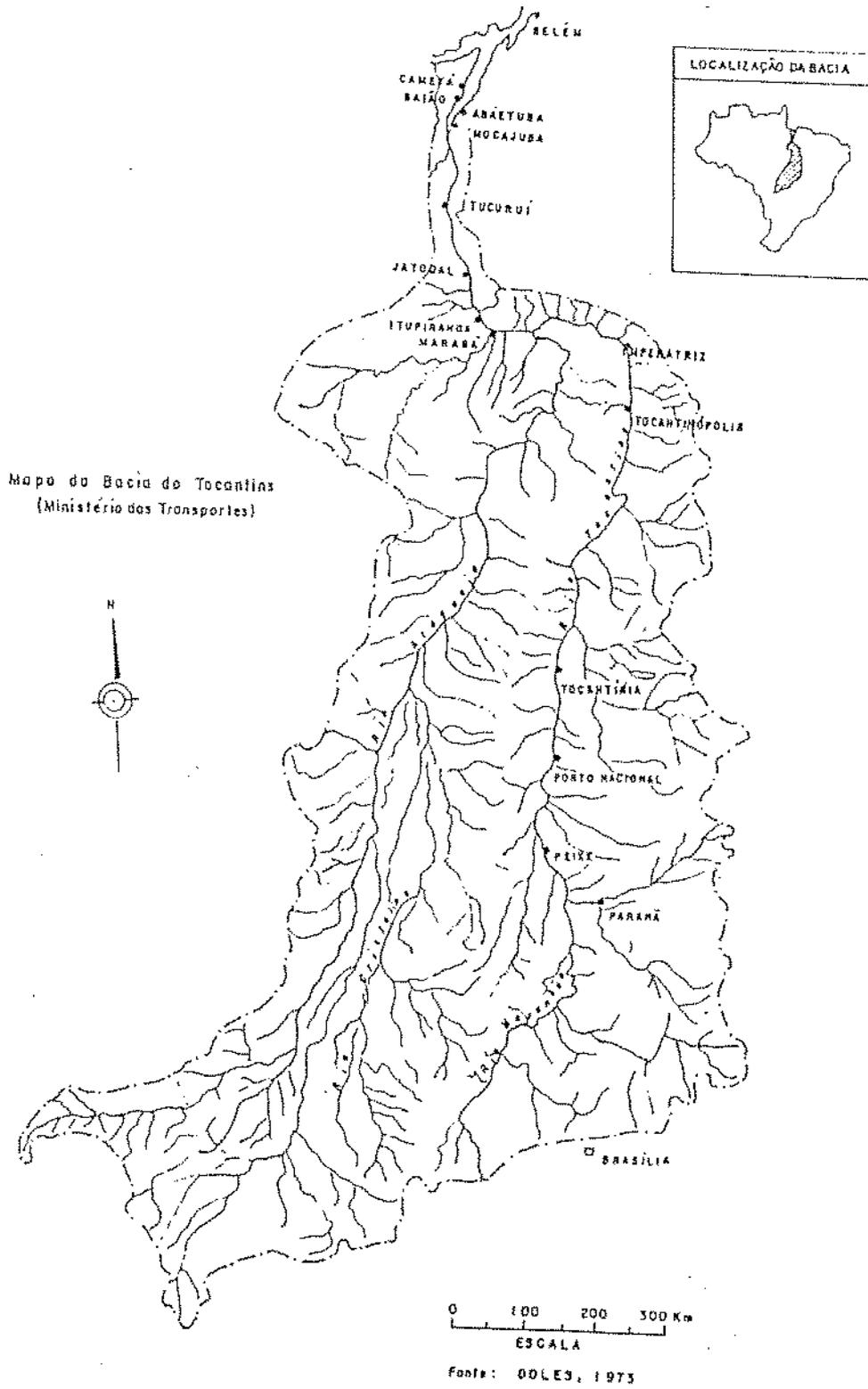
Desta forma, afirma Joaci Camelo Rocha, o *Plano de Desenvolvimento do Tocantins* seguirá os seguintes objetivos: “promover a integração da Bacia Araguaia - Tocantins⁷¹, dando ênfase ao estudo de programas de aproveitamento de recursos hídricos e florestais, com os fins de superar o problema de fornecimento de energia elétrica e a falta de infra-estrutura e dos meios de transportes adequados à industrialização de matérias-primas e a boa utilização dos recursos minerais, desenvolver o setor agrícola para superar o ponto de estrangulamento interno, desenvolver o setor agropecuário bem como programas de colonização, visando a integração da bacia em seu papel de portal da Amazônia. Incumbe também ao plano a missão específica de promover uma melhor distribuição regional do desenvolvimento brasileiro, tendo como metas básicas: a) reduzir as disparidades de desenvolvimento existentes entre o Norte e Sul goianos; b) descentralizar as decisões relativas ao desenvolvimento regional; c) melhorar a renda e gerar novas oportunidades de emprego, absorvendo os excedentes populacionais de outras regiões do país⁷². Finalmente, afirma Rocha: “A bacia Araguaia-Tocantins está predestinada a desempenhar as seguintes funções: produzir quantidades significativas de alimentos para abastecimento interno e exportações de excedentes; aproveitar a situação privilegiada dos Vales Araguaia-Tocantins (áreas incomensuráveis de cerrado e propícias à irrigação) para atrair corrente expressiva de investidores do centro-sul, acelerando assim o ritmo da economia local”.

⁷⁰ Comissão das Lideranças políticas e da livre iniciativa do setentrão goiano. Documento assinado por Adão Bonfim, Economistas Joacir Camelo Rocha 13 de dezembro de 1985.

⁷¹ Ver O Povoamento Ribeirinho e o Primeiro Eixo de Desenvolvimento (FIG – 08)

FIGURA -08

HIDROVIA DO TOCANTINS
O POVOAMENTO RIBEIRINHO E O PRIMEIRO EIXO DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: DOLES, 1973

Observa-se que o documento parte da constatação da existência de desigualdades regionais, que tendiam a ser agravadas pelo tipo de relação econômica existente entre sul e norte de Goiás. Ou seja, os problemas das desigualdades são questionados num nível regional e não entre centro e periferia. A ênfase dada às desigualdades regionais, ao potencial econômico do norte e à viabilidade do mesmo se transforma num poderoso argumento político em favor da criação do futuro Estado do Tocantins, uma vez que o plano de desenvolvimento proposto tem como objetivo diminuir as desigualdades regionais. A criação do novo Estado implicaria numa resolução a curto prazo dos problemas primordiais da região. Primeiro, fortaleceria as correntes migratórias e de capitais a ponto de influir na disponibilidade de recursos (principalmente humanos e de capital). Segundo, tornaria mais evidente a necessidade de um melhor desenvolvimento das condições de transportes e de comunicações na região.

Desta forma afirma a CONORTE, “somos beneficiados pela Belém-Brasília que cruza a região Tocantins em um percurso de aproximadamente 874 Km, entre os férteis vales dos Rios Tocantins e Araguaia; temos 185 Km de estradas estaduais já asfaltadas e 120 Km em fase de asfaltamento; há também 6.173 Km de estradas estaduais não pavimentadas, integrando a malha viária do Tocantins, no “Bico do Papagaio” temos a BR- 230 “Transamazônica”, indo do Estreito a Araguatins, em direção a Marabá, Altamira e Itaituba. Porém, defendemos ainda a construção da BR - 242, ligando Barreiras -BA a São Félix-MT, cruzando a região Tocantins nas imediações de Dianópolis, Natividade, Peixe, Formoso do Araguaia, permitindo o escoamento da produção agropecuária do Centro-Oeste diretamente para o litoral através de Salvador-

⁷² Idem p.40.

BA⁷³. Segundo o documento, a entidade tem se empenhado junto ao Governo Federal para que sejam alocados recursos que viabilizem a construção de eclusas nas Hidroelétricas de Tucuruí e na Usina de Santa Izabel, a fim de que os rios Tocantins e Araguaia possam se tornar navegáveis em longo percurso, sobrepondo-se aos obstáculos existentes. Contudo, o desenvolvimento desses setores propiciará uma mobilidade mais importante de fatores. Os fluxos de capital irão se encaminhar para a região, onde sua rentabilidade será maior, da mesma forma que os elementos humanos de outras regiões buscarão no Tocantins melhores oportunidades de emprego⁷⁴. A intenção que o documento deixa transparecer é exatamente a de formar um novo pólo dinâmico da economia no Tocantins.

Mas, como aponta Augusto Ablas, não havendo complementaridade entre as produções das duas regiões, o intercâmbio entre elas conduzirá ao desenvolvimento da região mais rica. Não existindo a complementaridade, o desenvolvimento da região pobre será amortecido. Este último caso corresponde aos efeitos de “frenagem” definidos por François Perroux (1961) ou aos efeitos de “polarização” de Hirschmam (1958) que mostram que as atividades da região pobre retrocedem à medida que se vêm expostas à concorrência da região mais rica⁷⁵.

Para a CONORTE, a localização geográfica dos núcleos urbanos de Araguaina e Gurupí, (ambos cortados pela BR-153), a concentração dos recursos federais nos mesmos e o intercâmbio comercial e inter-regional desses núcleos com as outras regiões,

⁷³ Ver Célio Costa, op. cit, p 41

⁷⁴ Idem p.41

⁷⁵ Ver Luiz Augusto de Queiroz Ablas. *Intercâmbio Desigual E Subdesenvolvimento Regional no Brasil*. São Paulo, Pioneira, FIPE -Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985, p. 61.

serviam para defini-las como cidades polarizadas da região Tocantins⁷⁶. Dessa forma, afirma o diagnóstico, a região Tocantins deve ser encarada pelas suas características específicas dos pontos de vistas econômico, cultural, político e social.

Assim, o município de Araguaina, além de ter, como já foi dito anteriormente, um grande número de pequenas propriedades, pode ter estimulado a produção de gêneros alimentícios provenientes da lavoura local. Além do acúmulo dos incentivos fiscais da SUDAM e dos benefícios do Poloamazônia, o município também integra grande núcleo abastecedor, juntamente com Imperatriz, no Maranhão, que atende o sul do Maranhão e do Pará, além de outros pontos do nordeste⁷⁷.

Entretanto, o que se pode verificar, da análise das informações, é que, no ano de 1987, as áreas de lavoura não mantiveram a mesma relação com as áreas de pastagens, ou seja, perderam peso, já que, em 80, eram 15,79% daqueles e, em 87, somente 5,46%. Outro fator que merece ser ressaltado diz respeito ao acentuado crescimento das áreas em descanso verificado entre 80 e 87. Assim é que, em 80, tais áreas representavam 7,55% do total das lavouras temporárias e permanentes e, em 87, 64,43%⁷⁸. Ainda assim, mesmo com a queda no ritmo de crescimento no que se refere a áreas de estabelecimentos, os municípios de Porto Nacional, Gurupi, e Araguaina mantiveram expressivos os setores de comercialização, armazenamento de produtos agropecuários e exportação da soja. O que se pode verificar é que apesar da diminuição ocorrida em geral no ritmo de expansão das áreas de estabelecimentos, os Programas Especiais, de certa forma favoreceram a expansão da atividade pecuária na região Tocantins.

⁷⁶ "A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins" in, Revista Conorte, nº 02, 1989, p.40

⁷⁷ Ver, Célio Costa, *op. cit.*, p. 54

⁷⁸ Dados extraídos do relatório do IFAS, *op. cit.*, p.18

Não obstante a desaceleração do ritmo de crescimento da área, no período de 80\87, a atividade pecuária apropriou-se de grande parcela dos benefícios propiciados pelo Estado central, tanto no que se refere à infra-estrutura, como ao crédito subsidiado⁷⁹. Nesse aspecto, o apoio financeiro e a defesa da produção de soja propiciados pelo esquema político nacional aos produtores daqueles municípios (expansão do crédito rural e aperfeiçoamento da distribuição de alimentos) beneficiavam diretamente os proprietários de terras locais, tanto os que as mantiveram ociosas, como aqueles que engajaram na produção. Desta forma, a acumulação local era mais promissora nos municípios de Araguaina e Gurupi. Esses, conforme vimos anteriormente, se apresentavam favorecidos no que se refere à sua própria integração à produção.

Neste sentido, aponta o relatório do IFAS, não houve um comprometimento por parte do Governo Federal e Estadual com qualquer reforma mais profunda na estrutura de produção agrícola da região Tocantins. Ao contrário, as medidas implementadas propunham apenas a ampliação ou o aperfeiçoamento da distribuição de alimentos (arroz, milho e soja) através de construção de novos armazéns com isso, a questão da terra permanecia intocável⁸⁰.

De todo modo, no que se refere ao problema da terra, o diagnóstico elaborado pela CONORTE apresenta uma certa congruência com a proposta de política econômica nacional refletida naquela região. A novidade do diagnóstico consiste no fato de que a autonomia política do Estado do Tocantins seria uma forma de *contornar os problemas*

⁷⁹ Dissertação de mestrado de Maria do Amparo Albuquerque Aguiar. Expansão Capitalista E A Incorporação de Novas Áreas - O Norte de Goiás, Departamento de Economia, USP, 1986, p.165

⁸⁰ Ver IFAS, op. cit, p.17

agrários daquela região. As propostas levantadas vão no sentido do aumento da capacidade armazenadora da região.

“A capacidade armazenadora da região é superior a 300.000 toneladas; havendo comprovadamente um déficit armazenador superior a 600.000 toneladas. O atendimento a essa carência, necessário à garantia da produção atual e de seu fomento, aumentará a oferta de emprego e ampliará a aplicação de equipamentos da indústria nacional”⁸¹

Nota-se que a ênfase dada ao aumento da produtividade agrícola regional, bem como a uma diversificação de seus produtos, tem o sentido especial de tecnificação e conseqüente capitalização, não se mencionando ou se quer explicitando o problema de uma eventual redistribuição da terra. Fala-se também na necessidade do aumento da oferta de energia. *“Há necessidade de acelerar o início da construção das Usinas Hidrelétricas de Santa Izabel no Rio Araguaia e de São Félix no Rio Tocantins, suprimindo a demanda energética de uma vasta região do País”⁸².*

Nesta perspectiva, a defesa da autodeterminação política do Tocantins surge como um saldo positivo para o processo do desenvolvimento do país. Do ponto de vista político, o retorno estaria no apoio dos proprietários “produtores” dos núcleos urbanos de Araguaina, Gurupi, Miracema e Porto Nacional que, como vimos anteriormente, graças às medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal e Estadual e à facilidade de acesso às rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, conquistaram influência política, econômica e social mais que a dos demais municípios daquela região.

⁸¹Conorte, op.cit, p.12

Assim, afirma a CONORTE, a população urbana, a arrecadação de ICM e o consumo de energia elétrica delineiam a estrutura espacial do futuro Estado do Tocantins como uma áreas polarizada pelos principais núcleos urbanos: Araguaina, Gurupi, Porto Nacional, Miracema e Paraíso⁸³. A esse respeito, afirma Augusto Ablas, a área de influência de uma cidade (polarização) não é senão o controle exercido sobre o processo produtivo pelas classes que detêm o poder⁸⁴.

O diagnóstico da CONORTE portanto, teve por base três elementos determinantes dos centros polarizadores⁸⁵: população urbana, arrecadação de ICM, e consumo de energia elétrica.

Seguindo Joaci Rocha, estes núcleos urbanos eram os únicos que, à época, apresentavam uma infra-estrutura suficiente para sediar a capital do futuro Estado do Tocantins. Pois a população urbana desses municípios centralizava recursos e poder de decisão, configurando-se como um centro de atração. Seu poder podia, no entanto, aumentar ou diminuir à medida que se aproximava ou se afastava de outro centro (núcleo polarizador) de tamanho relativamente significativo⁸⁶. Segue o documento: a arrecadação do ICM total dos municípios tem indicado de forma direta a dimensão econômica dos núcleos, dando uma idéia da quantidade de equipamentos urbanos (comércio); bem como mostrado de forma indireta a dimensão das atividades de prestação de serviços públicos e privados. A análise da arrecadação do ICM se processou

⁸² Idem p. 12

⁸³ Idem p. 40

⁸⁴ Ver Augusto Ablas, *op.cit.*, p.59

⁸⁵ Ver artigo assinado por: Joaci Camelo Rocha in: *Revista Conorte*, *op.cit.*, p 40

⁸⁶ Idem p.40

por setores: primário, secundário e terciário⁸⁷. Quanto ao uso de energia elétrica, foram incluídas algumas evidências da qualidade de vida urbana, tais como: uso de eletrodomésticos, iluminação pública, domiciliar, comercial, industrial e rural. Nesse âmbito, constata o diagnóstico: “a identificação de alguns núcleos polarizadores foi constatada através de uma análise do fluxo de passageiros por ônibus, mostrando o movimento de cada cidade para as demais cidades e evidenciando assim a predominância de alguns núcleos em termos de centralidade de fluxo”. Assim também, certos núcleos detentores de massa relativa (população urbana) elevada foram rebaixados na dimensão hierárquica em virtude de sua localização e de seu papel funcional. É o caso de Goianésia, que apesar de contar com uma massa relativa elevada não chega a constituir um centro regional devido à sua posição geográfica afastada do eixo principal da BR-153. Por outro lado, núcleos como Alvorada do Norte, Campos Belos e Dianópolis, embora apresentando massas insignificantes, alcançaram a posição de Centro de sub-região, isto em razão do vazio urbano da área em que estão situados⁸⁸.

Neste contexto, observa-se que o conteúdo do enfoque “regional” aparece diretamente associado a uma relação social particular. Isto é, privilegia os fenômenos interiores da região: a localização dos agentes e os meios diretamente ligados ao processo regional de desenvolvimento no interior da mesma. As características dos fluxos materiais de cada área são realçadas com vistas a orientar o desenvolvimento de tal região para as exportações. É o caso da expansão da cultura do arroz e da soja nos municípios de Araguaina e Gurupi.

Concluindo:

⁸⁷ Idem 40

Tendo como objetivo primordial demonstrar a viabilidade política, econômica e social da região e por conseguinte pressionar o Governo Federal a aprovar a criação do Estado do Tocantins, a CONORTE propôs uma série de medidas instrumentais, que iam desde a comercialização e o armazenamento de produtos agropecuários, a exploração dos recursos minerais e a expansão da exportação da produção do arroz e soja até o desenvolvimento da indústria do turismo na região.

Vale dizer que, subjacente a essa concepção de política econômica, estava o projeto de criação do Estado como caminho para a superação dos conflitos agrários daquela região. O documento CONORTE não dedicava atenção ao problema da terra; apenas sugeria medidas politicamente inócuas, tais como a construção de Usinas Hidrelétrica e o aperfeiçoamento da distribuição de alimentos através da concessão de facilidades para a construção de novos armazéns.

Do ponto de vista teórico, a concepção desenvolvimentista da CONORTE partiu de uma abordagem que privilegiava os fenômenos interiores à região. Isto é, a tese do diagnóstico partiu do princípio de que a região Tocantins se beneficiava de vantagens importantes que lhe permitiam basear seu desenvolvimento sobre as exportações. Vantagens como: aumento da taxa demográfica a partir da fase de modernização\ocupação no início dos anos 80, desenvolvimento dos núcleos urbanos e fácil acesso dos mesmos às rodovias Federais (Belém-Brasília e Transamazônica), permitindo um inter-câmbio comercial entre os Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Sul de Goiás e outros; aumento do poder de decisão e influência política, econômica e social dos núcleos urbanos de Porto Nacional, Miracema, Tocantinópolis, Paraíso, Araguaina e

⁸⁸Conorte op.cit, p. 41

Gurupi sobre os demais municípios da região Tocantins. Nota-se portanto a proximidade do documento com relação ao conceito de cidades “polarizadas”⁸⁹.

Nestes termos o diagnóstico se delineava não só como um instrumento técnico mas também como um instrumento político, dado que, no final de 1986, os núcleos urbanos referidos pela CONORTE eram politicamente os mais expressivos da região Tocantins. Nessa época, Gurupi, Porto Nacional e Araguaína, as três principais cidades do futuro Estado, intensificaram suas articulações para obter o privilégio de se tornarem a capital do Estado do Tocantins.

Nesta perspectiva, os prefeitos de Gurupi (João Cruz - PMDB), de Porto Nacional (Vicente Oliveira - PDT), e Araguaína (João Ribeiro - PFL) assumiram a defesa de seus respectivos municípios como possíveis sedes da Capital. Desta forma, esses municípios não só reforçaram o apoio à causa autonomista defendida pela CONORTE como também financiaram várias peregrinações dos representantes locais pelos gabinetes dos Ministérios em Brasília, em busca do apoio decisivo à criação do Estado do Tocantins⁹⁰.

Nesta linha, em junho de 1986, a Comissão de Redivisão Territorial, sob a coordenação do Ministério do Interior, apresentou os resultados oficiais às lideranças do movimento pró-criação do Estado do Tocantins. A criação do Estado do Tocantins era inviável do ponto de vista econômico, dada a baixa arrecadação fiscal da região. Do ponto de vista político, o fato do norte goiano caracterizar-se como área da Amazônia

⁸⁹ As regiões polarizadas são definidas a partir da noção de área de influência comercial das aglomerações urbanas. Essa noção é definida como “o espaço heterogêneo onde as diversas partes efetuam entre elas, e mais especialmente com o pólo dominante, um maior volume de trocas do que com a região vizinha”. Ver Augusto Ablas, op. cit, p.51

⁹⁰ Os contatos das três caravanas se sucediam, em todos os ministérios em condições de influir na criação do pretense Estado. A caravana liderada pelo Prefeito de Porto Nacional, esteve sucessivamente no Ministério do Interior, Ministério dos Transportes, Gabinete Civil, Gabinete Militar, Ministério da Aeronáutica, e Ministério das Forças Armadas. Ver Conorte, op.cit, p.36

Legal, compreendendo 60 municípios gerava condições favoráveis à criação do Território do Tocantins, o que significava um custo de 376 milhões - cerca de 38 a 40% desse total seria destinado a Goiás - para a expansão dos "programas especiais"⁹¹. Quanto à representação política, o novo território teria um governador nomeado pelo Presidente da República e quatro deputados, eleitos pela via direta. Seriam instalados tribunais de justiça, contas e eleitoral, bem como a Assembléia Legislativa. "Os assuntos judiciários seriam tratados pelo tribunal de justiça do Distrito Federal"⁹².

Na prática, as sugestões econômicas apresentadas pela CONORTE parecem não ter acrescentado muito do ponto de vista econômico; mas pode-se afirmar que serviram para mapear as condições políticas daquela região. Num primeiro momento, grande parte das lideranças do movimento pró-criação do Estado do Tocantins manifestaram-se contra os resultados oficiais. Conforme afirmou José Carlos Leitão:

*"Nossa bandeira separatista não consiste na criação do Território do Tocantins mas sim, na criação do Estado do Tocantins"*⁹³.

Por outro lado, houve aqueles que acataram as justificativas da criação do território como um dado positivo no sentido de que, de certa forma, a criação do território era uma vitória, o que não significava, porém, que a luta terminasse ali. Nesse sentido, afirmava Assis Brandão:

⁹¹Dados extraído do Jornal "O Popular", 26 de junho de 1986.

⁹² Idem

⁹³ José Carlos Leitão - Presidente da CONORTE - entrevista concedida ao Jornal "O Popular" 27\06\1986

“não podemos nos esquecer que 1987 será o ano da Assembléia Nacional Constituinte o que significa que será um ano promissor para a criação do Estado do Tocantins”⁹⁴.

Assim, a luta pela criação do Estado do Tocantins se desdobrou nas articulações da CONORTE na Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Nesse novo contexto, a CONORTE decidiu criar e instalar em Brasília vários comitês e subcomissões Pró - Criação do Estado do Tocantins.

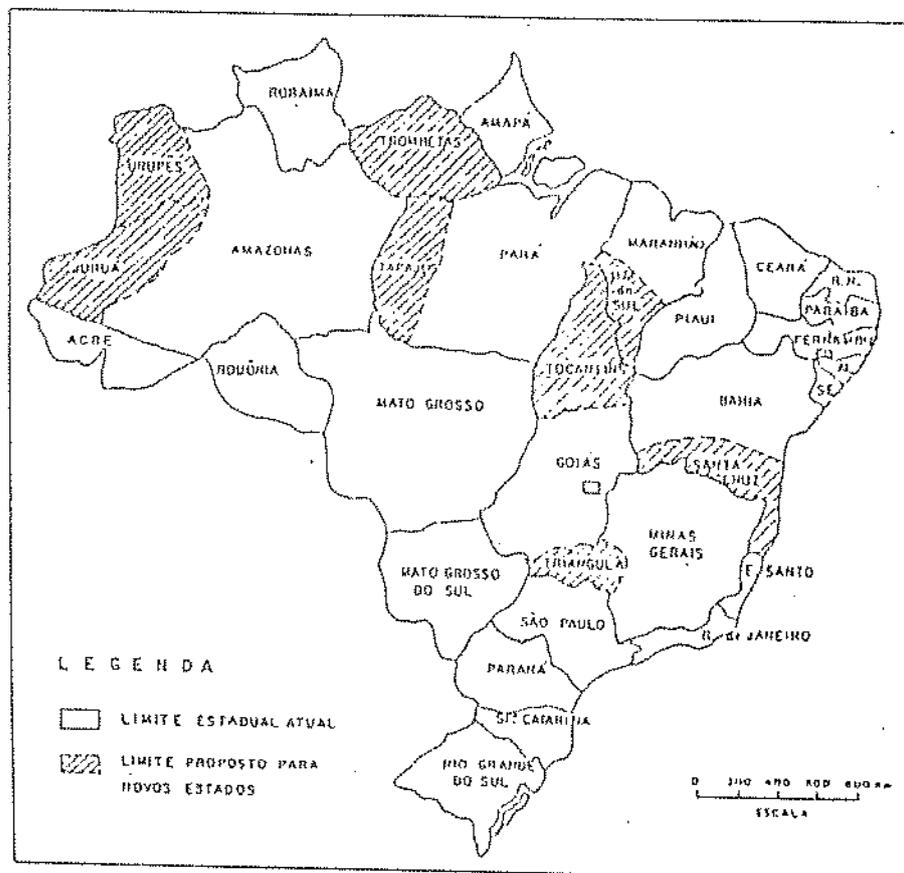
Portanto, do ponto de vista técnico, os *indicadores práticos* apresentados pela CONORTE (a ênfase dada ao crescimento demográfico da população local; o diagnóstico econômico da região e conseqüentemente a aprovação do projeto da criação do Estado no Congresso Nacional e no Senado). Abriram ao movimento autonomista perspectivas de vitória. Assim, o plano de desenvolvimento econômico elaborado pela CONORTE somado às articulações políticas engendradas durante a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, indicavam que a criação do novo Estado se concretizaria com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte daquele ano.

Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, vários partidos e parlamentares constituintes tomaram a frente da questão autonomista daquela região. O objetivo do próximo capítulo será então o de abordar e aprofundar a discussão sobre a atuação tanto da CONORTE quanto dos partidos políticos e parlamentares constituintes que estiveram envolvidos no processo da aprovação de criação do Estado do Tocantins pela Constituição de 1988.

⁹⁴ Depoimento de Assis Brandão - Presidente regional do PMDB - Jornal “O Popular” 28\06\1986

FIGURA -09

MAPA DE REDIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL APRESENTADO
NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE (1988)



Fonte: ANDRADE, 1990

CAPÍTULO III

PERSPECTIVAS DA CONORTE NA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

I - Objetivo:

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar e analisar o papel desempenhado pela CONORTE, na fase final da aprovação da criação do Estado do Tocantins pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Consequentemente, aborda-se aqui a atuação da CONORTE no processo de decisão da localização da capital provisória daquele Estado, marcado para após o pleito eleitoral de 15 de novembro de 1988.

Neste processo, veremos que o movimento separatista empreendido pela CONORTE procurava atender, de um lado, os interesses da elite agrária local que viam no separatismo uma forma de ampliar a sua participação no cenário da política nacional; e do outro lado, os interesses de uma população urbana que via na criação do estado uma perspectiva de desenvolvimento do setor terciário, de ampliação do comércio e dos serviços governamentais. É dentro deste contexto que afirmaremos a presença do componente popular no discurso e na ação do movimento separatista liderado pela CONORTE.

II - A CONORTE e a Nacional Constituinte

Conforme descrito nos capítulos precedentes a década de 80 foi especialmente significativa no processo da efetivação da autodeterminação política da região do Tocantins . Para a CONORTE, do ponto de vista técnico, o fato do Presidente José Sarney ter vetado o projeto da criação do Estado do Tocantins e remetido a questão à Assembléia Nacional Constituinte evidenciava o sinal de uma vitória¹ .

“Esse não é o momento de se pensar em redivisão territorial do País - notem bem nobres colegas, o que diz o Presidente -, porque no próximo ano a Constituinte terá condições de discutir o assunto com maior profundidade”² .

Quanto à Assembléia Nacional Constituinte, haveria que pesquisar mais e melhor. Mas antes da sua instalação alguns pontos já estavam muito claros quanto à futura Carta. Cedo algumas posições se manifestaram de maneira bastante nítida; isto é, desde as discussões sobre o seu ato convocatório, que se desenrolaram no segundo semestre de 1985. Os temas - criação de Estados, extinção de territórios, desmembramento e fusão - seriam tratados, (segundo o Presidente José Sarney e os mais eminentes líderes da Aliança Democrática) na Assembléia Nacional Constituinte do ano de 1987.

Nestes termos, a Assembléia Nacional Constituinte apresentava-se ao movimento autonomista da região do Tocantins como o momento oportuno para a concretização do

¹ Depoimento do Secretário Geral da CONORTE Adão Bonfim Bezerra. In: Jornal *O Tocantins*, Goiânia, 12 de dezembro. 1987, p.02

² Idem

processo autonomista daquela região. Nessa linha, a CONORTE parece ter entendido que, naquele momento, o trabalho constitucional era o caminho mais viável para a solução da questão autonomista da região.

Nesta perspectiva, a campanha implementada pela CONORTE caracterizava-se mais como um trabalho de *gabinete*, de busca de representação política junto aos parlamentares no Congresso Nacional Constituinte do que de *mobilização popular*. Não que isso significasse uma ausência de representações coletivas³. Ao contrário, entendemos que a mudança do campo de luta só foi possível pelo fato da CONORTE haver partido do pressuposto de que o Estado do Tocantins já existia de fato no *inconsciente coletivo* da população daquela região. Isto é, a idéia autonomista já teria sido absorvida no imaginário social da população local. Nesse sentido, não haveria mais necessidade de uma constante reafirmação da questão. Ou seja, o movimento já teria adquirido uma *legitimidade histórica* que lhe conferia uma certa liberdade de ação quanto à questão da autonomia daquela região. Nesse aspecto, restaria apenas buscar sua institucionalização através da ação constitucional.

Vale ressaltar que um dos objetivos da concepção “desenvolvimentista” traçada pela CONORTE consistia em não modificar a estrutura social da região. O sistema de política agrária, o latifúndio familiar e os feudos agrários com seus mandantes políticos enraizados em cada uma das cidades da região permaneceriam intactos.

³ *Representações Coletivas* são entendidas aqui principalmente como construções mentais dotadas de um sentido, e que se pretendem gerais, a partir do consenso desse seu sentido para toda a sociedade: ver Pierre Boudieu *O Poder Simbólico*. Lisboa: Diefel, 1989, p.113. Isto é, “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que toda sociedade cria para si”. 88

Nesse sentido, afirma Elizeu Lira, a visão economicista da CONORTE e a ausência de uma proposta mais consistente acerca do problema social da terra fizeram com que a entidade se aproximasse mais dos interesses da classe política *sulista* e da burguesia agrária regional do que do anseio do conjunto da população local⁴.

Vale dizer que, durante toda a campanha pró-criação do Estado do Tocantins, a CONORTE, por razões de ordem fundamentalmente político-ideológica, procurou não aprofundar as discussões sobre o problema social da terra, ou seja, dos conflitos agrários existentes naquela região.

Com isto, na intenção de conquistar a abertura de espaços na agenda política da Assembléia Nacional Constituinte para discussão e aprovação da lei de criação do Estado do Tocantins, as lideranças do movimento perseguiram várias estratégias políticas junto aos deputados federais José Wilson Siqueira Campos (PDC) e José Freire (PMDB), e aos deputados estaduais - Totó Cavalcante, João Rocha, e outros líderes políticos da região.⁵

Neste aspecto, as estratégias políticas adotadas pela CONORTE incluíram desde a instalação de vários Comitês Pró-Criação do Estado do Tocantins, nos sessenta e três municípios da região, até as visitas aos 527 parlamentares constituintes da época.

⁴ Dissertação de Mestrado de Elizeu Ribeiro Lira. A Gênese de Palmas, Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista 1994, p.132

⁵ O Projeto de lei Complementar, que leva o nº 201 de 1985, de autoria do Deputado Federal José Wilson Siqueira Campos e Queiroz Campos havia passado pela apreciação do Congresso Nacional em 1985 e por duas vezes fora vetado pelo Presidente da República José Sarney. O mesmo projeto foi retomado e submetido à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte em 1987. In; "A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins" . Revista CONORTE, nº 3, dezembro de 1989, p.21

Um dos objetivos da instalação desses Comitês era o de facilitar o trabalho da coleta de assinaturas para as possíveis emendas populares, que no momento oportuno seriam encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte.

Nesta etapa, a CONORTE e a Assembléia Legislativa Estadual também promoveram vários debates, com ênfase na questão da viabilidade econômica do futuro Estado do Tocantins e nas vantagens mútuas que a divisão traria para o norte e o centro-sul de Goiás. Segundo Cavalcante, a preocupação central do movimento nesse período era demonstrar estatisticamente que o norte de Goiás, uma vez alcançada à condição de Estado, teria condições de sustentar-se. Era uma reação aos que entendiam que a baixa arrecadação da região faria nascer ali mais um Piauí, paupérrimo e problemático⁶.

Com efeito, em vários momentos, as manifestações contrárias à criação do Estado do Tocantins sustentadas por algumas lideranças do meio político, empresarial e intelectual goiano tiveram como base argumentativa o fato de que a autonomia não solucionaria o problema da região: o *Piauí tem autonomia política mas permanece como uma das regiões mais pobres do país*⁷. Assim, afirmava Bernardo Elis, o Tocantins seria mais um Estado fraco sem condições econômicas de enfrentar os desafios de natureza ecológica e fundiária presentes naquela região⁸.

⁶ Ver Cavalcante, Maria do Espírito Santo. O Movimento Separatista do Norte De Goiás (1821 – 1988). Goiânia, 1990, p 239. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás.

⁷ Bernardo Elis. “O Estado do Tocantins : Canibalismo Político”. Revista Presença, Goiânia, s/n, 1986 p.05.

⁸ Idem

Além disto, a divisão significaria um enfraquecimento do Estado de Goiás, considerando-se que, do ponto de vista geo-econômico, seria historicamente a maior perda do Estado após a perda de Carolina para o Maranhão, do Triângulo Mineiro, para Minas Gerais e, ainda, a ocupação por Mato Grosso de 165.000 Km² no sudoeste e sudeste goianos⁹.

Para Edmundo Galdino, as lideranças políticas do Tocantins apoiavam a causa separatista, visando um único objetivo: *construir ali um feudo político para distribuir cartórios, arquivar os crimes e legalizar as terras que grilaram, enfim, construir um Estado para que eles possam realmente governar na base do "poder mais forte"* ¹⁰.

Em contraposição, declarava o deputado Totó Cavalcante, *do ponto de vista político/administrativo a independência política do Tocantins trará mais benefícios e proporcionará uma ação governamental mais efetiva naquela região, posto que o governo, melhor situado geograficamente, terá melhores condições de atender às reivindicações da população local*¹¹.

Nesta linha afirmava João Rocha, aqueles que conhecem a história do movimento pela autodeterminação política da região Tocantins sabem que essa luta não é a luta isolada de um grupo político pequeno. Ao contrário, é a expressão de toda uma população que têm os seus anseios representados no atual movimento liderado pela CONORTE ¹².

⁹ Idem p.06

¹⁰ Artigo "Divisão Territorial e Administração do Estado de Goiás", in Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica – Assembléia Legislativa Estadual, Goiânia, 1987, p.21

¹¹ Idem p.23

¹² Idem p.23 -25

“Há que se destacar nesta casa que, há quase sete anos a CONORTE vem fazendo um trabalho brilhante de conscientização política do povo tocantinense, tanto assim que, ainda neste ano, a mesma pretende apresentar e encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte uma emenda popular com mais de 80 mil assinaturas.

Portanto, o movimento autonomista liderado pelos intelectuais conorteanos optou por encaminhar a reivindicação de autonomia regional pela via constitucional.

Vale assinalar que a questão da autodeterminação política do Tocantins já havia se convertido em bandeira política dos parlamentares goianos desde 1974. Nesse ano, os deputados federais Siqueira Campos, Raimundo Marinho e Mário Cavalcante elaboraram e apresentaram à Câmara Federal Projeto de lei Complementar nº20/74 com vista à criação do Estado do Tocantins e outras providências¹³. No mesmo ano, o deputado Siqueira Campos apresentou um novo Projeto (nº3.443), propondo a criação do Estado via realização do Plebiscito. Esse projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 1977 e arquivado pelo Senado Federal em 1978. A última LC nº 201/83, conforme já vimos anteriormente, fora aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pelo Presidente José Sarney em 1985.

Entretanto, até aquele momento, as emendas e projetos elaborados pelos parlamentares envolvidos na questão foram rejeitadas pelos órgãos competentes sob a alegação de inconstitucionalidade do ato. Foi exceção o último veto do Presidente José Sarney,

¹³ Revista CONORTE. Op.cit, p.20

que não apontou para a inviabilidade constitucional, mas para a inviabilidade econômica daquela região. Era dentro desse contexto de transferência da matéria para o foro da Assembléia Nacional Constituinte que a questão da autodeterminação política do Tocantins tomava dimensões de âmbito nacional através das pressões da CONORTE nos gabinetes dos parlamentares, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte e na imprensa nacional.

Assim, os trabalhos da CONORTE tomaram novo impulso. A entidade procurou então, junto à imprensa, aos parlamentares e fora do parlamento ampliar o debate e o quadro das adesões à criação do Estado do Tocantins. Nesse aspecto, apesar do deputado Siqueira Campos ter encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte várias emendas de sua autoria¹⁴, a CONORTE decidiu encaminhar uma emenda popular e aproveitar os Comitês Pró - criação Tocantins no trabalho das coletas de aproximadamente oitenta mil assinaturas, enfatizando o anseio popular pela autodeterminação política do Tocantins.

Nestes termos, a emenda popular apresentada pela CONORTE obteve o apoio e o respaldo político tanto do Governador do Estado de Goiás, Henrique Santillo (PMDB), quanto das lideranças dos diversos partidos políticos da época: PDC, PMDB, PFL, e PDT. Vale ressaltar que, desde 1986, quando no auge a campanha eleitoral do Governo do Estado de Goiás, Henrique Santillo declarava-se publicamente favorável à criação do Estado do Tocantins.

¹⁴ Dentre as várias emendas encaminhadas por Siqueira Campos esteve a de nº 2.5000-9, a qual contou com o apoio dos integrantes do (PDC) e (PFL). *Jornal O Popular*, Goiânia, 02 de Junho de 1987.

Assim, nos primeiros meses de 1987 parte da máquina do Governo de Goiás esteve à disposição da CONORTE e de outras lideranças políticas do norte goiano favoráveis à criação do Estado do Tocantins.

Segundo a CONORTE, *Henrique Santillo foi o primeiro Governador de Goiás a dar apoio concreto ao movimento autonomista do Tocantins e a fazer lobby político junto aos governadores de outras regiões*¹⁵. Nesse aspecto, a posição do Governo do Estado de Goiás perante a questão da autodeterminação política do Tocantins teve um significado político não só na articulação da questão com as lideranças de outras regiões mas sobretudo na ampliação do debate entre o norte e o sul de Goiás.

Após meses de intensa campanha nacional e de várias controvérsias em torno da questão regional, em 12/ 06/ 87 a Comissão de Organização do Estado dava o parecer favorável à criação dos Estados do Tocantins (GO), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA) e Triângulo (MG). Contentes com o resultado, os deputados Constituintes (José Wilson Siqueira Campos, Freire Junior e outros integrantes do PDC) defensores da redivisão territorial afirmavam que haviam cumprido seu objetivo; ou seja, manter a matéria sobre a criação de unidades federativas no texto da Constituinte¹⁶

No entanto, tal aprovação teve curta duração, ou seja, em setembro a emenda popular apresentada pela CONORTE fora retirada do projeto da Carta Magna.

¹⁵ Revista CONORTE. Op. cit, p.17.

¹⁶ Jornal *O Tocantins*, 12 de Junho de 1987, p 4.

Perante isso, o movimento autonomista, a despeito de, desde o segundo semestre de 1985 (quando das discussões sobre o ato convocatório da Nacional Constituinte), contar com o apoio de diversas lideranças políticas de expressão nacional, parecia compreender a necessidade de intensificar o lobby político junto aos partidos que de fato se declararam favoráveis à redivisão territorial do País.

Nessa linha de ação, os prefeitos de Gurupi (João Cruz PMDB), Porto Nacional (Vicente Oliveira PDT), Araguaína (João Ribeiro -PFL) juntamente com os constituintes Siqueira Campos e Freire Júnior, tomaram a frente da articulação com as lideranças dos seus respectivos partidos no nível nacional¹⁷ Nessa linha, afirmava Siqueira Campos:

De norte a sul de Goiás há consenso das populações e dos governantes pela criação do Estado do Tocantins. O tocaninense sabe que a criação do Tocantins é o resgate histórico de um claro e ostensivo compromisso de campanha de todos os partidos políticos que estão à frente da questão: PMDB, PFL e PDC, PTB, PDT, PT, PC do B, PCB, PSP e PSC. São muitas as declarações favoráveis dos líderes do PMDB e PFL remetendo a criação do Estado do Tocantins à Assembléia Nacional Constituinte¹⁸.

Nota-se que a ênfase dada ao apoio dos partidos políticos e principalmente daqueles que estiveram à frente da questão (PMDB, PFL e PDC) parecia reafirmar tanto a influência política desses partidos no Congresso Nacional

¹⁷ Revista CONORTE. Op. cit, p.22

¹⁸ Pronunciamento do deputado federal Siqueira Campos na sessão do dia 06 de Agosto de 1987.

Constituinte quanto a consonância política dos mesmos com os representantes políticos da região do Tocantins .Do ponto de vista prático, uma vez que a emenda popular apresentada pela CONORTE havia sido retirada do processo de votação, o apoio dos partidos políticos à questão servia para manter a matéria da redivisão territorial nas Comissões Temática e de Sistematização.

Segundo Gilberto Coelho, a Comissão de Sistematização tinha amplos poderes para manter ou retirar o que havia sido redigido pelas comissões temáticas ¹⁹. Nesse sentido, esgotada a tarefa das comissões temáticas, era a Comissão de Sistematização que acompanharia o processo da autodeterminação política do Tocantins até a redação e aprovação final.

Para Carlos Michiles, a Comissão de Sistematização deveria ser a *inteligência harmonizadora*, caso não sofresse a concorrência interna de outros grupos *sistematizadores*, que expressavam interesses das diversas correntes partidárias e intrapartidárias politicamente legítimas, mas, técnica e metodologicamente, desarmonizadoras²⁰. Nesses termos, a preservação da etapa primeira e da contribuição que as comissões anteriores receberam dos movimentos e segmentos sociais teve pouco significado na Comissão de Sistematização²¹.

¹⁹ João Gilberto Coelho. " O Processo Constituinte de 1987" . Caderno CEAC/ UnB, Brasília, Ano 1 –nº2, 1987, p.12

²⁰ Carlos Michiles. "Patulêia Democracia e Constituinte – Uma reflexão sobre a contemporaneidade da nossa formação sócio-política na Constituinte. Caderno CEAC/ UnB, Brasília, Ano 1- nº 2 , 1987, p.17-20 pag 17

²¹ idem

Do ponto de vista técnico, afirma Gilberto Coelho, o trabalho da Comissão revelou-se criativo e profundo. Os títulos eram votados globalmente na versão apresentada pelo relator e depois esmiuçados através de dezenas de destaques que possibilitavam diferentes alternativas para cada tema²².

Entretanto, essa metodologia criou impaciência no conjunto da Assembléia. Conseqüentemente, os constituintes não membros da Comissão, articulados pelos setores conservadores, conseguiram alterar o ritmo dos trabalhos, reduzindo o número de possibilidades de votação em cada tema, através da priorização de destaques por preferências, em geral negociadas pela lideranças partidárias²³.

É dentro deste contexto que a CONORTE e os parlamentares constituintes representantes da região Tocantins conseguiram que o projeto de lei complementar nº 201 fosse mantido para votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, mesmo em meio a posições contrárias, tal como a do deputado Waldeck Ornellas (PFL - BA) que argumentava ser necessário “acabar com essa história de discutir só a divisão do mapa”, a votação dos destaques sobre a criação de novas unidades federativas voltava a ter preferências na Comissão de Organização do Estado. Com isso, afirmava o relatório do senador José Richa (PMDB -PR): “a criação de estados pela Constituinte desrespeita a soberania dos próprios estados e de suas Assembléias Legislativas”²⁴.

²² João Gilberto Coelho. Op.cit, p.15

²³ Idem

²⁴ Transcrito da Revista CONORTE. Op.cit, p.27

Entretanto justificava o relator:

“somente o estado do Tocantins (GO) foi contemplado no relatório, pelo fato das emendas terem vindo acompanhadas de assinaturas da população, moções de apoio da Assembléia Legislativa de Goiás e do governador Henrique Santillo. (...) De todos os oito estados propostos pelo relatório da Subcomissão dos Estados, Tocantins foi o único que se comprometeu em assumir as despesas de instalação. (...) O país está enfrentando uma grave crise e não tem condições financeiras para instalar oito novas unidades²⁵”

Vale ressaltar que, segundo as lideranças políticas do movimento autonomista, a União não despenderia muitos recursos para a instalação do novo Estado. Ou seja, as despesas fixadas pelo Projeto de lei complementar equivaliam ao valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (3 bilhões de cruzados), devendo apenas haver adiantamento por antecipação de receita, correndo por conta do Governo do Tocantins as despesas de sua instalação. Contavam ainda com a possibilidade da Constituição promover algumas alterações na distribuição da renda tributária, passando os Estados de 14% a 22,5% através do FPE e os Municípios, de 17% a 21,5% do FPM ²⁶.

²⁵ Idem p27-28

²⁶ Ver Célio Costa. *O Estado do Tocantins – Uma Geopolítica De Desenvolvimento*. Goiânia, Editora Lider, 1985,p.93

O mecanismo dos Fundos de Participação seria uma forma de compensar a pequena margem de arrecadação deixada aos Estados e Municípios. A quota do FPM constituiria a mais significativa parcela da receita dos pequenos Municípios, cujas rendas próprias e parcela do ICM seriam inexpressivos. Essa dependência estaria na razão inversa do nível de desenvolvimento da atividade econômica local. Isto é, quanto menos desenvolvido o Município, menor sua capacidade para gerar receitas próprias e ICM; maior, portanto, a dependência financeira dos recursos do FPM.

Segundo Elane Barbosa, com a reforma tributária os Estados e municípios teriam suas quotas aumentadas, no que diz respeito aos impostos federais, assim como teriam direito a cobrar um maior número de impostos diretos, podendo diversificar suas fontes de receita e, conseqüentemente, dispor de opções para exercer a justiça fiscal na sua área de influência mais imediata²⁷.

Nesta linha, uma vez que a contribuição dos municípios da região Tocantins era considerada basicamente irrisória na formação da renda fiscal do Estado de Goiás, (ou seja, sua contribuição no ICM estadual perfazia apenas 5,4%), pode se afirmar que as mudanças na reforma tributária contribuiriam positivamente para o avanço da luta autonomista da região Tocantins.

Diante disto, observa-se que os pontos polêmicos sobre a baixa renda per capita da

²⁷ Elane Frossard Barbosa. "Avanços e Retrocessos no Âmbito Urbano" In., Caderno da UnB . Op.cit, p.131

região do Tocantins e o montante dos recursos financeiros necessários para a instalação do novo Estado quase não foram mencionados nos discursos dos constituintes que estiveram à frente da proposta. Neste caso, manteve-se o parágrafo 6º do Projeto de lei Complementar que cria o Estado do Tocantins - *“Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso”*.

Segundo a CONORTE, os recursos federais destinados à implantação do Estado do Mato do Grosso do Sul durante o período de 1977 a 1987 giraram em torno de 53 bilhões de cruzados. Ao passo que, no total, o Estado do Tocantins necessitaria apenas de 25 bilhões de cruzados, sendo que 22 bilhões destes seriam destinados para investimentos em projetos especiais num período de dez anos²⁸.

Nestes termos, afirma a CONORTE, a autodeterminação trará as seguintes vantagens para a região: “ com a injeção de recursos federais o novo Estado terá a sua renda aumentada; estancará o êxodo para as cidades do sul evitando a proliferação de favelas em Goiânia, Brasília, Anápolis; e fortalecer-se-á a capacidade reivindicatória dos dois Estados, posto que a soma dos representantes políticos de Goiás e do Tocantins significará o fortalecimento da bancada regional no cenário político nacional²⁹”.

Neste aspecto, a região era apresentada no plenário tanto pelo constituinte Siqueira Campos quanto por José Freire Júnior como uma vítima dos acontecimentos, ora

²⁸ Entrevista do Economista e membro da CONORTE, Célio Costa. *Jornal O Popular* 12 /08/1987 p.6

²⁹ *Idem* p.6

muito vagos e abstratos (de origem natural), ora concretos (a “distância” e o “abandono”), ou ainda por vezes resultantes de uma relação causal entre a “distância” e a miséria”, encarada como a raiz do problema do subdesenvolvimento daquela região.

Nestes termos, afirma Siqueira Campos:

“venho com as retinas impregnadas e a alma enriquecida das imagens do universo físico e espiritual da minha gente (...) venho do Bico do Papagaio, que o abandono e as injustiças tornaram violento, venho das margens do Tocantins, onde as lavadeiras batem as roupas dos ricos vendo as águas levarem as energias da mocidade, desgastadas no repetido malhar nos abatedouros”³⁰

Nota-se que os problemas sociais, a cultura tocantinense, os conflitos e a história de violência do Tocantins (suas formas organizadas de reação à violência institucionalizada da ordem tradicional) receberam um tratamento mais poético (para não dizer superficial) por parte dos políticos que reivindicavam a autodeterminação política da região do Tocantins.

Nesta ocasião, pronunciava o constituinte Siqueira Campos:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes-,

“Desde 1971, quando tomei posse na Câmara dos Deputados, venho defendendo e lutando pela criação do Estado do Tocantins. (...).

Em 1983 apresentei o Projeto de lei Complementar que cria o Estado do Tocantins, veio o veto e com ele a declaração do

Presidente José Sarney de que aquele não era o momento de se pensar em divisão territorial do País - notem bem nobres colegas, o que diz o Presidente -, porque no próximo ano a constituinte terá mais condições de discutir o assunto com mais profundidade”.

Os argumentos do constituinte visavam lembrar aos seus pares que, no momento da aplicação do veto à criação do Estado do Tocantins, as discussões sobre a questão da redivisão territorial do país, tinham sido de certa forma asseguradas nos pronunciamentos do Presidente José Sarney³¹. Observa-se que, subjacente a essa argumentação, o constituinte apresentava-se como o único agente político do processo da autodeterminação política do Tocantins. Nessa perspectiva, durante a apresentação do substitutivo do anteprojeto à Comissão de Sistematização, declarava o constituinte Siqueira Campos:

“Sempre-me mantive vigilante, firme e sereno, em permanente diálogo com as mais importantes personalidades e dirigentes da Constituinte, pude assegurar a permanência do artigo 438, que cria o Estado do Tocantins nas duas fases de anteprojetos da Comissão de Sistematização e levá-lo ao Projeto de Constituinte que foi ao plenário”³²

Nesta passagem, a afirmação da “ideologia individualista” parecia sobrepor-se ao ideal coletivista implementado pelas várias entidades civis que estiveram envolvidas no processo da luta pela efetivação da autodeterminação política daquela região. À época,

³⁰ Pronunciamento proferido por Siqueira Campos na sessão de 10 de setembro de dezembro na Assembleia Nacional Constituinte. In Revista CONORTE. Op. cit., p.28-29

³¹ Idem p.29

³² Idem

essa postura *individualista* esteve presente na maioria dos pronunciamentos proferidos pelo constituinte no plenário.

Nestes termos prosseguia o constituinte:

“ (...) é para refutar de vez todos os frágeis argumentos que sustentam os inditosos adversários da autonomia do povo tocantinense e para provar porque o Estado do Tocantins pode e deve ser criado pela Constituinte, que passo a parte final desse pronunciamento. A Comissão da Redivisão Territorial do País, prevista no art.4º das Disposições Transitórias, foi aprovada na Subcomissão dos Estados, por proposta minha, relator que era daquela Subcomissão, constituindo-se no art. 28 do seu Anteprojeto, após os artigos 25, 26 e 27 que prevêem a criação de Estados e extinção de territórios federais, com a finalidade de estudar outras propostas, de novas unidades federais, e, nunca, as relativas aos Estados criados pela subcomissão e confirmados pela Comissão.

Sr. Presidente, Constituinte José Freire, meus nobres colegas, eminente Presidente da Comissão de Sistematização e seu Vice-Presidente, Senador Afonso Arinos e Deputado Aluizio Campos, Salve o eminente Estado do Tocantins, que espera contar com o apoio e com o voto de V. Ex^{as} ”

Perante isto, observa-se que, tanto na visão do deputado Siqueira Campos quanto da CONORTE, o aspecto jurídico formal ou constitucional foi interpretado como um fim em si mesmo, forjando a ilusão de que a simples formulação de uma nova Constituição resolveria os impasses da questão da autonomia política daquela região.

Sem dúvida, o projeto de criação do Tocantins não solucionou a dicotomia entre o Tocantins “real” e o “formal” (ou constitucional), um afastado do outro. O Tocantins “economicamente viável ” chegava a um processo jurídico formal na busca de uma solução constitucional para a questão. O Tocantins reivindicado pelas classes populares locais era um processo político real pleno de possibilidades. O segundo Tocantins constitui o aspecto principal dessa questão regional, e o primeiro, seu aspecto secundário, porém ainda assim importante.

Entretanto, na passagem dos discursos referidos anteriormente, observamos o contrário: ou seja, os antecedentes históricos das manifestações pela criação do Estado do Tocantins e até mesmo a campanha desenvolvida pela CONORTE durante o processo da apresentação e defesa da LC/2001, bem como o encaminhamento e a inclusão da emenda popular com aproximadamente 80 mil assinaturas à Assembléia Nacional Constituinte, pareciam ter sido, de certa forma, negados pelo constituinte Siqueira Campos.

Afirma Elizeu Lira que a CONORTE, diferentemente dos movimentos que a antecederam, defendia interesses de uma facção da sociedade tocantinense, privilegiada pelos políticos sulistas. Tais privilégios, teriam sido adquiridos através de fatores políticos-eleitoreiros, emprestados pelo “prestígio” que tais conorteanos possuíam entre seus familiares no norte goiano³³.

O desconhecimento da CONORTE por parte do deputado Siqueira

³³ Elizeu Ribeiro Lira. Op cit, p. 131

Campos deveu-se ao economicismo-elitista da entidade. Esta orientação impediu que a mesma criasse bases na sociedade civil tocantinense, que sustentassem seus objetivos. Com isso, sem apoio popular, foi fácil para Siqueira Campos desconhecê-la, sem sequer sofrer um ônus político por tal desconhecimento³⁴.

Este desconhecimento ficou mais evidente no final dos trabalhos da Subcomissão de Sistematização, quando a mesma recebeu e aprovou o texto da emenda nº 20793-8, apresentada pelo constituinte Siqueira Campos. Tal emenda tinha como proposta o aperfeiçoamento do texto e a supressão (inexplicável) da eleição direta para governador e vice.

Entretanto, numa tentativa de enfatizar a sua participação e de outras entidades no processo, declarava a CONORTE:

“A criação do Estado do Tocantins foi aprovada pela Subcomissão dos Estados na forma de dez Sugestões de Normas Constitucionais, quatro de iniciativa de Constituintes e seis de entidades das mais diversas áreas, inclusive a de nº S10151-6, da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, assinada e aprovada pelos seus 41 integrantes”³⁵.

Portanto, a mobilização popular constatada por ocasião da exclusão das emendas populares do relatório da Comissão de Sistematização apontava na direção de que os tocantinenses caminhavam para sua organização política, criando mecanismos de correção

³⁴ Idem p.133

³⁵ Revista CONORTE. Op cit,p.30

dos desvios e orientações político-constitucionais. Isso ficou evidenciado, quando o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernado Cabral (PMDB/AM), ameaçou excluir do seu relatório final o Projeto de criação do Estado do Tocantins. Em reação a isso, em 30/09/87 a CONORTE realizou várias manifestações nas principais cidades da região, com a participação de todos os dirigentes da entidade, representantes da classe empresarial e política, estudantes, líderes sindicais e outros³⁶.

O ponto culminante da manifestação foi o lançamento do monumento à autonomia do Estado do Tocantins e a queima do Pau Brasil, em Porto Nacional, Araguaina e Gurupi

que, segundo a CONORTE, *era uma forma de chamar a atenção dos congressistas para a chama acesa da liberdade, acalentada há mais de um século pelos habitantes daquela região*³⁷. Nessa linha, verifica-se que as “iniciativas populares” conduzidas pela CONORTE funcionaram como instrumento permanente de pressão e fiscalização no processo das aprovações das emendas nas Comissões da Constituinte.

A CONORTE era portanto uma entidade “fechada,” no sentido de pretender resolver intelectualmente o problema do desenvolvimento do Tocantins e da criação do Estado por uma via mais economicista-elitista do que sócio-política. Ainda assim, nessa última fase da luta pela criação do Estado do

³⁶ Ver *Jornal O Tocantins*, 30 de Setembro de 1987, p3.

³⁷ Revista CONORTE. Op. cit, p.31

Tocantins, a CONORTE procurou não só defender a participação popular naquele processo como também “afastar” a presença das tradicionais formas de manipulação e oportunismo acerca da questão da autonomia daquela região.

Assim, durante todo o trabalho da Nacional Constituinte, e mais precisamente quando da aprovação do texto final da criação do Estado do Tocantins na Subcomissão de Sistematização, a entidade se manteve firme na defesa das possíveis alterações do § 3º do texto constitucional; isto é, defendeu eleições diretas para Governador, em lugar da nomeação pelo Presidente da República e da urgência de um mandato tampão de dois anos³⁸.

Cumprе reconhecer, de qualquer modo, que se de um lado Siqueira Campos tentava manter dispositivos de cunho conservador na redação final do texto que seria aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, de outro a CONORTE afirmava sua capacidade de assegurar as alterações possíveis naquele processo.

Tal posição ficou claramente definida quando, enfim, aprovou-se a criação do Estado do Tocantins por meio da fusão da Emenda 2P000-9 com a Emenda popular PE00026-1, reintroduzindo o dispositivo da eleição direta.

Ainda assim, da Comissão de Sistematização saiu um texto naturalmente cheio de imprecisões e desencontros, justamente em decorrência da diferença dos interesses políticos da CONORTE e dos parlamentares representantes daquela região. Na prática, dificilmente chegar-se-ia a um resultado harmonioso e coerente através de um processo que era essencialmente conflituoso.

³⁸ Ver Revista CONORTE . Op.cit, p 34

Como resultante disto, em 27/07/88 a proposta de criação do Estado do Tocantins foi, enfim, incluída no relatório da Comissão de Sistematização. Esta aprovou o art.13 das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz o seguinte: “Dentro de cento e vinte dias, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás realizará plebiscito na área descrita no paragrafo 1º, resultando o pronunciamento favorável na criação automática do Estado do Tocantins e sua instalação até quarenta e cinco dias após a eleição prevista no paragrafo 3º³⁹ ”. Finalmente, com a promulgação da nova Carta Magna, em 27 de junho de 1988, fora criado o Estado do Tocantins, pelo artigo 13 das disposições transitórias, que assim dispõe:

“É criado o Estado do Tocantins pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo quinto dia após a eleição prevista no parágrafo 32, mas não antes de 1º de janeiro de 1989”

Nesta última etapa, as alianças, os compromissos, o trabalho constitucional e a ação parlamentar (em especial a do constituinte Siqueira Campos) foram fatores importantes para a aprovação da autonomia daquela região.

Entretanto, para nós, o significado mais profundo da aprovação da autodeterminação política do Tocantins em 27/07/ 88 foi dado pelo trabalho de articulação

política e de “mobilização popular” realizado pela CONORTE junto à Assembléia Nacional Constituinte. A luta pela inclusão da iniciativa popular pela aprovação das

³⁹ Texto final da criação do Estado. In; Revista CONORTE. Op.cit, p.35-36

emendas e pela alteração do dispositivo das eleições diretas para o primeiro governo daquele Estado evidenciou a não passividade política da CONORTE.

O trabalho das lideranças do movimento parece não ter sido fácil. De uma maneira ou de outra, tiveram que enfrentar diversas formas de resistência de constituintes experimentados e de renomados constitucionalistas, bem como o torpedeamento por parte das correntes mais conservadoras dos partidos políticos (PDC e PFL), que diziam estar à frente do processo de autodeterminação política daquela região. Assim, a CONORTE cumpriu um relevante papel no processo de construção do arranjo político e social necessário à luta pela criação do Estado do Tocantins.

III - O Significado das Eleições de Novembro de 1988 e o Papel da CONORTE

Durante toda a campanha pela criação do Estado do Tocantins a CONORTE defendeu a necessidade da realização de um plebiscito para a escolha da localização da capital provisória do Estado. Tal plebiscito deveria, segundo a CONORTE, ser assegurado pela Constituição de 1988. Os constituintes decidiram que a localização da capital daquele Estado ficaria sob a responsabilidade do Poder Executivo Estadual. Isto é, a questão só seria definida após a realização das eleições agendadas para 15 de novembro de 1988.

Assim definia o parágrafo 2º do artigo 13 das disposições transitórias o processo de legalização da criação do Estado:

“ O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Estadual Constituinte ”⁴⁰.

A indeterminação da localização da capital provisória do Estado do Tocantins exigiu da CONORTE, da opinião pública e dos agentes econômicos fundamentais, novas formas de mobilização. A primeira eleição para governador, deputados Estaduais e federais foi influenciada pela indefinição da localização da capital provisória daquele Estado. Nesse contexto, apenas três partidos participaram da campanha eleitoral: o PT, o PMDB e o PDC. O (PFL) (PDT), (PTB), (PDS) apoiaram candidaturas do PDC.

O PT pretendia ser o único partido não alinhado com as forças políticas tradicionais. Sua base social e sua chapa eram praticamente formadas por professores, estudantes e trabalhadores rurais. À época, a maior parte do contingente petista tinha sua origem nas lutas por terra e pela organização dos sindicatos rurais, na CPT e nas comunidades de base organizadas pelas quebradeiras de coco situadas ao norte da região. A finalidade da participação na campanha eleitoral parece ter sido mais a conquista de espaço político e a difusão do programa partidário do que a competição eleitoral propriamente dita.

⁴⁰ Texto final da aprovação da criação do Estado do Tocantins. In Revista CONORTE. Op.cit p.35

A esperança inicial, um tanto otimista, da conquista de um deputado federal, e de alguns estaduais, viu-se fragosamente desmentida pelos resultados eleitorais: o PT obteve apenas 13.399 votos para seu candidato a governador, Osvaldo Alencar⁴¹.

À medida que a eleição se aproximava, ficava clara a derrota do PT, que se verificou na votação “pedecista” do extremo norte da região (Bico do Papagaio), considerada uma espécie de “experiência piloto” do partido em termos do trabalho de desenvolvimento junto àquela população.

Entretanto, pouca atenção dava o programa do PT à questão da localização da capital do Estado. A esse respeito declarava Osvaldo Alencar: “ *o PT é um partido político novo. É um partido democrático aberto, por isso, não trazemos uma solução fechada para o problema da instalação da capital desse Estado. Apoiamos os critérios de centralização necessária à garantia de uma facilidade de acesso a todos* ”⁴².

Nesse plano, diferentemente da linha das propostas dos outros partidos, basicamente o programa do PT resumia-se ao tema “Terra, trabalho e liberdade”.

Quanto à candidatura de José Freire como cabeça de chapa do PMDB ela foi fruto das contingências da campanha pela criação do Estado do Tocantins. A decisão da organização nacional do partido de não fazer coligações para aquele pleito, considerado temporário (o mandato do governador era de apenas dois anos) colocou

⁴¹ Dados extraídos do Relatório e Boletim Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. É importante assinalar que as eleições de 15 de novembro de 1988, foram realizadas pelo TRE-GO. Portanto as informações sobre aquele pleito ainda não foram arquivadas pelo TRE-TO.

⁴² Ver Jornal *O Tocantins*, 3 de novembro de 1988.

no plano regional o problema da escolha do candidato passível de arregimentar um maior número de votos. A hipótese de um candidato proveniente da CONORTE foi descartada, pois Moisés Avelino era defendido por setores do partido e pelas lideranças da entidade para a eleição posterior. Vale dizer que, à época, Moisés Avelino era integrante da CONORTE e prefeito do município de Paraíso do Tocantins.

Neste plano, a escolha e o apoio às candidaturas parecia ser calculado não só em termos dos votos que poderiam carrear, como também do desgaste político, que poderia trazer um eventual prejuízo eleitoral para a próxima campanha. Dessa forma, a candidatura de José Freire parece ter sido uma tentativa de retirar/ dividir os votos do candidato do PDC Siqueira Campos⁴³.

A base social do PMDB era principalmente a classe média das áreas urbanas (Gurupi, Paraíso, Porto Nacional, Araguaína e Tocantinópolis). Os grandes grupos econômicos alinharam-se com o PDC, com exceção do presidente do parque industrial de Gurupi Rubens Mariano, peemedebista declarado.

A estratégia eleitoral esteve centrada:

- a) na ação nos centros urbanos, com o apoio dos quais pensavam neutralizar a soma dos pequenos municípios do interior, sabidamente tidos como redutos do PDC / União do Tocantins.
- b) no compromisso de realização de uma consulta popular para decidir sobre a localização da capital provisória do Estado;

⁴³ De acordo com o Relatório e Boletim do TRE-GO. O Candidato José Freire obteve apenas 84.734 votos. O equivalente à aproximadamente 50% dos votos obtidos pelo candidato Siqueira Campos.

- c) na suposição de “que se realize o plebiscito e se instale a capital aproveitando a estrutura de cidades já existente e geograficamente equidistante”; e portanto na esperança de que as cidades pretendentes a sediar a capital do Estado (Araguaina, Gurupi e Porto Nacional) canalizassem seus votos para aquele partido.

Entretanto, a crença nisso foi desmentida pelos resultados eleitorais, que conferiram 84.734 votos ao candidato peemedebista. De qualquer maneira, os recursos do PMDB foram irrisórios, se comparados com os da frente da União do Tocantins / partidos coligados com o PDC. É interessante que um membro da CONORTE, como Antônio Luiz Maya, foi eleito para o cargo de senador pelo partido do PDC/ União do Tocantins, com 122.541 votos. Isso evidencia uma certa restrição ao “total” apoio daquela entidade ao candidato peemedebista. Quanto ao candidato Siqueira Campos, natural do Ceará, estava radicado na região do Tocantins desde 1963. Nesse período, a oferta de terras baratas e férteis começou a chamar a atenção dos fazendeiros do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e do sul de Goiás para a região do Tocantins. José Wilson Siqueira Campos, industrial de porte médio da cidade de Campinas – SP, comprou 22 mil alqueires de terras e iniciou a abertura de sua Fazenda Unidade e Industria Madeireira Bandeirante⁴⁴. Desenvolveu um longo trabalho como Presidente da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia e da Comissão de Redivisão Territorial

⁴⁴A esse respeito, ver Elizeu Ribeiro Lira. *Op.cit.*, p 134

e Política Demográfica a partir de 1971, quando se envolveu com a questão da criação do Estado do Tocantins. À época, Siqueira Campos era o deputado mais votado pela região do norte goiano (atual Estado do Tocantins).

Portanto, Siqueira Campos era conhecido como político da região; ou seja, aquele que representava os interesses da região. Sua atuação política buscava a articulação com os redutos ⁴⁵neo-coronelistas ou interioranos, onde as chefias políticas locais, diante da expansão da máquina estatal, transformaram-se em meras intermediárias entre o eleitorado e as instancias municipal, estadual e federal.

Dado o vínculo estabelecido pelo próprio parlamentar com a questão da autodeterminação política do Tocantins, bem como a construção pela imprensa de sua imagem como sujeito político central daquele processo, o PDC passou a tê-lo como uma espécie de candidato natural para o pleito eleitoral de 1988.

Desta forma, o PDC/ União do Tocantins dava como certa não só a vitória do candidato como também acreditava na possibilidade da cabeça de chapa puxar um bom número de votos para os candidatos às cadeiras de deputado Federal, Estadual e do Senado.

Vale dizer que, nesse período, o Tocantins contava com uma população de aproximadamente 1.100.000 habitantes. Isto lhe assegurava o direito a preencher 03

vagas no Senado, 08 na Câmara Federal e 24 na Assembléia Legislativa Estadual. Nesse aspecto, afirma David Fleischer, enquanto o Estado de São Paulo, com uma população de 22.069.000 habitantes, (ou seja, 22% da população nacional), é representado por apenas 60 deputados (12,3% da Câmara dos Deputados), os pequenos Estados de Acre (com apenas 417.000 habitantes), Tocantins (1.100.000 habitantes) elegem 8 deputados (1,6% da Câmara). Isto é, enquanto um deputado paulista representa 387.817 habitantes, o deputado acreano representa 52.125. Ou seja, o voto do eleitor acreano vale 7,5 vezes mais que o do eleitor paulista⁴⁶.

Com o objetivo de eleger e preencher o maior número de vagas possíveis naquele pleito e de garantir a sua hegemonia política naquela região, o PDC/ União do Tocantins” buscou apoio político e financeiro dos setores econômicos do Tocantins e especialmente de Goiás. Dentre eles, o apoio da Cia. Agropastoril Água Azul; “Grupo dos cinco” e outros que, segundo Jales Marinho, representavam os interesses das indústrias de cimento e madeira daquela região. Nesse plano, a influência política do segundo grupo contribuiu tanto para a vitória de Siqueira Campos quanto de seus três deputados estaduais (Raimundo Nonato Pires dos Santos, Joaquim Machado Filho e Jurandi Souza)⁴⁷.

⁴⁶ Ver David Fleischer “Representação Política : Pedra Fundamental da Democracia” in; Caderno CEAC/UnB, Ano 1 nº 2 1987, p.54

⁴⁷ Jales Marinho é Jornalista e membro da CONORTE. In, Revista CONORTE. Op cit, p.37

Desta forma, o programa da “União do Tocantins” resumia-se apenas a dois temas: *Perspectiva de desenvolvimento para o Tocantins e a localização, instalação da capital do Estado*⁴⁸. Nesse contexto, apoiando-se na concepção de desenvolvimento subjacente aos ideais Juscelinistas (“50 anos em 5”) enfatizava o slogan da campanha política de Siqueira Campos:

*“Dentro de dois anos veremos o progresso, o desenvolvimento do Estado do Tocantins. Nossa meta é transformar os “20 anos em 2”; construir estradas, escolas, hospitais, indústrias enfim, o Tocantins será o exemplo de um Estado em construção”*⁴⁹.

Durante toda a campanha, as cidades de Araguiana, Gurupi e Porto Nacional foram cogitadas como possíveis sede da capital do novo Estado. A elite agrária, as empresas, os comerciantes de Araguaina, interessados num bom relacionamento com o poder, prudentemente apoiaram tanto José Freire (PMDB), quanto Siqueira Campos (PDC). O apoio desses setores aos candidatos estava diretamente vinculado ao fato de uma das três cidades: (Araguaina, Gurupi e Porto Nacional) poder tornar-se a capital provisória daquele Estado.

Vale ressaltar que tal proposta era anterior à aprovação da criação do Estado; ou seja, fazia parte do trabalho de mobilização popular desenvolvido pela CONORTE e pelas autoridades políticas daquela região.

Afirma Elizeu Lira que antes mesmo da promulgação da Carta Magna, tanto Siqueira Campos quanto o Presidente José Sarney já objetivavam implantar a capital do Estado na cidade de Araguaina. O primeiro por haver se comprometido com a elite agrária

⁴⁸ Plano de Ação Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Tocantins. In (mimeo)

daquele município, economicamente influente em toda a região. O segundo, por pretender beneficiar-se política e economicamente da questão, uma vez que boa parte de suas terras (Imperatriz-MA) limita-se com aquela região⁵⁰. Isso iria contra as expectativas da população local, que reivindicava a autonomia do Estado com vistas a evitar/amenizar a distância entre a antiga capital de Goiás e aquela região. É dentro desse contexto que o problema da localização da capital do Estado se converteu no pano de fundo da campanha política eleitoral daqueles candidatos.

Na prática, uma vez que a Constituição determinava que a escolha da capital provisória era da competência do poder Executivo até que a sede definitiva fosse aprovada pela Assembléia Estadual Constituinte, depois daquele pleito os compromissos firmados com a população de Araguaina, Gurupi e Porto Nacional poderiam ser alterados.

Nestes termos, declarava Siqueira Campos :

(...) É sabido que todos querem que a capital seja na sua cidade. Mas a expansão do desenvolvimento econômico do Tocantins como um todo, só será possível com a instalação da capital no centro geográfico da região. Teremos que estudar mais a questão para satisfazer toda a população⁵¹

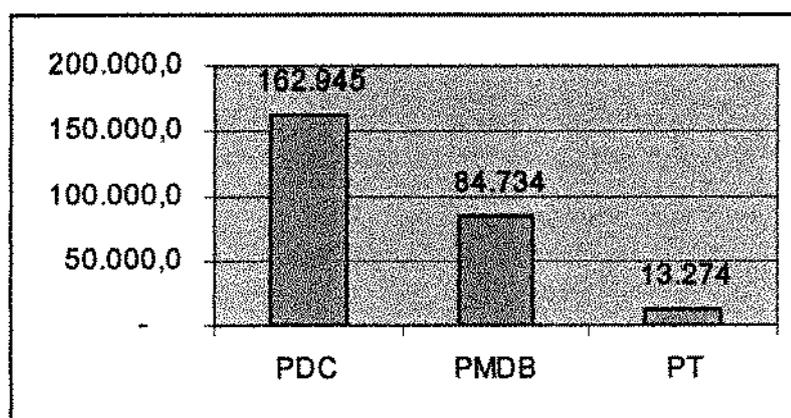
⁴⁹ Idem p. 06

⁵⁰ Elizeu Ribeiro Lira. Op cit, p. 203

⁵¹ Entrevista do candidato in, *Jornal O Popular*, 12 de novembro de 1988.

Para Antônio Luiz Maya, a instalação da capital no centro da região era a mais viável no sentido de que propiciaria um desenvolvimento mais equilibrado com o restante dos municípios daquela região. Ou seja, tanto os municípios que se situavam à margem esquerda quanto à margem direita do rio Tocantins seriam beneficiados na mesma proporção⁵².

Entretanto, somente após os resultados das eleições de 15 de novembro de 1988 o problema da localização da capital provisória do Estado do Tocantins foi resolvido: (grafico)Eleito governador do Estado, Siqueira Campos, que ainda não havia abdicado do cargo de deputado federal, decidiu, junto com seus correligionários, marcar para o dia 07/12/88 a divulgação do nome da capital provisória do Estado do Tocantins:



Perante isto, os prefeitos das cidades de Porto Nacional, Gurupi e Araguaina reassumiram a defesa de seus respectivos municípios para sediar a capital. Assim, foi organizada em Porto Nacional uma Comissão denominada “luta pela Capital” composta pelos seguintes membros: Joaquim Medrado de Souza (Pres. da Associação Comercial de

⁵² Revista CONORTE. Op cit, p 55

Porto Nacional), Merval Pimenta (PMDB), Antônio Alves de Castro (vice Prefeito de Porto Nacional), José Maya (Pres. da CONORTE). O objetivo da Comissão consistia apenas em retomar as articulações para a escolha da capital provisória do Estado. Desta forma, a CONORTE, parlamentares recém eleitos, líderes estudantis, representantes das associações comerciais e prefeitos das cidades de Gurupi, Araguaina e Porto Nacional, fizeram vários tipos de “pressão popular” em Brasília para obter o privilégio de sediar a capital. Nesse contexto, devido à posição geográfica do município de Porto Nacional e por entender que esse município preencheria melhor o pré-requisito de capital centralizada, as lideranças políticas de Gurupi decidiram abdicar da pretensão em favor de Porto Nacional⁵³. Com isso, Porto Nacional teve a sua força política ampliada para articular e reivindicar o privilégio de sediar a capital do novo Estado.

Neste plano, a pressão local dos habitantes de Porto Nacional e Araguaina foi de manifestações na imprensa regional até a organização de caravanas para Brasília, reuniões com o governador Siqueira Campos e a realização de um ato público em frente ao Palácio Nacional. Do ponto de vista político, isso evidenciava que qualquer resultado no processo da escolha da capital não seria recebido de forma passiva pela população local.

Vale ressaltar que, na época, os resultados das pesquisas de opinião pública realizadas pela Associação Comercial de Porto Nacional indicavam que 10% da população eram favoráveis à cidade de Gurupi para sediar a capital, 15% para Porto Nacional e 75% para Araguaina⁵⁴.

⁵³ Revista CONORTE. Op.cit, p,40

⁵⁴ Dados fornecidos pela Associação Comercial de Porto Nacional. (mimeo)

Entretanto, a pressão das lideranças políticas dos municípios de Gurupi e Porto Nacional em Brasília terminou conduzindo o governador Siqueira Campos a escolher a cidade de Miracema do Norte para a capital provisória do Estado. Isto é, uma vez que a questão da indefinição da escolha da capital havia servido de fundo político da campanha eleitoral dos candidatos, tudo indicava que de uma forma ou de outra os candidatos haviam se comprometido simultaneamente com a três cidades.

Desta forma, a decisão do poder Executivo de escolha da cidade de Miracema do Norte como sede da capital provisória do Estado caracterizava-se tanto como uma atitude arbitrária quanto como uma estratégia política encontrada pelo governo para se esquivar dos compromissos assumidos durante a campanha.

Nessa linha, afirmava um integrante da CONORTE, Jales Marinho:

(...) infelizmente, a imposição aos tocantinenses da cidade de Miracema do Norte como sede da capital provisória do Estado, é uma demonstração política do caráter retrogrado e arcaico do primeiro governo deste Estado. Esse traço sempre fez parte da sua atuação política. Quando o Brasil inteiro pedia abertura política e os próprios militares, liderados pelo Presidente Ernesto Geisel, encampavam a idéia, o atual governador do Tocantins preferia e defendia o endurecimento do regime⁵⁵

Neste contexto, uma vez que os habitantes dos municípios de Araguaina, Gurupi e Porto Nacional já haviam absorvido a idéia de que a sede da capital seria um daqueles três municípios, era natural que reagissem contra a instalação da capital na cidade de

⁵⁵ Revista CONORTE. Op.cit, p.37

Miracema. Até porque, do ponto de vista sócio-econômico, a cidade escolhida não possuía infra-estrutura suficiente para sediar a capital⁵⁶

Os habitantes de Araguaina e Porto Nacional protestaram de diferentes formas contra o governo Siqueira Campos. As manifestações foram da realização do enterro simbólico de Siqueira Campos até ameaças de explosões num dos trechos da Belém-Brasília⁵⁷.

Mesmo diante da pressão da CONORTE e de outras lideranças políticas da região, Miracema permaneceu de 01 de janeiro a 31 de dezembro como a capital provisória daquele Estado, quando então já haviam sido escolhidas e votadas pela Assembléia Constituinte Estadual o local e a implantação da capital definitiva do Estado. A capital transferiu-se da cidade de Miracema para uma área de cerrado, entre o rio Tocantins e a Serra do Lajeado, na região do distrito de Canela, a 60 km de Porto Nacional.

Concluindo:

O sucesso da conquista da autodeterminação política do Estado do Tocantins, no dia cinco de outubro de 1988, esteve diretamente associado/ vinculado ao trabalho da CONORTE. Isto é, o papel da CONORTE enquanto movimento autonomista daquela região foi praticamente decisivo naquele processo da conquista da autonomia do Estado do Tocantins. Porém, as falhas cometidas pelo movimento organizado, na sua fase inicial, parecem ter se refletido nessa última etapa do processo (definição da localização

⁵⁶ Miracema do Norte se situa à margem esquerda do rio Tocantins com aproximadamente seis mil habitantes, sem infra-estrutura e com graves problemas de alagamentos, resultantes das enchentes do rio Tocantins. Ver Elizeu Ribeiro Lira. Op.cit p.206.

⁵⁷ Jornal *O Popular*, 10 de dezembro de 1988, p.02

da capital do Estado); quando á CONORTE, não conseguiu, por meio de suas articulações políticas, garantir a sua participação.

Ao nosso ver, tal dificuldade se deveu primeiro, ao fato do governo Siqueira Campos ter podido contar com a maioria da bancada da Assembléia Estadual Legislativa. Vale dizer: embora o PMDB se apresentasse como o partido político que mais tinha afinidades políticas com a CONORTE, o poder de decisão política desse partido na Assembléia Legislativa Estadual era quase inexpressivo dado o elevado número de parlamentares eleitos pelo PDC /União do Tocantins. Essa situação, por tabela, limitava o poder de pressão e de articulação da CONORTE na Câmara Estadual.

O insucesso da CONORTE, no processo de não reversão da decisão sobre o local da instalação da capital do Estado do Tocantins, deveu-se em segundo lugar ao fato de que a própria concepção de organização política da entidade era um tanto quanto “fechada”, distanciada dos interesses sociais da população local. Por exemplo, no diagnóstico econômico elaborado pela entidade os problemas básicos da classe desfavorecida (a terra enquanto fim social), eram apresentados e discutidos não como um problema/ “fator social” e sim, meramente econômico. A autonomia do Estado, na visão conorteana, seria como um mecanismo eficiente de suplantação dos conflitos agrários locais. Nesse sentido, a CONORTE, embora sendo um movimento autonomista organizado, não conseguiu abrir para a participação e a adesão efetiva de outras entidades e lideranças políticas importantes daquela região; tais como Sindicato Rural, CPT, Quebradeiras de Coco, Comunidades Indígenas, etc. A entidade se manteve fechada e restrita à sua composição inicial: intelectuais, profissionais liberais, associações comerciais e políticos da região.

Portanto, consideramos que o trabalho da CONORTE foi de fundamental importância para a conquista da autodeterminação política do Estado do Tocantins; a CONORTE logrou organizar e sistematizar a longa aspiração política, econômica e social da população tocaninense. Entretanto, falhou ao ter se fechado para os movimentos populares propriamente dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As principais idéias deste trabalho foram as seguintes: as reivindicações separatistas que antecederam o movimento organizado pela CONORTE não foram bem sucedidas devido à pouca expressividade política e econômica da área abrangida pelo Tocantins. O atraso que se exprimiu através da falta de meios de comunicação, bem como da dispersão, do isolamento da região, fora politicamente utilizado pelas lideranças locais como uma forma de controle sócio-econômico da região. Ou seja, os principais líderes da política estadual articulados com os líderes locais, procuram manter o atraso e o subdesenvolvimento daquela área, com a finalidade de não perder o domínio total de Goiás.

Somente a partir de 1981, quando a CONORTE organizou o movimento pela criação do Estado do Tocantins, é que a questão separatista tomou um “novo” impulso. Esse movimento empreendido pela CONORTE (1981-1988) representou a convergência dos interesses da elite agrária e da classe média dominante local. O movimento separatista conduzido pela CONORTE esteve orientado para a crença no *status* simbólico. Isto é, a CONORTE buscou na história do movimento separatista liderado pelo ouvidor Joaquim Theotônio Segurado uma forma de legitimar a causa separatista e pressionar as autoridades estadual e nacional para uma solução autônoma para os problemas daquela região. Esta representação simbólica da região (criação de *mitos políticos* e de uma identidade cultural pautada na diferença dos hábitos e costumes entre os goianos e os tocantinenses, hinos, bandeiras) foi a forma que os Conorteanos encontraram

para conferir significado à sua própria história.

A nível da difusão ideológica, a CONORTE encarregou-se de reanimar a luta separatista e dirigir a ação ideológica, da classe dominante. Tal ação apontava para os limites dos interesses da elite e da classe média dominante em sua relação com a causa separatista.

Assim, o tipo de solução traçada pela CONORTE para uma região-problema, que se configura como tal em termos essencialmente sócio-políticos, foi econômica.

Nestes termos, a política econômica elaborada pela CONORTE para a instalação do futuro Estado do Tocantins esteve centrada na propagação do fortalecimento político e econômico dos *empresários agricultores*¹ que defendiam a criação do Estado como um instrumento de pacificação dos conflitos agrários regionais. Nesta perspectiva, o movimento expressou uma acomodação entre os vários grupos em jogo, diante da possibilidade de uma solução autônoma no âmbito da própria região.

A ação sistematizadora da CONORTE atendeu, de um lado, os interesses dos pecuaristas que apoiaram o separatismo como forma de manutenção do seu *status* político-econômico regional; e, do outro lado, os de uma população urbana (ou seja, da classe média dominante que viu a criação do Estado como uma forma de implementar e desenvolver o setor terciário). Com a criação do Estado viria uma nova infra-estrutura de serviços governamentais/ampliação das vagas no Senado, na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa Estadual e Nacional, ampliação dos cargos públicos e do comércio da região.

Com isto, o sentido do separatismo defendido pela CONORTE “dividir para somar” foi rapidamente absorvido por uma parcela das lideranças políticas do sul de Goiás. Esses

¹ Vale assinalar que a CONORTE obteve o apoio da CGA –Cooperativa Goiana de Agricultores instalada em Colinas de Goiás em 1965 sob a presidência de José Wilson Siqueira Campos. In: Cartilha *Volta, Siqueira!* S/Ed, 1994. P. 06

compreenderam que com a divisão ambas as partes seriam beneficiadas. Pois do ponto de vista político, a criação do Estado do Tocantins reforçaria e garantiria o poder da bancada política daquela região.

Neste plano, os conorteanos exploraram a vertente do potencial econômico da região do Tocantins, para demonstrar que o futuro Estado do Tocantins não só viabilizaria o progresso político, econômico e social do Centro-Oeste, como também integraria a região ao Norte e Nordeste do País. Assim, a CONORTE construiu uma *nova* mentalidade sobre a região do Tocantins. Estrategicamente o movimento demonstrou através das suas manifestações, que os traços de pobreza, miséria e isolamento pouco caracterizavam o problema da região. Na visão do movimento, o problema regional residia na falta de vontade política das autoridades regional e nacional em explorar o potencial econômico existente naquela região.

Desta forma, o diagnóstico elaborado pela CONORTE sobre a região era mais político do que técnico; as metas debatidas no congresso realizado pela entidade em 1982 tinham cunho eminentemente político. O presidente da entidade, depois de afirmar que “nenhum desenvolvimento é alcançado sem a concretização da trilogia energia, estrada e expansão agropastoril” e que nesse sentido a preocupação central da CONORTE era o de levantar o potencial econômico, os dados estatísticos, a identificação da região no contexto do estado e do país, diz explicitamente, tocando no ponto que suscitou maiores debates e resistência à criação daquela entidade, que “a primeira campanha da CONORTE será em torno da questão política. A entidade hostilizará as campanhas eleitorais dos candidatos considerados do sul do Estado nas eleições de 1982 e 1986”. E conclui, esse caminho reforçará o nosso poder político, elegeremos gente compromissada com a nossa luta e conscientizaremos a população a votar nos candidatos

tocantinenses.

Em 1985 a CONORTE intensificou seu propósito político com o slogan veiculado na imprensa regional “Para quem não apoia o Tocantins lembre-se 1986 lhe espera”, afirmando que o Tocantins terá uma perspectiva de progresso e desenvolvimento, fruto da autonomia e da racionalidade dos métodos de utilização dos recursos de irá dispor².

O que singularizou a ação da CONORTE é que nela a técnica e a política andaram juntas. Essa unidade permitiu que a CONORTE envolvesse todos os partidos políticos na questão da autonomia político-administrativa daquela região. Tal singularidade esteve vinculada ao debate da entidade em torno da questão do desenvolvimento político e econômico da região. Tanto assim que os conorteanos não hesitaram em relacionar e apresentar para a opinião pública os nomes dos candidatos do Tocantins: “vote neles, por você e pelo Estado do Tocantins”³. Eis a chave do apoio da CONORTE.

Segundo Fernando Storni, o trabalho da CONORTE esteve voltado para o objetivo de preencher a lacuna existente da representação política da região. A CONORTE se fez presente exatamente para suprir essa lacuna. Inexistindo uma representação política forte na região, tocantinenses, gente que estava interessada no desenvolvimento da região, se reuniram para fazer esse trabalho de propagar a idéia de criação do Estado do Tocantins⁴.

E foi exatamente pelo fato de ser políticos que as estratégias lançadas pela CONORTE juntamente com o diagnóstico da região, conseguiram o apoio do governador do Estado Henrique Santillo e dos parlamentares do sul de Goiás (exceto o do senador Mauro Borges).

² Jornal *O Popular* Goiânia, 6 dez. 1985 p.7

³ Jornal *O Tocantins* – Goiânia 25 abr. 1982 p. 3-4

⁴ Fernando Teixeira Storni, natural de Pedro Afonso –TO, ex. integrante da CONORTE, in; depoimentos CONORTE P.49

Portanto, a resposta dada pela CONORTE às afirmações do governo federal sobre a inviabilidade econômica do Estado do Tocantins foi que a regionalização do espaço (ou seja, a divisão político-administrativa daquela região) correspondia a uma descentralização administrativa que futuramente estaria associada a uma centralização política, em resposta a problemas sócio-políticos que se traduzem no plano econômico.

Neste sentido, o movimento empreendido pela CONORTE tratou de colocar a região numa posição que se supunha satisfatória e promissora. A tônica do debate era o desenvolvimento do sul de Goiás, sustentado pelos diversos setores econômicos da área do Tocantins. Com a evidência da presença do empresariado industrial local, ganhou peso a concepção de que a única solução para o problema do Tocantins era o desenvolvimento, e esse só viria (na visão dos intelectuais conorteanos) com a autonomia do Estado, “já que a pobreza, baixa renda per capita, desemprego e subemprego eram provenientes da falta de indústrias destinadas à transformação da matéria prima local.

Contudo, em termos de política econômica, a proposta da CONORTE para a região do Tocantins não traduziu a aspiração econômica e social. O movimento logrou uma autonomia que contemplou os pecuaristas e não o campesinato. Isto é, foi um movimento que procurou isolar o campesinato. Assim, a coalizão que obteve a autonomia foi uma coalizão de centro-direita (classe média e dominante).

Na prática, a CONORTE buscou o respaldo da mobilização popular, apenas durante a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, quando a discussão e a aprovação de alguns dispositivos⁵ do projeto da criação do Estado do Tocantins se viram ameaçados pelos interesses

⁵ Após passar pelas subcomissões e Comissão Temática, o projeto da criação do Estado do Tocantins acompanhado da emenda popular foi enfim incluído no relatório da Comissão de Sistematização recebendo a emenda que aprovou

políticos isolados dos parlamentares envolvidos com a questão. O que nos levou a denominar o movimento empreendido pela CONORTE como movimento autonomista.

A região do Tocantins tornou-se reconhecida nacionalmente a partir do movimento da Guerrilha do Araguaia ocorrido na área do Bico do Papagaio nos anos de 1970. Cabe agora aos pesquisadores que se interessam pelo tema da autonomia demonstrar qual a visão do campesinato em relação ao processo da criação do Estado do Tocantins.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

ABLAS QUEIROZ, Luiz Augusto de. *Intercâmbio Desigual E Subdesenvolvimento Regional no Brasil*. São Paulo: Poneira, FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

ANDRADE, Alonso Maria de. *Clientelismo e Maquina Estatal nas Eleições de 1982*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPb, 1986.

ALENCASTRE, José Martins. *Anais da Província de Goiás – 1863*. São Paulo: Ipiranga, 1979.

BARBOSA, Froussard Elana. “Avanços e Retrocessos no Âmbito Urbano” In; Caderno CEAC/ UnB, Brasília, Ano I – nº 2, 1987.

COSTA, Célio. *Fundamentos para a Criação do Estado do Tocantins*. Goiânia: Líder, 1982.

_____. *O Estado do Tocantins – Uma Geopolítica de Desenvolvimento*. Goiânia: Líder, 1985.

COELHO, João Gilberto. “O Processo Constituinte de 1987”. In; Caderno CEAC/ UnB. Brasília, Ano I – nº 2, 1987.

CUNHA MATOS, R. J. da – *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil – 2º trimestre de 1874.

FLEISCHER, David. “Representação Política: Pedra Fundamental da Democracia”. In; Caderno CEAC/ UnB, Brasília, Ano I – nº 2, 1987.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel; A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOBSBAWM, Eric. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz & Terra, 1990.

_____ ; TERENCE, Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

ITAMI, Campos. *Coronelismo Em Goiás*. Goiânia: UCG, 1987.

LACERDA, Regina. *A Independência de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1970.

MELLO, Cabral Evaldo de. *O Nome e o Sangue: Uma Fraude Genealógica No Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MICHELES, Carlos. "Patuléia Democracia e Constituinte – Uma reflexão Caderno_sobre a contemporaneidade da nossa formação sócio-política na Constituinte". In; Caderno CEAC/ Unb. Brasília, Ano I – nº 2, 1987.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás.* Goiânia: Oriente, 1976.

PIERRE, Boudieu. *O Poder Simbólico.* Lisboa: Diefel, 1989.

SIVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional.* São Paulo: Moderna, 1984.

DISSERTAÇÕES:

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. Expansão Capitalista E A Incorporação de Novas Áreas – O Norte de Goiás. São Paulo, mimeo, 1986 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia da USP).

AQUINO, Napoleão Araújo. A Construção da Belém-Brasília e a Modernidade no Tocantins. Goiânia, mimeo, 1996. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFG – Universidade Federal de Goiás).

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. O Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821 – 1988). Goiânia, mimeo, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFG – Universidade Federal de Goiás).

LIRA, Ribeiro Elizeu. A Gênese de Palmas. São Paulo, mimeo, 1994. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP – Universidade Estadual Paulista -Presidente Prudente)

FONTES PRIMÁRIAS (*)

“A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins”. *Revista CONORTE*, Brasília, n 2, pp. 3-42, dez. 1989.

“Divisão Territorial e Administrativa do Estado de Goiás”. Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, – Câmara dos Deputados, Brasília, out. 1978 p. 34 (mimeo)

COSTA, Célio; ROCHA, Camelo Joaci. “Diagnóstico econômico da região do Futuro Estado do Tocantins”. *CONORTE*, Goiânia, n. 2, pp. 48-40, dez. 1989

BERNADO, Elis. “O Estado do Tocantins: Canibalismo Político”. *Presença*, Goiânia, s/n 1986 .*

DARCI, Coelho. “O Desenvolvimento do Norte Goiano”. *Jornal O Tocantins*, Goiânia, 12 .abr. 1987.

Livro de Correspondências do Governo de Goiás para o Império - nº 205 – 1820 – 1824. Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás.

“Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Tocantins” Instituto de Formação e Assessoria Sindical – IFAS – Caderno de Consulta nº5, Goiânia, 1995, (mimeo)

ROCHA, João. “Entrevista”. *O Popular*, Goiânia, 3 mar. 1985.

BEZERRA, Adão Bonfim. “Tocantins, um Estado para a Nova República” *O Popular*, Goiânia, 27 mar. 1985.

“Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins”. *Jornal O Tocantins*, Goiânia, 17 jun. 1985*

“Áreas Homogêneas e Áreas de Planejamento – Perfil do Estado”. INDUR – Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional, Goiânia – GO, 1982.

Relatório da Comissão das Lideranças políticas do Setentrião Goiano, 13 de dezembro de 1985. (mimeo)

“Projeto de Assessoria Agrícola para o Estado do Tocantins”. Comissão Pastoral da Terra – Araguaia/Tocantins, Paraíso do Norte -GO, 1985 (mimeo)

“Denúncia II”. Relatório da Comissão Pastoral da Terra, Porto Nacional -GO, 1985 (mimeo)

Pronunciamento do deputado Edmundo Galdino na Assembleia Estadual Legislativa de Goiás, Goiânia, 7 abr. 1987.

“Gurupi Uma Cidade Pronta Para o Futuro”. *Revista Gurupi*, Gurupi – GO, s/n 1986

“Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins”. Versão preliminar - CONORTE, Brasília, pp. 4-27, 1985, (mimeo)

MAIA ESTÁCIO, Valter. “Economia de Goiás Realidade e Perspectiva Futura” *O Popular*, 7 dez. 1985.

“Senador Mauro Borges Oposição Ao Tocantins”. *O Popular*, Goiânia, 14 mar. 1986

BEZERRA, Adão Bonfim; ROCHA, Camelo Joaci. "Comissão das Lideranças políticas e da livre iniciativa do setentrião Goiano". Brasília, 13 de dezembro de 1985. (mimeo)

"Entrevista com o Presidente da CONORTE - José Carlos Leitão". - *O Popular*, Goiânia, 27 jun. 1986

"Presidente regional do PMDB - Assis Brandão Fala Ao Tocantins" *Jornal O Tocantins*, Goiânia 25 maio. 1986

BEZERRA, Bonfim Adão. "Entrevista com o Secretário Geral da CONORTE" *Jornal O Tocantins*, Goiânia, 12 dez. 1987

SEGURADO, Joaquim Teotônio, "Memória Econômica e Política sobre o Comércio ativo da Capitania de Goiás – 1806". *Revista Memórias Goianas I* - Centro de Cultura Goiana – UCG, Goiânia, n I, pp 33-53, 1982.

"Divisão Territorial e Administração do Estado de Goiás". *Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica* – Assembléia Legislativa Estadual ,Goiânia, 1987.

Pronunciamento do deputado Siqueira Campos na sessão do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 6 ago. 1987.

COSTA, Célio. "A Criação do Estado do Tocantins e o PRODIAT". *O Popular*, Goiânia, 12 ago. 1987 p. 6

Pronunciamento do deputado José Wilson Siqueira Campos. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, sessão 10 dez. 1987.

“O Texto Aprovado Ontem Pela Comissão de Sistematização”. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 16 fev.1987.

“Comissão de Sistematização Aprova a Criação do Estado do Tocantins”. *Jornal O Tocantins*, Goiânia, set. 1987.

“Emenda Popular”. *CONORTE*, Brasília, n 3, p. 39. Dez.1989.

Relatório e Boletim Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás – TRE- GO.

Jornal O Tocantins, Goiânia, 3 nov. 1988 .

“Plano de Ação e Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Tocantins”. Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Central ou Grande Entorno de Palmas – Assessoria de Planejamento e Coordenação -ASPLAN .

“Entrevista do Candidato Siqueira Campos ao Governo do novo Estado”. *Jornal O Tocantins*, Goiânia, 12 nov. 1988.

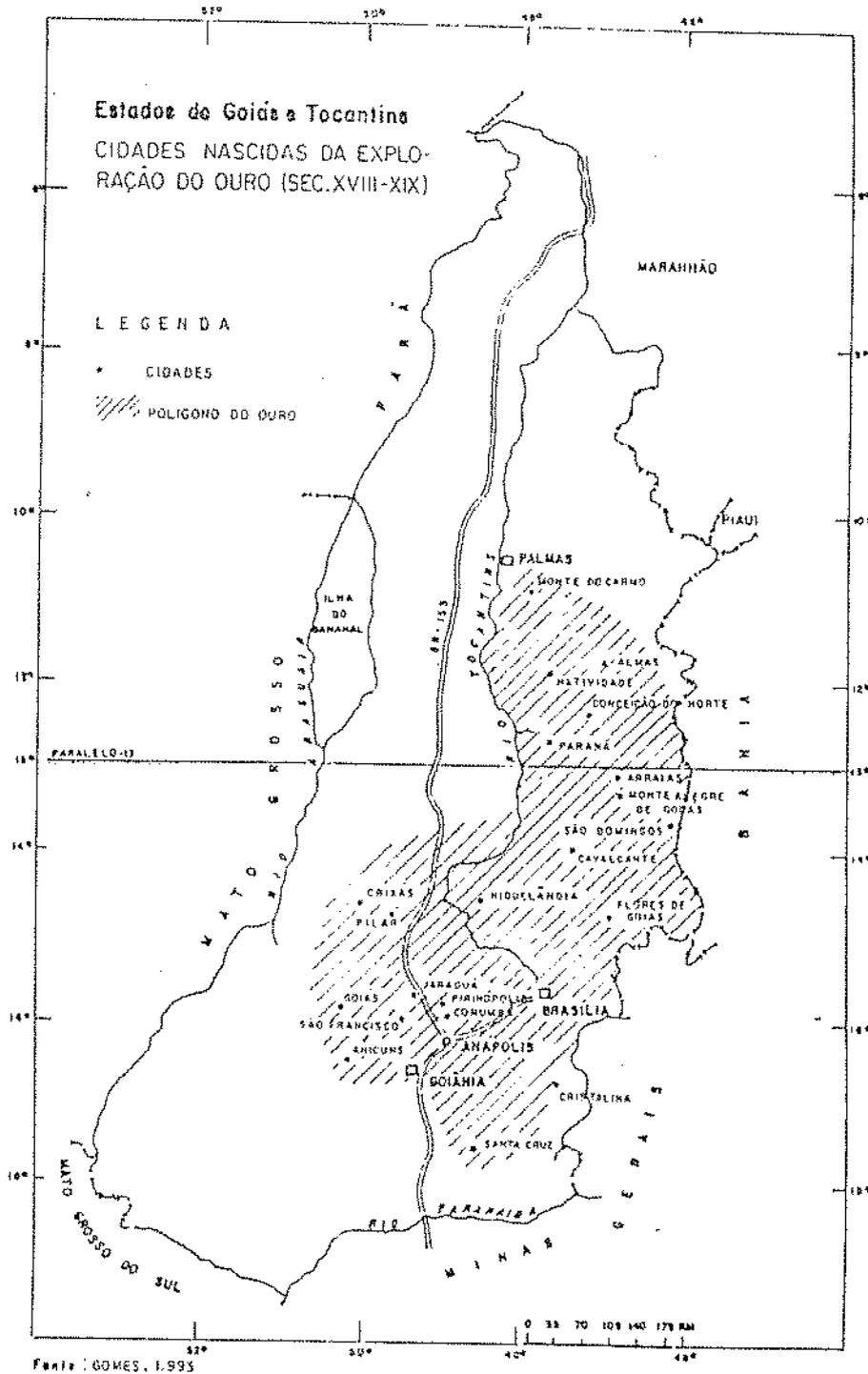
Associação Comercial de Porto Nacional (mimeo).

Jornal o Popular 10 de dezembro de 1988 p.2

LAURENICE, Noletto. Acordo aprova criação do Estado do Tocantins. *Correio Brasiliense*, Brasília, 16 fev. 1987. Caderno política . p. 13

ANEXO I

FIGURA - 01



I - MANIFESTO ao Público feito pela Junta:

“Goianos ! A Província de Goiás é talvez a mais pobre do Brasil, e contudo, é a única que ainda conserva no seu seio um Capitão General, é a única que ainda se vê obrigada a pagar a um empregado público um saldo de quase 6.000\$ Quartoze mil cruzados dá a um homem, que governa contra a vontade do povo! Quartoze mil cruzados que chegam para pagar setenta bravos defensores da pátria! Que é isso goianos! Tendes direito a expulsá-los, e consentis que ele continue a governar-vos ! E a governar-vos com um braço de ferro? Não tendes ânimo, não tendes valor? Estamos reunindo forças suficientes para irmos ao vosso socorro, e ajudar-vos a expelir o Capitão –General. Estabelecei o vosso Governo Provisório `a imitação de todo o resto do Brasil. Imitai-nos. Sem efusão de sangue estamos livres do Capitão-General, e só dependemos das Cortes de Lisboa, d’el –rei e do Príncipe”. - Cavalcante, sala do Governo, em 24 de setembro de 1821. Presidente, Joaquim Theotônio Segurado. Vice-Presidente, Francisco Joaquim Coelho de Mattos, Manoel Antônio de Moura Teles, Joaquim Rodrigues Pereira, José Zeferino de Azevedo , Luiz Pereira Lemos, João Luiz de Souza.

“ Goianos da comarca de S. João das Duas Barras! Quando, depois de expulsado pelo povo desta cidade o cabeça motor da desordem, que aqui se tentou perpetrar, eu recebia de todos os povos desta comarca de Goiás as mais decididas provas de perfeita adesão às autoridades estabelecidas por sua Majestade, na conformidade das leis fundamentais da nação, acabo com maior desgosto de saber que o vigário de Cavalcante, levado da desmascarada ambição de escravizar todos os povos dessa comarca, como tem constantemente escravizado os desgraçados moradores de Cavalcante, se lembrou (por insinuações sem dúvida daquele cabeça expulso) de

erigir naquele arraial um intruso Governo, que ele denomina provisório de toda a comarca, atacando por esta maneira os inalienáveis direitos de sua Majestade, e violando as determinações das Cortes que só permitem o estabelecimento de tais governos provisórios naqueles lugares em que as autoridades constituídas se opõem ao juramento da Constituição e à nomeação dos respectivos Deputados, e que, dados estes dois passos, recomenda, contudo o maior sossego, e o maior respeito às leis existentes e às autoridades constituídas segundo às mesmas leis. E como se aquele crime fosse pequeno, passou o mesmo vigário a apoderar-se das rendas reais, que dos diversos arraiais dessa comarca se remetiam para o erário desta Capital, a fim de suprirem as despesas públicas, pretendendo por essa forma construir seus feudatários todos os outros arraiais da comarca. E, para mais despoticamente dispor de tudo, organiza o Governo com pessoas de sua facção, todos residentes no arraial de Cavalcante, sem contemplação com as pessoas de bem de outros arraiais quase todos muito mais populosos e mais interessantes do que o de Cavalcante, e sujeitar-vos-eis a uma humilhação? Tão baixos sentimentos não existem certamente em corações goianos! Não vos aconselho, contudo, que mancheis as vossas mãos com sangue goiano, o que seria totalmente contrário aos meus desejos e às pias intenções do Príncipe Regente e das Cortes da nação. Aconselho-vos, sim que desistais e não vos submetais às sugestões daquele vigário, desonra do nome goiano, certos de que dentro em poucos dias o mesmo crime o vai confundir, que eviteis toda comunicação com os povo, que ele tem comprometido e escravizado, a fim de que na Capitania de Goiás se não repitam as tristes cenas, que tantas calamidades têm causado aos baianos e paulistas; aconselho-vos que não queirais por alguma condescendência indiscreta cair no desagrado do Príncipe Regente e das Cortes, que têm prefixado os limites da marcha que deve seguir para a nossa regeneração política, que vos mostreis sempre dignos do grande nome

de portugueses, cidadãos do Reino unido de Portugal, Brasil e Algarve, nome que presentemente causa inveja a todas as nações pela constância de sofrimento na adversidade, e pela prudência, moderação e uniformidade de sentimentos na atual regeneração política, que tudo se transformará, se por meio de tumultos e outras semelhantes desordens locais e parciais, filhas do capricho e demarcada ambição, se alterar a tranqüilidade e o sossego com que devem ser tratados os grandes negócios da nação. Não desconheço a justiça dos queixumes desses povos contra a antiga administração desta Capitania, mas também não vós não podeis deixar de conhecer quanto eu tenho esforçado para os fazer cessar, providenciando aquilo que cabe na minha autoridade, e dirigindo ao antigo ministério as necessárias representações para serdes em tudo iguallados aos outros cidadãos portugueses, as quais se então não foram atendidas em razão da antiga ordem das coisas, se-lo-ão , sem dúvida, perante as Cortes da nação, uma vez que, pela irregularidade e inconsideração dos vossos procedimentos, não incorrais no desagrado das mesmas Cortes e da nação. Vivam as Cortes! Viva a Constituição! Viva El-rei! Viva o Príncipe Regente! Vivam os bons goianos! Goiás, 1º de outubro de 1821, Manoel Sampaio.

II - PROCLAMAÇÃO

“Habitantes da comarca de Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as provincias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutifero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior. Eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta comarca ficou em ferros. Palmenses! Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a constituição!

Abulam-se os tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas leis adaptáveis a esta pobre comarca. Saídas de gado, décima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço e ferramenta ficam abolidas; todos os homens livres têm direito aos maiores empregos; a virtude e a ciência eis os empenho para os cargos públicos. Todas as cabeças de jugado darão um deputado para o Governo Provisório; os arraiais de S. João, S. Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses Deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante, onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os deputados, se decidirá qual deve ser a Capital, e nela residirá o Governo. Os soldados que quiserem sentar praça de infantaria vencerão cinco oitavas por mês, e na cavalaria seis e meia. Palmenses animo e união! O Governo cuidará da vossa felicidade. Viva a nossa santa religião. Viva o Senhor D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança, viva a constituição que se fez nas Cortes reunidas de Lisboa. Cavalcante, 15 de setembro de 1821. Presidente Joaquim Theotônio Segurado, Manuel Antônio de Moura Teles, Zeferino de Azevedo, José Victor de Faria Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Mattos, Luiz Pereira Lemos e Joaquim Rodrigues Pereira”.

III - Ofício

Nº33

Ilmo. Exmo. Sr. Levo a presença de V. Excia. os ofícios inclusos que a poucos dias recebi do Governo Provisório que se instalou na cidade de Cuiabá. Consta-me que a cidade de Mato Grosso pretende valer seus antigos

direitos de Capital daquela Capitania, por cujo motivo instalara também seu Governo Provisório exigido que toda a Capitania inclusive a cidade de Cuiabá lhe preste obediência, o que igualmente exige a Junta Provisória de Cuiabá. Consta-me também que a Junta dera baixa a toda a tropa de linha por não ter com que lhe pudesse pagar. A vista do referido e do mais que a perspicácia de V. Excia. Deve prever, poderá V. Excia. Conhecer o estado em que se acha aquela Capitania situada na fronteira do Brasil cuja mineração é de maior interesse.

Deus guarda a V. Excia.

Goiás, 27 de outubro de 1821 – Ilmo. Exmo.

Sr. Pedro Alvarez Diniz – Manoel Inácio de Sampaio

N.B.

Junto vão os dois officios do Governo Provisório de Cuiabá datados de 17 de setembro que estão por cópia no maço competente

Nº 34

Ilmo. e Exmo. Sr Tendo sido pela Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra em que 1817 recebi todas as ordens relativas a desgraçada revolução de Pernambuco, foi por

aquela mesma repartição que julguei dever levar a presença do Príncipe Regente os acontecimentos do insignificante Arraial de Cavalcante desta Capitania que parece devem caracterizar como uma verdadeira rebeldia por se haverem os cabeças, além de outras medidas, arrogado os direitos exclusivos de soberania da Nação tais como aliviar impostos de dar novo valor a moeda ou de criar corpos de tropa de linha, nomear oficiais para os mesmos corpos, prover oficiais superiores, para milícias, nomear Ouvidor, assim como aumento para o seu numerário. Nas circunstâncias atuais tenho julgado a propósito usar unicamente de meios persuasivos e de brandura até a adesão de S. A.R.

E posto que ainda não haja tempo para desesperar do feliz resultado dessas medidas, observando contudo que o resto da Capitania não se achava totalmente livre das idéias que tem brotado na maior parte das outras Capitánias do Brasil, logo que pela Gazeta de sua Corte nº 86 tive conhecimento do aviso expedido em 21 de agosto ao Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, julguei a propósito passar as ordens necessárias para que a Comarca desta Capital igualmente o cumprisse, instalando com toda a brevidade o Governo Provisório segundo as

formalidades previstas no mesmo aviso de que lhe remeti
cópia. Tanto mais por estar inteiramente capacitado de que
assim como para Minas Gerais mandou S. Alteza Real
semelhantes ordens terei eu sem dúvida de receber
diretamente pelo primeiro Correio em resposta o meu officio
do N° / de setembro dirigido pela Secretaria de Estado de
Negócios da Guerra. Pela correspondência junta verá a V.
Excia. qual foi a primeira decisão da Câmara assim como
também as colisões e choque de autoridade de que se lançou
mão para anularem. Verá também V. Excia. a maneira porque
eu destruí este obstáculo e ultimamente qual foi o resultado.
Do que se passou no dia 3 destinado para a instalação do
Governo Provisório dei parte a V. Excia. em officio separado.

Deus guarda a V Excia.

Goiás, 29 de outubro de 1821 – Ilmo. Excmo. Sr Pedro
Álvares Diniz – Manoel Inácio de Sampaio.

11 de Dezembro

Officio acusando o recebimento da portaria N° 19 e
participando o cuidado de promover a efetiva partida dos
Deputados nomeados para seguirem para as Cortes.

N° 50

Ilmo. Exmo. Sr. – Alegro-me de que subisse a presença de S. A R. o Príncipe Regente o meu officio nº 31 de 11 de agosto passado, em que eu dava conta dos atos solenes a que nesta Província se havia procedido pela eleição dos Deputados que a devem representar nas Cortes como V. Excia. teve a bondade de participar por portaria de 15 de outubro nº 19.

Não me descuidarei um só momento de promover a partida efetiva dos Deputados nomeados como V, Excia. agora tanto me recomenda. O Sr. Dr. Luiz Antônio da Silva e Souza a poder de instâncias minhas saiu desta cidade em 22 de outubro próximo passado, mas, o seu limitado patriotismo é causa de se demorar muito tempo em todos os lugares por onde passa queixando sempre de que o expulsei desta Província e servindo-se deste e outros pretextos para promover a ereção de um Governo Provisório em que ele entre afim de por este meio se poder evadir ao dever de representa as Cortes de Lisboa. Entretanto, como todas as suas idéias lhe tem sido frustradas, penso que por todo este mês de janeiro chegará a essa Corte. Um humilhante desejo de se evadir a este desejo, digo a este dever, além de outros interesses foi que atendi o Desembargador Joaquim Theotônio

Segurado, os parentes de sua mulher a exigirem da Comarca de S. João das Duas Barras o intitulado Governo que os povos mesmo abandonaram.

Presente ainda aquele Magistrado de Arraial em Arraial sem que eu possa conjeturar o que ele pretende praticar até porque vagamente se diz que os povos lhe tem interceptado todas as saídas da Província.

A grandíssima extensão desses sertões me impede por ora de conhecer a verdade, ocorre mais a circunstância do que o diploma do Deputado substituto Plácido Moreira de Carvalho foi confiado aquele Magistrado para lhe fazer entregar no Pará ou no Maranhão d'onde se supõe ele atualmente se acha e a vista do atual desarranjo de cabeça não se pode conjeturar o que ele também praticará a tal respeito.

Entretanto do mesmo diploma do padre Luiz Antônio da Silva e Souza em tudo idêntico se conhece legalmente a nomeação daquele substituto. O que tudo rogo a V. Excia. queira por na presença de Sua Alteza Real o Príncipe Regente.

Deus guarda a V. Excia. muitos anos. Goiás, 11 de dezembro de 1821 – Ilmo . Exmo. Sr. José Viera – Manoel Inácio de Sampaio.

Sua Alteza Imperial. Tenho a honra de participar a V. Ex. que entrei neste Arraial de Cavalcante no dia 15 do mês corrente depois de haver sofrido uma crise de incômodos e trabalhos além de toda a expressão, por motivo das imensas chuvas, e falta de pontes e canoas. A tropa chegou no dia 26 os soldados e oficiais em boa saúde exceto um que por efeito das chuvas se declarou moléstia venérea e outro que veio com febre. O povo dos lugares por onde tenho transitado é mui pacífico e parece-me mui indolente e pouco industrioso. Este Arraial é quase nada, mas os seus edificios, posto que humildes conservam-se em melhor reparo do que os de Pilar, e outros lugares. Observo que ainda os mais circunspectos mostram desejos sangüíneos de verem instalado o Governo desta Comarca posto que não amem aqueles que foram Deputados do mesmo Governo. O Exmo. Sr. Luiz Gonzaga é aqui muito malvisto talvez por motivo das prisões ou ameaças de castigos .Aborrecem quanto podem o Governo de Goiás e aqueles que mostram alguma indiferença ou predileção por ele é por aborrecerem extremamente as pessoas que governaram Natividade. Até hoje não tenho recebido noticias deste último Arraial depois do dia 7 do corrente. O José

Bernadino devia lá entrar no dia 10. Ouvi dizer que o Pío Pinto e outros homens que iam presos foram postos em liberdade em virtude de um decreto de S. M. I. talvez o da Anistia Geral. Já mandei ordem a José Bernadino para vir ao Quartel General para o desenganar a respeito do Governo de Natividade. Assim como já tenho desenganado os mais acérrimos defensores do mesmo Governo sediado neste Arraial. Vejo-me na indispensável necessidade meter mão a construção de canoas e pontes em todos os rios e córregos para que não aconteça a outros o que já me aconteceu. Aqui falta tudo, há fome terrível, as coisas mais insignificantes ou não aparecerem ou são pelo mais alto preço, que se pode imaginar. Dizem que nas Arraias, Conceição, Flores e Natividade ainda é pior. Até agora não chegou a bagagem de expedição porque na noite passada houve grande chuva e trovoada, talvez ainda hoje não entre no Arraial. Dois dias depois de chegada da bagagem marcham 45 homens para Natividade, e eu já fiz marchar o Comandante Nicácio da Cunha Monteiro e com a tropa de linha que se acha do seu comando.

Deus guarda V. Excia. Quartel General de Cavalcante, 28 de outubro de 1823. Ilmo. e Exmo. Sr. R. J. da Cunha Matos

ANEXO II
ELEMENTOS DE INVENÇÃO

ELEMENTO DE INVENÇÃO

Tudo começou em 1809

“Em 1809 D. João VI cria a Comarca do Norte, em 18 de março, sendo nomeado ouvidor-geral o desembargador Joaquim Teotônio Segurado. Esse liderou o movimento de emancipação político-administrativo da Comarca do Norte e estabeleceu um governo independente nos limites de sua jurisdição. O governo provisório foi instalado no dia 17 de setembro do mesmo ano na cidade de Cavalcante, sob a presidência de Joaquim Teotônio Segurado”¹

“Em 17 de setembro de 1821 Joaquim Theotônio Segurado distribuiu manifesto ao povo nortense conclamando-o a mobilizar-se em defesa da independência da Província do jugo *despótico* do governo provincial de Goiás”².

“ A luta pela emancipação da região amazônica de Goiás iniciou-se a 9-3-1809, com a instalação da Comarca do Norte, criada por Dom João VI, que teve no Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, através das famosas *declarações*. Esse rebelou-se contra os Capitães – Generais e proclamou a autonomia do Tocantins, constituindo-se no primeiro presidente da nova Província, extinta pela força, anos após a independência”³.

¹ CONORTE. “Tudo começou em 1809”. *A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins*, Brasília –DF, n.2, pp 4-5, dez. 1989.

² *O Tocantins*, Goiânia, 27 abr. 1982. p.5.

³ Deputado SIQUEIRA, CAMPOS. *Discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte*. Sessão 6 ago. 1987

CONORTE Realiza Concurso para a Escolha da Bandeira do Futuro Estado do Tocantins



CONORTE REALIZA CONCURSO PARA A ESCOLHA DAS CORES DA BANDEIRA DO ESTADO DO TOCANTINS⁴

“O Concurso para a escolha da bandeira e do brasão do Estado do Tocantins, lançado pela CONORTE em 8 de junho de 1988, teve como vencedor José Luís de Moura Pereira, que recebeu o prêmio de NCz\$ 130 pagos à época pela própria CONORTE. A comissão julgadora, composta pelos próprios dirigentes da entidade, reuniu-se no dia 28 de novembro de 1988, na sede da CONORTE em Brasília, e por dez votos atribuiu o primeiro lugar aos trabalhos do desenhista José Luiz de Moura.

A partir do lançamento do concurso, a CONORTE recebeu 29 trabalhos, sendo 18 desenhos da bandeira do Tocantins e 11 brasões.

A primeira bandeira do Tocantins foi idealizada há quarenta anos pelo Juiz de Direito de Porto Nacional, José Feliciano Braga. Era constituída por 13 listras horizontais, verde e amarela, além de uma listra em diagonal com a expressão “Velo”, que simbolizava a vigília pela autonomia e posse do território. “O preço da desunião será a frustração do ideal comum que animou essa luta centenária...”

⁴ O concurso para a escolha da bandeira do Estado do Tocantins, foi lançado pela CONORTE em 8 de junho de 1988, teve como vencedor José Luís de Moura Pereira, que recebeu o prêmio de NCz\$ 130 pagos à época pela própria CONORTE. A partir do lançamento do concurso, a CONORTE recebeu 29 trabalhos, sendo 18 desenhos da bandeira do Tocantins e 11 brasões. De acordo com o regulamento do concurso, o trabalho classificado em primeiro lugar será encaminhado às autoridades governamentais do Tocantins e à Assembléia Constituinte Estadual, á título de sugestão. In; “A Verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins”. Revista CONORTE, nº03, dezembro de 1989, p.29



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PALACIO

HINO DO TOCANTINS

Letra: José Liberato Costa Póvoa
Música: Abiezer Alves da Rocha
Arranjo Especial: Maestro Oscarino
Pereira da Rocha

O sonho secular já se realizou,
Mais um astro brilha do céu aos confins.
Este povo forte
Do sofrido Norte,
Teve melhor sorte:
Nasce o Tocantins!

ESTRIBILHO:

Levanta altaneiro, contempla o futuro,
Caminha seguro, persegue teus fins!
Por tuas riquezas, por tua beleza,
És o Tocantins!

Do bravo ouvidor a saga não parou,
Contra a oligarquia o povo se vultou.
Somos brava gente,
Simples, mas valente,
Povo consciente,
Sem medo e temor.

(ESTRIBILHO)

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu
Contra tudo e contra todos firme e forte
Contra a tirania
Da oligarquia,
O povo queria
Libertar o Norte!

(ESTRIBILHO)



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PALACÍNHO

**Teus campos, tuas matas, tua imensidão,
Teu belo Araguaia lembram o paraíso.
Tua rica história
Guardo na memória.
Pela tua glória,
Morro, se preciso!**

(ESTRIBILHO)

**Pulsa no peito o orgulho da luta de Palmas,
Feita com a alma que a beleza irradia.
Vejo tua gente,
Tua alma herente,
Teu povo valente
Que venceu um dia!**

(ESTRIBILHO)

ANEXO III
CARTA DO TOCANTINS

Carta do Tocantins

“ O Norte Goiano, compreendendo a Área Amazônica de Goiás, por suas características peculiares, difere do sul do Estado, tanto no que se refere aos hábitos usos e costumes, quanto a crenças e índole de sua gente e, especialmente, nos aspectos étnicos e ecológicos. Com uma população de quase um milhão de habitantes, disseminada em 53 Municípios, numa extensão de 286.706 Km², e dotado de abundantes recursos naturais, a sua expressão econômica e política não tem merecido as devidas atenções e medidas governamentais. Prova disso é o patente agravamento do desequilíbrio regional, caracterizado pela diferenciação de bem estar entre as regiões Norte e Sul do Estado. Por essa razão, desde os tempos do Brasil-Colônia, no Império e no decorrer da República, Goiás tem sido palco de movimentos divisionistas, buscando alcançar eficiência administrativa mais condizente com a realidade dos problemas regionais.

2. Vêm, daí os mais recentes movimentos, tão importantes e justos quanto os do século passado, nascidos, sem dúvida, da falta de soluções plenamente satisfatórias aos anseios e às necessidades do povo nortense. Esses movimentos precursores deixaram latente a semente reivindicatória, que, agora, germina e se corporativa na Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano – CONORTE.

3. Integrada de pessoas da Região, quer as que lá nasceram ou lá se radicaram, sejam as que, por interesse ou afinidade, como tais se consideram, a CONORTE traz nos seus objetivos primordiais e estatutários:

I - Congregar a população do Norte Goiano em torno dos seus ideais nortenses e, através das lideranças, conscientizá-la da realidade atual, de suas necessidades e de seu potencial humano e econômico;

II – pesquisar, estudar, debater e conhecer os problemas do Norte Goiano e traçar diretrizes de um Plano de Desenvolvimento integrado para toda a Região;

III – viabilizar o aumento da representatividade dos Norte Goianos junto aos poderes constituídos, independentemente do vínculo partidário ou religioso, valorizando, dessa forma, os candidatos e as lideranças da própria Região;

4 Voltada para esses objetivos, a CONORTE realizou o 1º Congresso, cujos temas e debates refletiram bem a sua meta: o estudo dos problemas do Norte Goiano. As questões suscitadas em cada conferência, assim como as preocupações e necessidades trazidas dos quatro cantos da Região, mostraram a conveniência de conhecer mais a realidade Regional, para melhor definir uma estratégia de ação, fazendo-se uma prévia avaliação de suas propriedades para uma adequada aplicação de recursos, visando a um Desenvolvimento Integrado, sem paternalismo nem passividade, mas que seja resultante da participação e de soma de esforços de todos.

5. O Norte Goiano está consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se firmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à ESPANSÃO AGROPASTORIL. Quanto à primeira, um passo já foi dado, mas a Região continua a mercê de providências capazes de dar solução ao problema. Urge que a transmissão da energia de Boa Esperança seja concluída, como medida paliativa, e, paralelamente, seja apressada a implantação da Usina de São Félix, que, como polo de ligação entre os Sistemas energéticos nacionais Sul e Norte de Furnas e Tucuruí, há de converter na efetiva e definitiva solução do problema energético da Área Amazônica de Goiás. Concernente a Estradas, é mister seja feita a conexão do Sistema Viário, efluindo-se as rodovias e as ferrovias para os rios, para que se tornem alimentadoras do transporte fluvial como escoadouro da

produção. Outra medida que se impõe, dentro desse contexto, é a implantação da Rodovia BR-10, que, com certeza torna-se à fator preponderante no desenvolvimento dos Municípios situados na margem direita do Tocantins, a exemplo do que ocorreu com aqueles que se situam ao longo da Rodovia BR-153.

6 Além desse ponto de apoio, a atividade agropastoril necessita de condições propícias para atuar, quer dizer, é preciso antes de tudo, que essa atividade disponha de terras boas e desembaraçadas. Agilizar a regularização fundiária constitui assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista também as composições, como instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo. Só assim a terra exercerá sua verdadeira função social e econômica, de modo a fixar o homem ao próprio meio e aviltar o êxodo rural. E não é só. É preciso, além disso, que os órgãos que atuam na mesma área, como o INCRA, IDAGO E GETAT, unifiquem ação e esforços, a fim de que se obtenham uniformidade e harmonia de diretrizes.

7 Especial atenção merece, também, o aproveitamento das riquezas latentes no Norte Goiano. Com esse fim, o primeiro passo consistirá na implantação de indústrias, de base adaptadas ao meio, que não só ensejarão o aproveitamento de matérias primas locais, como até contribuirão para mudar o quadro existente, gerando empregos e ampliando o mercado de trabalho, além de propiciarem o barateamento de insumos, com a utilização dos resíduos. Como suporte de tudo isso, impõe-se que a rede de armazenamento, com sacadores, seja ampliada, com o fim de evitar o estrangulamento do processo produtivo e de comercialização e, ao mesmo tempo, assegurar maior garantia ao produtor.

8 Visto que o homem como centro de polarização de todos esses problemas precisa ser preparado para essa tarefa, a sua formação profissional não pode deixar de ser a preocupação primeira. Então, como medida de maior relevância, o Norte Goiano reclama que sejam implantados, na Região, cursos profissionalizantes de nível médio, bem como unidades de ensino superior voltados para a vocação regional, aproveitando a potencialidade dos Campi Avançados. Isso, se não evitar, pelo menos atenuará a evasão do homem rural para os grandes centros.

9 Ainda como emanção do 1º Congresso de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, a CONORTE reivindica - e apela a sensibilidade do Sr. Secretário - Executivo da Comissão Interministerial do Projeto Carajás, dos Senhores Ministros das Secretarias de Planejamento da Presidência da República e do Interior e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República - que, na área de atuação do Projeto Grande Carajás, sejam incluídos os Municípios da Área Amazônica de Goiás, por questão de justiça e equidade e de defesa do mais elevado interesse nacional. A Amazônia Legal de Goiás é uma região carente de quase tudo. E os recursos que estão sendo e ainda serão carreados para o Grande Carajás trarão um grande alento para essa região tão sofrida. E com o potencial humano e econômico que possui, o Norte Goiano, sem modéstia, será transformado em um dos grandes celeiros deste País.

10 Não basta que essas aspirações sejam apontadas. Para que elas se concretizem, é imperioso que o Norte Goiano se una e forme uma consciência regional no sentido de criar uma força capaz de conseguir atendimento às suas reivindicações. Essa força será obtida, na medida em que o Norte Goiano aumentar sua representatividade nas esferas governamentais. Elegendo maior número de Deputados à Assembléia Legislativa e à Câmara dos Deputados, entre as lideranças da própria Região, o Norte Goiano terá aumentado o poder de reivindicação e de

barganha, com força para conseguir maior participação de seus valores nas equipes de Governo, integrando os seus mais variados escalões. Disso resultará maior soma de benefícios para a Região, porque, ocupando cargos relevantes, os representantes do Norte Goiano terão meios de exercer influências nos processos decisórios. Sintetizando os anseios manifestados no seu 1º Congresso e imbuída dos mais sadios sentimentos regionalistas de defesa dos interesses do Norte Goiano, a CONORTE conclama o povo da Região a que vote, sempre que possível, nos candidatos de sua Região, não importa a agremiação a que estejam filiados. O interesse do Norte Goiano tem que estar acima das divergências partidárias. Energia e Estradas, assim como regularização fundiária, cursos técnicos e de nível superior e todos os benefícios aqui reivindicados, tudo isso somados aos recursos do Grande Carajás dará ao Norte Goiano plenas condições de alcançar um futuro que já é quase presente, sua emancipação econômica, social e política.

11 A CONORTE acredita na intenção de acerto dos governantes. E por acreditar, tem certo o atendimento das reivindicações aqui formuladas que representam as conclusões do seu 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano".

Brasília – DF, em 13 de maio
de 1982 94º ano da Abolição da
Escravidão e 26º do lançamento do
Manifesto do Movimento
Emancipacionista de Porto
Nacional. COMISSÃO DE ESTUDO DOS
PROBLEMAS NORTE GOIANO –
CONORTE.

ZPE Tocantins

Brasília-DF... 19 de outubro de 1988

AO
CONSELHO NACIONAL DAS
ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPE
SECRETARIA EXECUTIVA
SES - Ed. Paulo Garibaldi, 20. andar
NESTA.

Até, Dr. Fernando César Mesquita
- NO. Secretário Executivo

Senhor Secretário Executivo,

A COMORTE - Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, (criada para ser transferida ao Estado do Tocantins), entidade apartidária, sem fins lucrativos, que atua ao longo de oito (8) anos pela transformação de região noroeste goiana no atual ESTADO DO TOCANTINS, essa comissão de viabilidade técnicas e política-econômico-social, vem aqui, respeitosamente, solicitar à V.Sa. que inclua no PLANEJAMENTO dessa secretaria, a implantação de uma ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPE, no Estado do Tocantins.

O ESTADO DO TOCANTINS se concretiza numa época em que se vive a crise econômico-financeira, época de todos os lados do país. Para enfrentarmos as futuras responsabilidades socio-econômicas, é que tivemos a preocupação de adiantar este atendimento, para que possamos, no menor prazo possível, instalar esse empreendimento, que trará, indiscutivelmente, inúmeros benefícios aos brasileiros e a nós locais em especial, em particular.

Certo de atenção de V.Sa., antecipamos nossos protestos de grande estima e elevada consideração.

Atenc. e cordialmente,

COMORTE - COMISSÃO DE ESTUDO DOS PROBLEMAS DO NORTE GOIANO

Dr. José Carlos Leite
Pres. de Honra

Dr. José Carlos Leite
Presidente

Dr. César César de Melo
Vice-Presidente

ANEXO IV
PROJETO DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

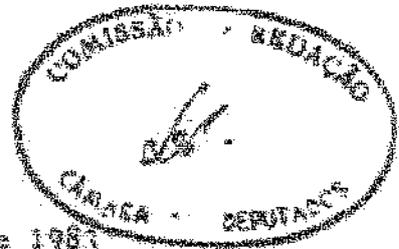


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 1-B, de 1983

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 1-C, de 1983



Cria o Estado do Tocantins e de
termina outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É criado o Estado do Tocantins pelo desmembramento de parte da área do Estado de Goiás, mediante consulta popular.

Parágrafo único - O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás fixará a data da consulta popular, a se realizar dentro de noventa dias, da data de publicação desta lei complementar, na área a ser desmembrada.

Art. 2º - A parte desmembrada do Estado de Goiás para constituir o Estado do Tocantins abrangerá os Municípios de Almas, Alvorada, Ananias, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguaína, Arapocema, Arraias, Augustinópolis, Aurora do Norte, Axixá de Goiás, Baboçulândia, Brejão de Nazaré, Colinas de Goiás, Colmeia, Conceição do Norte, Couto Magalhães, Cristalândia, Dianópolis, Dois Irmãos de Goiás, Durães, Fátima, Figueirópolis, Fila d'Água, Formoso do Araguaia, Goatins, Guaraí, Gurupi, Itacajá, Itaguatins, Itapora de Goiás, Lizarda, Miracema do Norte, Miranorte, Monte do Carmo, Natividade, Nazaré, Nova Olinda, Nova Acorde, Palmeirasópolis, Paraíso do Norte, Paranã, Peixe, Pedro Afonso, Pindorama de Goiás, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Norte, Porto Nacional, Presidente Kennedy, Rio Sono, São Sebastião do Tocantins, Silvanópolis, Sítio Novo de Goiás, Taguatinga, Tocantins, Tocantinópolis, Wanderlândia e Xambioá.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



Art. 42 - O Estado da Goiás, em face da diminuição de seu território, redimensionará os órgãos e entidades de sua administração, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Art. 43 - Os órgãos e entidades do Governo Federal, em atuação nos Estados de Goiás e do Tocantins, serão adaptados às condições resultantes da presente lei complementar.

Art. 44 - Após a nomeação do Governador do Estado do Tocantins, o Ministro do Interior poderá requisitar, sem prejuízo de direitos e vantagens, servidores de Estado de Goiás, que ficarão à sua disposição para atender às providências antecedentes à instalação dos poderes do novo Estado.

Art. 45 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO, 14 de março de 1954.

Martinho
Presidente

Antônio
Relator

Aguiar
Alves